

Thamires Luz de Paula e Silva

“Turismo penitenciário”: economia e prisão na consolidação de uma prática de mercado.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em Sociologia Política.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia da Silva Mazon.

Linha de pesquisa: Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro.

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

de Paula e Silva, Thamires Luz
"Turismo penitenciário": economia e prisão na
consolidação de uma prática de mercado / Thamires
Luz de Paula e Silva ; orientador, Marcia da Silva
Mazon, 2019.
165 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Sociologia Econômica.
3. Prisão . 4. Punição . 5. Economia . I. da Silva
Mazon, Marcia. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

**“Turismo penitenciário”: economia e prisão na
consolidação de uma prática de mercado.”**

Thamires Luz de Paula e Silva

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Prof. Dr.^a Marcia da Silva Mazon
(PPGSP/UFSC)
Orientadora/Presidente

Prof.^a Dr.^a Sandra Noemi Cucurullo de Caponi
(PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Rafael Godoi (Ernesto Seidl)
Vice-coordenador em Sociologia Política
Coordenador PG em Sociologia Política
Portaria 550/GR/2018
PPGSP/CFH/UFSC

Prof. Dr. Ernesto Seidl
Coordenador PPGSP/UFSC

FLORIANÓPOLIS, (SC), FEVEREIRO DE 2019.

Este trabalho é dedicado às diversas
práticas sociais, capazes de dotar de
complexidade cada microcosmo
social.

AGRADECIMENTOS

De muitas dissertações lidas seria o desejável agradecer à minha família, responsáveis pela disponibilização material e emocional que me possibilitou a sobrevivência, porém, estaria sendo adversa para com a reflexividade que me acompanhou em solitário durante todo o processo de mestrado, me forçando a rever hábitos que até então estavam sonegados pela obrigatoriedade da gratidão.

Entretanto, todo caminho é percorrido entre encontros e despedidas configurando nossa própria trama de relações sociais, portanto, cabe reconhecer todas as pessoas que compartilharam do caminho desta pesquisa.

Agradeço à Natália (talvez esteja colocando acento onde não existe), que por dois anos compartilhou comigo do conceito de amizade e que por ironia do destino me presenteou o tema desta pesquisa e minha alforria.

Agradeço ao meu companheiro de núcleo, Leonardo da Silva, por compartilhar comigo sua paixão pela teoria. Léo, nunca me esquecerei de uma de nossas interações face-a-face em uma mesa de bar, onde, ao ser questionado à respeito de sua preferência futebolista você então contestou: “sou bourdieusiano”.

Agradeço à minha orientadora, a Profa. Dra. Marcia da Silva Mazon, pelo seu adorável tom de voz, por ser doce e atenciosa, e, por nos orientar com liberdade, sendo qualidades que fizeram do processo algo celebrável. Como o trabalho também tem sido prazeroso daremos continuidade com o doutorado.

Agradeço a todos os companheiros do Núcleo de Sociologia Econômica (NUSEC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por compartilharem de suas perguntas, métodos, referências e achados de pesquisa, em conjunto com todos vocês vou me configurando enquanto pesquisadora. Uma carinhosa saudação.

Ao professor Rodrigo da Rosa Bordignon pela indicação a “Lições de Aula”, essa leitura numa noite fria de Maio, quando conceitos se assentaram. Caminhos que se modificam via *e-mail*.

Aos membros da banca de qualificação, a Professora Elizabeth Farias da Silva e o Professor Rafael Godoi pelos direcionamentos adotados com lisonjeio.

Agradeço às consequências não premeditadas da ação que me presenteou uma mente que consegue ser brilhante e ao mesmo tempo humilde, como a do Prof. Dr. Rafael Godoi, que logra com simplicidade dotar seus comentários de sofisticação. Com ele aprendi que o

conhecimento não necessariamente deve ser acompanhado de vanglória, postura que parece legitimar o *homo academicus* em sua posição de classe; ao contrário, pude experimentar o conhecimento em sua simples vontade, interesse e disponibilidade para conhecer.

À CAPES pela onipresença imprescindível na consagração desta pesquisa, ou seja, pelo financiamento integral da mesma.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política por me apresentarem o lado não elitista da elite e o não populismo do povo.

Aos moradores do município de Lavínia por toda colaboração, pela desconfiança instigante e pelos diálogos tão diretos.

Às “mulheres de presos” por desconstruírem conceitos, por sobreviver com alegria e por não transmitirem o peso da “desilgualdade” embora tenham que lidar com ela no dia a dia de suas vidas. Com elas pude aprender que é melhor perder um amigo do que a piada.

Em especial, agradeço à minha mãe, por ter feito de mim alguém com crítica e por ter me exigido o amor-próprio mesmo não sendo um valor pertinente à nossa fração de classe.

Agradeço imensamente ao processo de mestrado que me há ensinado a necessidade da palavra não; não posso, não quero, não gosto ou não tenho tempo. Enfim, pude compreender que a vida se trata de escolhas que muitas vezes não podem ser compartilhadas com as demais pessoas, as mesmas, se limitam aos parâmetros cognitivos da própria experiência.

Agradeço ao processo embora me agrade o ritual de conclusão.

E uma desilusão. Mas desilusão de quê? se, sem ao menos sentir, eu mal devia estar tolerando minha organização apenas construída? Talvez desilusão seja o medo de não pertencer mais a um sistema. No entanto se deveria dizer assim: ele está muito feliz porque finalmente foi desiludido. O que eu era antes não me era bom. Mas era desse não-bom que eu havia organizado o melhor: a esperança. De meu próprio mal eu havia criado um bem futuro. O medo agora é que meu novo modo não faça sentido? Mas por que não me deixo guiar pelo que for acontecendo? Terei que correr o sagrado risco do acaso. E substituirei o destino pela probabilidade.

Clarice Lispector em *Paixão Segundo G.H*

RESUMO

Como efeito do encarceramento em massa no Brasil intensificam-se as políticas de interiorização penitenciária. Elas retiram as prisões dos espaços urbanos centrais para localidades do interior dos estados. Debruçamos-nos sobre o campo empírico do município de Lavínia, - situado no extremo Oeste do estado de São Paulo - a fim de analisar o fenômeno que se consolidou com a vinda das penitenciárias e então nomeado por agentes locais como “turismo penitenciário” tendo as visitantes representadas pela nomenclatura ‘mulheres de preso’. O fluxo das visitantes que constituem parte estruturante do dispositivo carcerário paulista é compreendido como categoria econômica ao se instalarem como consumidoras em potencial do comércio local da cidade. A metodologia de pesquisa contou com pesquisa documental, entrevistas semi-estruturadas e observação de campo. As relações de mercado em Lavínia são pautadas por uma realidade prisional e os serviços ofertados sofrem influências dos signos do cárcere o qual as situa como mulheres vulgares em uma relação de opostos com os moradores da cidade: por um lado os estabelecidos moradores e por outro as visitantes, ou turistas enquanto projeto discursivo de distanciamento da prisão. Os achados da pesquisa vão no sentido em como as penitenciárias constituem-se como não-lugares em que estas mulheres vivem a experiência do estigma sofrendo com a inflação de preços no período de suas visitas aos maridos, filhos e namorados detidos.

Palavras-chave: Prisão – Turismo penitenciário – Mercado – Mulheres de preso

ABSTRACT

As a result of the mass incarceration in Brazil, there has been an increase in penitentiary policies that remove prisons from urban spaces so they can be allocated to rural areas across the country. We focus on the example of the city named Lavínia, located in the extreme west of the state of São Paulo, in order to analyze the phenomenon that is consolidated with the arrival of prisons in there community and then named by local agents as "penitentiary tourism". The flow of visitors that constitute a structured part of the prison system in the state of São Paulo becomes an economic category by establishing themselves as potential consumers of the Lavínia local market. Consumption practices are based on a prison dynamics and the services they can demand are influenced by the signs of that reality, witch places them as outsiders in a relationship of opposites, on the one hand, the established residents of the city and on the other the visitors, or tourists as a discursive project of detachment from prison. Thus, establish the normative possibility of the existence of "penitentiary tourism" witch demonstrates in practice the disaggregation of the economic interest and present the mercantilization process of the prison institution, revealing an object of interest for the theoretical approach of Economic Sociology.

Key- words: Prsion – Tourism – Marketplace – Women

LISTA DE SIGLAS

CDP – Centro de Detenção Provisória

CRO – Coordenadoria da Região Oeste

DEPEN – Departamento Penitenciário

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PCC – Primeiro Comando da Capital

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

SAP – Secretaria de Administração Penitenciária

LISTA DAS IMAGENS

| | |
|--|-----|
| IMAGEM 1 – No meio a figura política por excelência do município de Lavínia ao lado de Jamil Ono e do governador do estado de São Paulo Geraldo Alckmin..... | 76 |
| IMAGEM 2 – Mapa da distribuição das unidades prisionais da CRO..... | 82 |
| IMAGEM 3- Foto de divulgação da marca “Liberta”, roupas desenhadas para a prisão..... | 117 |
| IMAGEM 4 – Foto de divulgação de um local de hospedagem no município de Lavínia..... | 33 |
| IMAGEM 5 – Divulgação da venda de <i>lingerie</i> nas pousadas de Lavínia..... | |
| IMAGEM 6 – Divulgação publicitária de um estacionamento localizado na estação Barra Funda em São Paulo capital..... | 132 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| TABELA 1 – Comparação entre população carcerária e censitária dos municípios que configuram a CRO..... | 84 |
| TABELA 2 – Distribuição dos preços das pousadas e hotéis de Lavínia referente ao dia de chegada e do uso da cozinha (elaboração própria)..... | 120 |
| TABELA 3 - Comparação de preços entre supermercados de Guarujá/SP com os dois supermercados de Lavínia/SP (elaboração própria)..... | 131 |
| TABELA 4 – Preço tabelado e compartilhado entre os taxistas de Lavínia segundo o número de passageiras..... | 138 |

Sumário

Resumo

Introdução.....15

| | |
|---|----|
| A construção de um objeto de pesquisa..... | 16 |
| A prisão fora dela: um estado da arte..... | 25 |
| Uma breve biografia até chegar a Lavínia..... | 27 |
| A categoria nativa “mulher de preso”..... | 30 |
| A distinção das “cunhadas”..... | 33 |
| A hierarquia entre mulas e esposas..... | 35 |
| Questões de método..... | 36 |
| Sobre os capítulos..... | 40 |

Capítulo 1 – Prisão e Economia.....43

| | |
|---|----|
| 1.1. Os estudos consagrados à prisão..... | 44 |
| 1.2. Prisão no Brasil..... | 50 |
| 1.3. Um diálogo entre as sociologias: punição e economia..... | 54 |
| 1.4. A interiorização penitenciária no caso dos Estados Unidos..... | 62 |

Capítulo 2 – O município de Lavínia e a proposta de desenvolvimento econômico com o “turismo penitenciário”.....67

| | |
|--|----|
| 2.1. Lavínia: trens, bondes e prisões..... | 68 |
| 2.2. A interiorização penitenciária no estado de São Paulo..... | 80 |
| 2.3. A vinda das penitenciárias ao município de Lavínia e o protagonismo de seus agentes políticos locais..... | 86 |
| 2.3.1 Dois agentes igualmente posicionados em condições políticas diferentes..... | 94 |

Capítulo 3 – O “turismo penitenciário” em sua prática99

| | |
|---|-----|
| 3.1. O “turismo penitenciário” e seu protagonismo feminino..... | 107 |
| 3.2. Empreendedorismo de prisão..... | 116 |
| 3.3. O setor da hotelaria de Lavínia..... | 119 |
| 3.4. A rotina de trabalho de uma pousada..... | 123 |
| 3.5. Hospedar-se e cozinhar para o preso, um lar inventado..... | 125 |
| 3.6. Os supermercados..... | 128 |
| 3.7. As excursões..... | 136 |

3.8. Empreendedorismo espontâneo: ofertas outras, demandas
tantas.....138

Considerações finais.....143

Referências.....147

Anexos

A- Quadro de entrevistas

B- Fotos referente à experiência de campo

1 INTRODUÇÃO

Aproximar-nos da temática sobre prisão no Brasil significa enfrentar um subcampo hiperespecializado e conceitos bem consolidados como: criminalização da pobreza; prisões da miséria; dispositivo carcerário; prisionização secundária; crime organizado; policiamento seletivo, entre outros. Todos esses conceitos vêm sendo trabalhados tanto no exterior quanto no Brasil, sobretudo, denunciando os sofrimentos e os abusos pelos quais passam os presos e seus familiares num contexto de expansão exponencial do número de unidades prisionais¹ e persistência global do eventual fenômeno da superlotação enquanto características gerais do encarceramento em massa.

A prisão, como apresentava Foucault (2009) em *Vigiar e Punir*, apesar de ter sido gerada para disciplinar os sujeitos, em sua prática resultou ser local de reprodução da delinquência e permanece como o modelo de punição por excelência das sociedades modernas. Modernidade amplamente discutida pela teoria social que enfatiza enquanto novidade discursiva o utilitarismo individualista, que supostamente superaria o coletivismo de outra época e de outras sociedades na organização de uma atuação política de viés neoliberal.

Neste contexto, no Brasil, em municípios distantes das capitais, onde as unidades prisionais chegaram, tem sido difundida a ideia do “turismo penitenciário”: levar como alternativa de desenvolvimento econômico - e em geral para municípios com perfil anterior de agropecuária e monocultura em crise – uma nova possibilidade de crescimento calcado na construção de prisões. Lavínia é um dos municípios do interior do estado de São Paulo que abraçou esta causa. Foram três penitenciárias construídas e uma quarta unidade prisional prestes a ser inaugurada; a população carcerária dobrou o número de habitantes locais e convida seus moradores a se organizar material e simbolicamente em torno deste novo projeto. Do ponto de vista da economia, a alternativa – em primeira mão animadora – encerra um

¹ A Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do estado de São Paulo reconhece a existência dos seguintes tipos de instituições prisionais: Penitenciárias de Regime Fechado; Centros de Progressão Penitenciária (CPP); Centros de Detenção Provisória (CDP); Centros de Ressocialização (CR); Centro de Readaptação Penitenciária (RDD) e Hospital de Custódia. No estado de São Paulo temos na atualidade 171 unidades prisionais e 12 novas unidades para serem inauguradas no ano de 2019.

paradoxo: ela coloca em relação atores econômicos em condições legais diferentes e fere o princípio do *laissez faire*; livre encontro de atores no mercado. Os presos, não estão lá porque querem, mas porque foram condenados e deslocados para estas prisões; seus familiares viajam até este município por ser esta a única alternativa de ter contato com eles. Quais negociações materiais e simbólicas entre moradores ofertantes de bens e presos/famílias consumidoras são necessárias para acomodar este modo particular de mercado? Este foi o tema desta dissertação.

1.1 A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE PESQUISA

Esta pesquisa, portanto, tem por objeto analisar a consolidação de um mercado que se situa fora dos muros da prisão, num contexto específico que corresponde ao incremento das políticas penitenciárias de interiorização das unidades prisionais para todo o estado de São Paulo (SABAINI, 2012; ZOMIGHANI, 2014; GODOI, 2015).

A dinâmica de interiorização penitenciária modifica as paisagens dos territórios do interior paulista se inserindo na nova onda punitiva de caráter neoliberal que possui como alvo a população mais pobre (WACQUANT, 2003), responsável pela gestão de pessoas supostamente supérfluas, que não teriam participação ativa no circuito econômico. Porém, para além das estatísticas referentes ao perfil da população carcerária, as dinâmicas de interiorização penitenciária também evidenciam as especificidades da punição ao estilo brasileiro, de entre elas: a escassez material como forma produtiva de organização dentro e fora das prisões (GODOI, 2015); a ascensão do poder das facções criminosas, concretamente para o caso do estado de São Paulo a do Primeiro Comando da Capital (DIAS, 2011); o princípio construtivo do cotidiano das prisões brasileiras pautado principalmente pela sustentação familiar (SILVESTRE, 2011; FERRAZ DE LIMA, 2013); e, as permeabilidades entre as identidades fora e dentro das grades nos preâmbulos da reprodução de redes de relações, expressões linguísticas e estigmas (PADOVANI, 2010; SABAINI, 2012; BUCHAMAR, 2016).

Dentro do contexto de interiorização penitenciária do estado de São Paulo o município de Lavínia configura, portanto, um território estratégico: foram três penitenciárias construídas numa pequena cidade de 8.779 habitantes² e a quarta unidade prisional tem inauguração

² Os dados populacionais correspondem ao Censo de 2010, e a população carcerária na categoria de domicílio coletivo, ao desagregar os dados, constaria de 3.665 pessoas. A população prisional atual de Lavínia/SP é a seguinte:

prevista para inícios do ano de 2019³. De acordo com dados disponibilizados pela página *online* da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do estado de São Paulo, a população carcerária das três penitenciárias de Lavínia, no ano de 2018, é somada em seis mil e sessenta e sete detentos, realidade marcada pelo fenômeno da superlotação demonstrando um claro direcionamento à persistência do fenômeno do encarceramento em massa.

Assim, Lavínia se apresenta como um bom laboratório de aplicação de um “paradigma empírico”. O trabalho realizado por Elias e Scotson (2000) numa pequena comunidade da Inglaterra, a qual os autores denominaram ficticiamente como Winston Parva, inaugura um modelo explicativo em pequena escala desde uma figuração universal, o qual, poderia ser “testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala” (Idem. p.20). Os autores na obra *Os estabelecidos e os outsiders* analisam como as diferenças materiais por serem praticamente inexistentes fazem com que a distinção entre os grupos se estabeleça mediante formas específicas de configuração das suas relações de interdependência funcional pautadas por dimensões simbólicas. No caso de Winston Parva o indicador da diferença estaria vinculado ao tempo de residência na comunidade estudada.

Em Lavínia, apesar de que tenhamos uma população flutuante como parte integrante dos *outsiders* – os familiares dos presos que os visitam de forma periódica - o grupo de opostos apresentado por Elias e Scotson (2000) nos serve de referência enquanto análise das propriedades gerais de uma relação de pertencimento e exclusão, responsáveis pela configuração das tensões ligadas ao processo de interdependência funcional entre moradores do município e visitantes, tendo como ponto de encontro o mercado e trocas mercantis geradas

Penitenciária I-“Vereador Frederico Geometti”: 1.988 presos; Penitenciária II-“Luis Aparecido Fernandes”: 2.057 presos; Penitenciária III-“ASP Paulo Guimarães”: 2.022 presos. As 3 penitenciárias têm capacidade para 844 presos cada uma (SAP/SP, 10 de Outubro de 2017).

³ A quarta unidade prisional de Lavínia foi construída para ser um CDP mas há indícios de que se converta em penitenciária; só não foi inaugurada no ano de 2018 devido à espera da resolução de um processo jurídico iniciado pelo proprietário de uma fazenda ao lado do terreno em que a mesma foi construída, o fazendeiro denunciou o descuido referente à instalação do saneamento básico da prisão que afetaria o aquífero de sua propriedade que serve de abastecimento para sua produção agropecuária.

pela realidade do encarceramento em massa em conjunto com os estigmas a ela inerentes.

Em Winston Parva não havia diferenças entre nacionalidade, procedência étnica, “cor” ou “raça”; indicadores sociológicos que, ao contrário, deveriam ser minuciosamente apreendidos na configuração da população flutuante que constitui as “turistas” de Lavínia, devido às especificidades do dispositivo carcerário como um todo abrangente e heterogêneo: são mulheres, pobres, muitas delas negras e moradoras, em geral, da periferia da capital, São Paulo.

De acordo com o Infopen, 53% da população carcerária no Brasil corresponde a pessoas negras e 75% não chegou a cursar o ensino médio. Apenas o 1% das pessoas em privação da liberdade ingressaram no ensino superior. Em matéria de presos estrangeiros, o relatório afirma que um 56% provém do continente americano, um 27% de países africanos e, apenas, um 13% da Europa.

A aplicação do grupo de opostos no fenômeno do “turismo penitenciário” ao situar as visitantes como *outsiders*, ou seja, grupo heterogêneo e difuso de pessoas, encontramos o reconhecimento de uma particularidade apresentada pela configuração estabelecidos e *outsiders* quando “[...] o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo *outsider* as características “ruins” de sua porção “pior”- de minoria anômica” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 22). Em Lavínia vemos um fenômeno semelhante, há um estigma dos moradores em relação as famílias que vêm visitar os presos: em particular as “mulheres dos presos” são consideradas relaxadas, imorais, perigosas, como atestam pesquisas anteriores (SILVESTRE, 2011; SABAINI, 2012; LAGO, 2017). Estigma que reverbera nas relações de mercado que nesta pesquisa foram analisadas e que serão apresentadas no capítulo terceiro.

Lavínia evidencia de forma massificada o fluxo das visitantes que acodem periodicamente para ‘abastecer’ seus familiares detidos. Godoi (2015) ao cartografar de forma minuciosa o fluxo de pessoas, processos, discursos e objetos do “dispositivo carcerário paulista” destaca o que o autor denomina de Sistema de Abastecimento; que opera mediante ‘vasos comunicantes’, os quais configuram “formas de conexão, formais e informais, que articulam territórios de dentro e de fora da prisão” (Idem. p. 22). O autor ao dispor do acesso a dados da Defensoria Pública do estado de São Paulo demonstra como o mito do “custo do preso” não se materializa na prática e os gastos públicos voltados para

suprir as necessidades básicas dos detentos não cobrem a demanda de uma superlotação carcerária⁴.

A absoluta escassez material imposta nas prisões paulistas evidentemente contraria preceitos legais nacionais e internacionais, mas o que o Estado efetivamente investe na manutenção do preso tem efeitos positivos, produtivos – no sentido de que produz uma situação determinada, que instaura um particular regime de práticas que, por sua vez, vai possibilitar ao sistema prisional continuar funcionando, mesmo que de um modo muito distinto daquele normatizado nos códigos (GODOI, 2015, p. 176).

Na dinâmica de abastecimento dos detentos a figura dos familiares que se destaca, fundamentalmente é a das mulheres: mães, esposas, amásias e irmãs. As visitantes, portanto, configuram uma rede complexa de acompanhamento fiel da pena de um familiar preso. Essas visitantes são indistintamente reconhecidas e visíveis através da categoria nativa “mulher de preso”. Padovani (2010) ao estudar a penitenciária feminina da capital paulista demonstra como, no caso das mulheres, a dinâmica de visitação tem como característica o abandono da família, o que funda uma rede de relações homoafetivas entre as próprias presas no interior do cárcere a modo de gerar circuitos de solidariedade material e emocional; inclusive, esses laços constituídos no interior de uma prisão feminina perduram no exterior das grades uma vez cumprida a pena.

Concretamente, no fluxo das visitantes que caracteriza o contexto do “turismo penitenciário”, o *jumbo* se torna personagem e é parte integrante das narrativas; sendo este, o nome dado a uma grande sacola

⁴ Godoi (2015) dispõe de tabelas que mostram os gastos em itens de higiene, vestuário e limpeza referentes ao CDP de Diadema/SP e a uma penitenciária do município interiorano de Itirapina/SP referentes ao ano de 2011. Para o caso específico da P2 (são duas as penitenciárias localizadas nesse município) de Itirapina/SP o total de itens comprados foram de 39.266 dos quais foram entregues a quantia de 29.036, contabilizados em um valor monetário de R\$ 39.873,40 para uma população carcerária de 1.802 presos, assim, os gastos estão calculados em R\$ 22,13 reais por detento ao ano. Esses dados estão apresentados em sua tese de doutorado.

transparente (assim pode ser vistoriada) permitida para entrar nas penitenciárias paulistas carregadas de itens básicos: de higiene pessoal; alimentação; cigarros; medicamentos; cadernos e canetas entre tantos outros. Alguns *jumbos* são enviados via Sedex mas estes não influenciariam o mercado que aqui nos dispomos analisar.

O dia ainda não raiou quando a perua chega à porta da prisão. As mulheres descem carregando pesadas sacolas transparentes que levam potes plásticos com comida, alimentos embalados, refrigerantes, cigarros e itens diversos de higiene – o chamado *jumbo* (LAGO, 2017, p. 36).

A situação dos presos, portanto, inaugura ao seu redor uma gama de itens de mercado. O fluxo das visitantes alocadas em Lavínia durante os finais de semana (dias em que as visitas são permitidas) torna-se reconhecido pelos agentes políticos locais, comerciantes e moradores como uma de suas principais fontes de renda. Em entrevista realizada⁵ com o atual prefeito do município o termo “turismo penitenciário”, que até então não constava no questionário, foi espontaneamente empregado e consecutivamente encontrado em campo empírico.

Esta pesquisa se insere numa temática recentemente desenvolvida no Brasil (TELLES, 2015; 2017) que pretende compreender uma nova realidade urbana onde a pobreza ao mesmo tempo em que é celebrada, transformada em negócio, em moda, em grife é igualmente morta e removida com violência como argumenta Telles (2015). Os pobres são convertidos em operadores de mercado, a chamada classe C e D ganha acesso aos cartões de crédito e são encarados como alternativas de potenciais consumidores dos bancos e empresas. Neste contexto o problema da pobreza não foi resolvido, ao contrário, a concentração de renda se intensifica, porém, o campo discursivo ganhou novas nuances: há um novo regime discursivo sobre a pobreza e o seu lugar. O mercado surge aqui como dispositivo de gestão da ordem e ocupação dos espaços. Como parte deste novo dispositivo se insere o “turismo penitenciário”.

Nos deparamos com uma pobreza reinventada pela economia de mercado ao manifestar características internas demasiadamente diversificadas compondo as paisagens de um capitalismo

⁵ Entrevista semi-estruturada realizada com gravador no período de campo exploratório, em Fevereiro de 2018.

contemporâneo. Cenário que “torna inoperantes as grades de análise consagradas nos estudos urbanos, em grande parte regidas pelas noções de segregação urbana e exclusão social” (TELLES, 2015, p. 15).

No contexto do “turismo penitenciário” dois grupos convivem numa relação de mercado: 1) os moradores estabelecidos no município de Lavínia, desde comerciantes, trabalhadores das próprias penitenciárias e transeuntes que acompanham o fluxo dos finais de semana; e, 2) as visitantes, em sua maioria mulheres e crianças menores de 12 anos (GODOI, 2015).

Cabe anunciar as dificuldades teóricas que foram se apresentando em campo empírico; as relações de poder pautadas pelos grupos de opostos entre estabelecidos e *outsiders* se apresentam regidas pelo motor da mobilidade. Dentro do próprio grupo dos estabelecidos encontramos aqueles comerciantes que se mudaram para o município de Lavínia exclusivamente para empreender no “turismo penitenciário”, ou seja, no intuito exclusivo de investir em seu comércio local, estes, por sua vez, não compartilham do lugar antropológico configurando uma figura híbrida que ao mesmo tempo em que dificulta a análise também evidenciam a dimensão materialista do fenômeno aqui estudado.

O debate internacional referente ao aumento da população carcerária e do número de prisões, o eventual encarceramento em massa, compartilha da denúncia de configuração de um mecanismo de punição dos mais pobres (WACQUANT, 2003) e igualmente um Estado de exceção daquelas pessoas que não participam do circuito econômico, apontando o caminho para a geração de uma “cultura do controle”; ao sugerir que não atrapalhem aqueles que estão economicamente ativos (GARLAND, 2008). Essas teses mantêm a preocupação na atuação do Estado enquanto gerenciador desta população supérflua, no depósito da mesma em prisões; ação decorrente da imposição de um ideário neoliberal. Nesta perspectiva a criminalidade é constituída em termos de defesa, ou seja, responsabilizando o Outro pela suposta escolha que há feito, negligenciando os aspectos estruturantes de sua condição de exclusão.

A situação do encarceramento em massa no Brasil se encontra exaustivamente abordada desde as diretrizes epistemológicas da Sociologia da Punição com forte influência de uma visão estática para com uma pobreza submissa, vendo nas penitenciárias sua função de depósito de gente (LEMGRUBER, 2001). Ainda, o tema do crime organizado parece colonizar o debate sobre prisões no Brasil (GODOI, 2015). Em Lavínia, ao nos depararmos com uma pobreza geradora de uma economia local nomeadamente organizada em um eixo próprio de

espaço e tempo mediante o emprego do termo “turismo penitenciário”, encontramos um campo propício para a aplicação da perspectiva teórica da Sociologia Econômica. Nem a ideia da submissão da Sociologia da Punição nem o foco exclusivo do crime organizado, antes entender a constituição de agentes econômicos que povoam o em torno das prisões e as motivações desta ação econômica. Para esta análise tomamos como referência autores da Sociologia Econômica.

O discurso que corrobora a cientificidade econômica é gerador de uma lógica específica de comportamento que separa o mercado da cultura e da história, concepção do agente da escolha racional, que entre os economistas se encontra compartilhado e, por eles, propagado às demais esferas sociais; autonomizando, assim, a categoria econômico enquanto “fato social total”, ou seja, provocando um efeito teoria que carrega consigo a suposta neutralidade moral e política da economia (BOURDIEU, 2001).

Bourdieu (2000) fundamenta sua crítica à ciência econômica desde a sociologia do conhecimento situando a economia no que o autor denomina de “a falácia escolástica” que viria a ser a capacidade de introduzir esquemas de pensamentos em agentes responsáveis pela ação econômica. Assim, ao analisar uma prática econômica o ofício sociológico consistiria no encontro com o que há de histórico, político e social nas distribuições materiais, dimensões até então negligenciadas pela ciência econômica.

A grosso modo, poderíamos resumir que, existem, portanto, nos agentes sociais, disposições para a prática de mercado através de sistemas de preferência construídos socialmente com forte influência do Estado.

Parpet (2013) ao elaborar uma apresentação sobre *A sociologia da economia de Pierre Bourdieu* esclarece os conceitos da concepção antropológica da economia manifesta em um dos últimos trabalhos do autor referente ao mercado de casas próprias e já iniciado por seus primeiros estudos na Argélia. Para a autora um dos principais atributos da proposta teórica de Bourdieu foi conseguir através da noção de *habitus* demonstrar como sistema econômico e práticas individuais funcionam em surpreendente harmonia. A imposição das regras do capitalismo são reinventadas por agentes que o pratica em um determinado contexto histórico e social, gerando uma transformação criadora de reabilitação da tradição aos novos estímulos de mercado.

Nos situamos em espaço de diluição entre tradição e inovação em que segundo Bourdieu (2001, p.17) os agentes descobrem formas de “reinventar, com mais ou menos sucesso, consoante os seus repertórios

econômicos e culturais, tudo o que a teoria econômica considera (pelo menos tacitamente) como dado, isto é, como um dom inato, universal e inscrito na natureza humana” (apud. PARPET, 2013, p. 92).

Appadurai (2008) discorda da forma como os economistas compreendem o significado das mercadorias, como meras coisas distribuídas em um plano cartesiano regido por forças externas que tem por nome oferta e demanda. O autor também não encontra no fetiche que possa ter numa mercadoria como sendo independente da força de trabalho que a produziu uma explicação satisfatória; ao contrário, esta visão se restringiria ao “valor de uso” de um determinado produto. Para o autor, é a ação da troca que vai atribuir “valor econômico” à mercadoria; valor que pode ser identificado no “processo de mercantilização” dos objetos. Apesar de que no autor persista uma visão funcionalista, atribuir valor às relações de troca possibilitaria uma mudança no sentido da análise dos processos de mercantilização, se afastando o foco analítico no produto para situar a mercadoria numa perspectiva relacional específica.

Zelizer (1992) ao estudar a constituição do mercado de seguros de vida e de bebês para adoção pondera que as visões correntes sobre os mercados de um lado destacam as relações força ou mercado ilimitado como na literatura marxista a qual privilegia o mercado como força expansionista destruidora de laços. De outro lado, a literatura antropológica enxerga o mercado exclusivamente enquanto relações de sentido; há um conjunto de constrangimentos estruturais os quais limitam a autonomia do mercado. Na primeira visão predomina a censura ideológica enquanto na segunda a complacência ideológica. Seguindo de perto Bourdieu, Zelizer (2011) escolhe trilhar o caminho do meio entre estas duas visões e propõe os mercados múltiplos: onde os diferentes mercados são pensados como espaço de troca onde entram em interação fatores culturais e estruturais. Nestes espaços há um processo de ressignificação dos objetos e igualmente do próprio dinheiro.

Para Igor Kopytoff (In. APPADURAI, 2008) o ato da troca vem carregado de significantes culturais, assim, torna-se irrelevante o produto para prevalecer como ponto de análise o processo de mercantilização de coisas e, inclusive, de pessoas. O autor remete ao tema da escravidão como processo de mercantilização de pessoas compreendendo-as enquanto propriedade privada. Essa reconfiguração de pessoa para não-pessoa se faz possível mediante a criação de uma nova identidade social. Poderíamos aqui refletir, para o caso do

“turismo penitenciário” a identidade diluída entre “mulher de preso” e “turista”.

Para o surgimento de uma economia globalizada e adepta do discurso da flexibilidade houve um processo de mercantilização do tempo e do espaço que foi se modificando conforme um conjunto de fatores de múltiplas dimensões, desde social, econômico, político e cultural; até familiar, sexual e das identidades; tudo o que corrobora a mercantilização enquanto processo de significação dos itens materiais.

Quando o assunto é o estigma sofrido pela família dos presos faço referência a Goffman (2008) que ressalta como o relacionamento afetivo com uma pessoa estigmatizada automaticamente repercute sobre todos os envolvidos na relação. Porém, o autor destaca a possibilidade mediadora que caracteriza a pessoa, aquela que por ser capaz de estabelecer vínculo com o ator estigmatizado poderia converter a imagem do estigma para outra socialmente aceitável. O socialmente aceitável, como veremos no capítulo três, na situação do “turismo penitenciário” são as transações monetárias que relacionam moradores, comerciantes e visitantes. De fato, aqueles agentes que dependem economicamente do fluxo das visitantes manejam justificativas capazes de legitimar esta relação comercial como: “não importa de onde vem o dinheiro delas, o único que faço é oferecer um serviço”; “como em todo lado, tem todo tipo de gente”; “se elas fazem algo de errado é de responsabilidade da polícia”⁶.

Castel (1997) enxerga o fenômeno do estigma como mais amplo. Para o autor (Idem. p.27) “as situações marginais aparecem ao fim de um duplo processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional”. As visitantes, portanto, são primordiais para amenizar a situação de marginalidade dos detentos no eixo da inserção relacional com o mundo externo às prisões. Desse modo as visitantes estabelecem uma relação baseada em valores subjetivos componentes do estabelecimento de laços familiares.

Como ponto de inflexão Foucault (1999) em *A história da sexualidade: vontade de saber* coloca no centro do debate as ações multifocais do poder enquanto impulsionadoras das subjetividades modernas, onde, uma apropriação do saber científico transformou conceitos em instrumentos de exercício do poder, assim surgia então a figura enfermeira do perverso; do criminoso ou do louco.

⁶ Fragmentos retirados de entrevistas semi-estruturadas realizadas com comerciantes no período de janeiro a fevereiro de 2018.

Quando nos deparamos com os mercados gerados pela construção de prisões, surge um paradoxo merecedor de atenção: uma prática econômica associada às alocações de prisões produzindo de um modo diferenciado encontros de mercado. Falta, portanto, a liberdade dos atores que realizam os atos de troca: as famílias chegam a estes municípios para visitar maridos, filhos e pais que estão presos; e, as informações disponíveis estão baixo controle do Estado; a prisão regula a circulação de itens e pessoas. Então, como considerar o fenômeno do “turismo penitenciário” sendo que o motivo de tal mobilidade se situa numa realidade prisional? Traduzindo para a linguagem econômica: como falar de trocas de mercado num ambiente pautado no constrangimento e no encarceramento de parte dos atores envolvidos?

O dinheiro se torna aqui instrumento de manipulação de um estigma e de organização de uma prática de mercado. O termo “turismo penitenciário” se apresenta enquanto exemplo empírico de abstração da categoria econômico como parte de uma prática separada de outras dimensões sociais, ao menos, uma tentativa discursiva de alocação dos agentes em um meandro de espaço e tempo específico.

1.2 A PRISÃO FORA DELA: UM ESTADO DA ARTE

A categoria acusativa “mulher de preso” empregada pelos moradores do município de Lavínia para se referir às visitantes na configuração de uma interpelação entre estabelecidos e *outsiders* (ELIAS, 2000), evidencia o fato de que as pessoas que se deparam com a experiência da prisão carregam consigo toda uma rede de relações interpessoais. Desse modo, “[...] por mais distante e distinto que seja o mundo social que se estrutura ao redor e através da prisão, seus territórios estão por toda parte, à nossa porta, são também o nosso mundo [...]” (GODOI, 2015, p. 216).

Miyashiro e Schiling (2008) demonstram como o preconceito escolar sofrido por filhos que tiveram ou tinham um dos progenitores encarcerados corresponderia ao “estigma por cortesia” presente em Goffman (2008) que no conceito de “educação inclusiva” aponta a imagem daquele que não pertence ao espaço escola, ou seja, o diferente da normalidade⁷. A proposta de uma escola que respeite os filhos de

⁷ Artigo organizado a partir dos resultados da dissertação de mestrado de Sandra Galdino Miyashiro (2006) que entrevista cinco mulheres entre 14 e 26 anos de idade e um jovem de 21 anos que tiveram no período de 2005 a 2006 algum de seus progenitores em situação de encarceramento.

pais encarcerados imediatamente os condena como anormais. O que produz práticas inclusivas é o distanciamento para com as problemáticas sociais, políticas e econômicas que configuram os “anormais” e liberta aqueles que os inclui, fundando um discurso do comportamento correto que ao se apropriar do diferente evidencia o que os separa, sem provocar qualquer reflexão para além do ato de inclusão. O Outro ontológico, portanto, persiste.

Guimarães et. al. (2006) ao estudar um grupo de esposas de detentos em Porto Alegre/RS demonstra como estas são duplamente penalizadas mediante o acúmulo de responsabilidades, as quais incluem: a fidelidade das visitas, o cuidado familiar na ausência da figura do pai e o acompanhamento jurídico do esposo; dificuldade acentuada devido à baixa renda enquanto característica de classe referente a elas; consequência que na tese dos autores enfatiza a “feminização da pobreza”. Os autores trabalham a questão da percepção do aumento da violência como processo biopsicossocial; pois é produto de todas as sociedades humanas e se debruçam sob o estudo das prisões enquanto “instituições totais” (GOFFMAN, 1990). Um dos pontos inovadores demonstrado por essa pesquisada é o fetichismo que algumas mulheres constituem com o ambiente prisional efetivando o matrimônio, inclusive, dentro da prisão “na medida em que a instituição permite um lugar de poder para a mulher sobre o homem preso, seja pela fantasia de posse e fidelidade que o aprisionamento favorece [...] ou pela ativação do desejo sexual do parceiro” (GUIMARAES et. al., 2006, p. 51).

Já no contexto estadunidense, Megan Comfort (2007) formula a hipótese de “prisionização secundária”, como um dos processos que afetam principalmente as esposas e namoradas de presos que compartilham da experiência prisional com seus parceiros. A autora analisa a dinâmica social da visitação num presídio de segurança máxima da Califórnia destacando as alterações comportamentais e simbólicas que esse processo específico de socialização introduz na vida dessas mulheres. A autora analisa as narrativas de romance através das grades e demonstra uma dupla penalização tanto por parte do condenado como da mulher que o acompanha por incorporar à sua vida cotidiana o sentido de “cumprir a pena juntos” empregando uma série de esforços que ultrapassam a dinâmica da visitação e inclui o receber cartas, enviar encomendas, aceitar telefonemas, participar em jogos de fantasia mesmo que implique a perda de sua privacidade; movidas pelo medo de que a prisão cause danos irreversíveis a seus companheiros detidos (cf. Comfort, 2007).

Travis e Waul (2003) discutem o tema de que para o indivíduo preso, uma família e uma comunidade são deixadas para trás quando a prisão acontece. Neste estudo analisam famílias de detentos antes e depois da experiência do cárcere⁸ encontrando a persistência da dificuldade na situação de reinserção social de um familiar que outrora esteve preso. O estudo vai direcionado à reivindicação de políticas assistencialistas de apoio aos familiares e, sobretudo, crianças, que experimentam o encarceramento de um familiar, ou seja, um acompanhamento da pena desde seu lado externo.

Buchamar (2016) ao estudar a presença de mulheres estrangeiras na penitenciária feminina da capital paulista demonstra a existência de laços transatlânticos na experiência prisional e a persistência do estigma da “estrangeira” entre as interinas por ela pesquisadas. Além de demonstrar uma configuração transatlântica da prisão maneja as reproduções do estigma construído fora das grades e utilizado em seu interior como fonte de hierarquias próprias.

Lago (2017) desenvolve uma pesquisa de doutorado junto a mães e esposas que visitam também em uma cidade no interior do estado de São Paulo com o objetivo de apresentar as classificações hierárquicas que se estabelecem entre as mulheres tanto do lado externo das grades como em relação destas com os detentos, encontrando formas de solidariedade e disputas na configuração do que significa ser “mulher de preso”.

Esta pesquisa em Lavínia pretendeu contribuir sociologicamente mostrando alguns aspectos de como as penitenciárias do município interatuam na constituição dos indivíduos, famílias e comunidade que se situam fora delas.

1.3 UMA BREVE BIOGRAFIA ATÉ CHEGAR EM LAVÍNIA/SP

Certamente o objeto de estudo será minuciosamente esboçado ao longo dos capítulos que posteriormente serão apresentados, porém, considera-se necessário esclarecer a entrada do município de Lavínia/SP na vida de uma pesquisadora localizada em Florianópolis/SC.

⁸ Tomamos a liberdade para utilizar o termo cárcere de forma análoga a prisão e nos remetemos à obra de Graciliano Ramos que tem como título *Memórias do Cárcere*; o autor demonstra como a experiência no interior de uma prisão ultrapassa os questionamentos de vertente material ou jurídica para dar lugar a toda uma renovação da própria existência enquanto ser humano e análise da realidade fora das grades que o condenou ao cárcere.

Esta pesquisa se situa dentro de uma abordagem sociológica específica, aquela que compreende a importância da conciliação entre as questões referentes à agência e estrutura considerando que o esqueleto teórico depende de um contexto social e histórico bem como o objeto de pesquisa aqui apresentado é fruto da reflexividade de quem o produziu (ELIAS, 1989; BOURDIEU, 2009). Tanto é assim que Bourdieu ao realizar seu primeiro estudo na Argélia sentiu a necessidade de se aproximar de sua própria província, em Béarn nos Pirineus francês, em exercício de ruptura com o senso comum situado (cf. PARPET, 2013).

Trata-se mais bem de uma posição construtivista que possui enquanto estratégia de pesquisa as seguintes características gerais: 1) o fenômeno social analisado é produto de um contexto histórico em consideração recíproca com a construção cotidiana dos agentes nele implicados, e; 2) a relevância atribuída a uma prática de pesquisa que relaciona de forma reflexiva teoria e trabalho empírico (CORCUFF, 2001).

A sociabilidade da própria pesquisadora conflui com o aspecto móvel das incertezas enquanto propriedade de nossa contemporaneidade. A primeira circunscrição teórico-metodológica parte do agente que pesquisa, historicamente situado e socialmente determinado (BOURDIEU, 2001); por isso é cabível um breve relato a respeito do surgimento do objeto de pesquisa em minha vida.

Esta pesquisa limita-se à uma circunscrição geográfica, o município de Lavínia, localizado na região Oeste do estado de São Paulo e mais próximo do estado de Mato Grosso do Sul do que da capital paulista, a uma latitude de 21°10'06" Sul e a uma longitude de 51°02'23" Oeste, estando a uma altitude de 458 metros e atualmente convertido em complexo penitenciário.

Meu primeiro contato com o município de Lavínia sucedeu no ano de 2015 quando minha mãe abandonou um trabalho mal remunerado na cidade de São José do Rio Preto/SP para começar uma pousada para “mulher de preso” no município de Lavínia. Acompanhei o começo da empreitada econômica de forma esporádica respondendo ao fundamento de uma família que se orienta pela reciprocidade assistencialista. No começo era só entusiasmos, minha mãe seria a proprietária de um comércio próprio e ainda trabalharia apenas 4 dias da semana (período protagonizado pela dinâmica de visitação).

Atualmente, minha mãe, é a proprietária de um local de hospedagem no município de Lavínia, específico para mulheres, aquelas que viajam até o local para realizarem as visitas aos seus maridos, filhos, pais ou irmãos detidos. A imensa maioria da clientela de minha

mãe é proveniente da capital paulista embora já tenha convivido, em campo, com mulheres dos estados do Paraná e Minas Gerais que tiveram o companheiro detido em território paulista.

A importância em relatar brevemente um trecho curto de minha biografia é contextualizar a construção do objeto de pesquisa, o qual, ao não se separar da vida, proporcionou ao longo deste mestrado um engajamento não apenas teórico, mas sobretudo, pessoal.

Tratar diretamente de uma perspectiva relacional requer um treinamento contínuo de percepção, já que as hierarquias em conjunto com seus significados operam de forma sutil na estruturação das relações, assim, para Bourdieu (2000) a pesquisa é parte do pesquisador.

O fato de que minha mãe seja a proprietária de um local de hospedagem em Lavínia e que as visitantes, portanto, representem sua fonte de renda econômica, situou um campo em aberto. Tal foi o olhar sociológico adquirido para com o meu próprio âmbito familiar, que minhas identidades enquanto filha, mulher, mestranda privilegiada, brasileira, bolsista, simétrica e ascética; dominaram minha consciência e aumentaram as necessidades de pesquisa. Esta autoanálise de minha própria trajetória é o que possibilitaria posteriormente uma forma menos iludida para com as rotinas mais banais das práticas cotidianas, conformando uma percepção mais abrangente em relação aos demais agentes implicados nesta realidade compartilhada.

Ser, de fato, a filha da proprietária possibilitou uma presença espontânea em campo; por mais que sempre me lembrasse de mencionar a respeito de minha pesquisa e de meus estudos, elas circulavam pela pousada sem se sentirem “pesquisadas”, inclusive, tiveram a liberdade de zombar do meu trabalho. Depois de finalizada a rotina de trabalho da pousada, quando todas as hóspedes se reuniam na área para assistir à telenovela da Rede Globo; eu, ao optar pela leitura de um livro, era motivo de chacota de uma delas, que dizia em alto tom de voz “que difícil essa vida de cadeirante viu” e todas as demais imediatamente riam da correspondência linguística.

De forma inesperada, a maior dificuldade encontrada durante o trabalho de campo se deu por parte dos moradores estabelecidos em Lavínia. Pelo fato de que minha mãe seja proprietária de um estabelecimento destinado à hospedagem das visitantes, minhas perguntas eram percebidas como forma de espionagem da concorrência.

Com o passar do tempo a pesquisa deixou de existir para as hóspedes da pousada e permaneceu o rol de filha da dona, o que modificou imediatamente as formas de relação, eram abraços de chegada e de partida; saídas aos bares de Lavínia; desabafos sobre sua

condição de “mulher de preso” e queixas referentes ao “povo” daquela cidade, que deixavam antever o estigma carregado pelas mesmas e ao mesmo tempo por elas apropriado.

1.3.1 A CATEGORIA NATIVA “MULHER DE PRESO”

Senão é como amar uma mulher só linda
E daí? Uma mulher tem que ter
Qualquer coisa além de beleza
Qualquer coisa de triste
Qualquer coisa que chora
Qualquer coisa que sente saudade
Um molejo de amor machucado
Uma beleza que vem da tristeza
De se saber mulher
Feita apenas para amar
Para sofrer pelo seu amor
E pra ser só perdão
Vinícius de Moraes. Samba da Benção.

Na década de 70 e 80 do século XX, no Brasil, esta canção de Vinícius de Moraes conquistou fãs pelo apelo a figura caritativa da mulher, tão bem como o apelo às características consideradas femininas: fragilidade, choro, “feita apenas para amar”, enquanto o homem era sólido, forte, o provedor do lar e por consequência, o chefe da família. No início do século XXI as mulheres são quase 50% da população economicamente ativa brasileira e aquelas que conhecemos em Lavínia, se declaram fortes e determinadas: são elas que escutam os lamentos dos companheiros desejosos de sair da prisão⁹.

As “mulheres de presos” são aquelas que “correm atrás do dinheiro” – expressão compartilhada pelas mesmas – ao mesmo tempo em que não perdem a piada e o riso¹⁰.

⁹GUIMARAES et. al. (2015) na composição do artigo *Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil*, apresentam uma série de dados estatísticos sobre emprego que ao serem desagregados por sexo demonstram o célere engajamento das mulheres no mercado de trabalho, o que provocou revisões na próprias categorias censitárias voltadas a computar a atividade econômica ao longo do processo de mercantilização do trabalho das mulheres que requeriam de novas categorias de análise.

¹⁰Uma das expressões nativas mais corriqueira é a de “fazer um corre” no sentido de realizar atividades economicamente rentáveis que perpassam as fronteiras do formal-informal; legal-ilegal.

Em convívio assíduo com elas, durante os meses de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, as visitantes adquiriram nomes próprios. Entretanto, experimentando igualmente o outro lado, composto pelos moradores do município de Lavínia, todas elas voltavam a ser “mulher de preso”, esta é uma categoria acusativa que aparta estas mulheres do convívio com outras pessoas da cidade¹¹. Apesar de que as visitantes protagonizem no cenário do comércio local como principais agentes econômicos, a configuração reconhecida por Elias (2000) de estabelecidos e *outsiders* é facilmente percebida por ser evidente. Elas são bem vindas como agentes econômicos, para consumir no comércio local, mas não tão bem vindas enquanto agentes sociais; os moradores evitam a convivência com elas. Consequentemente, o “turismo penitenciário” está configurado para evitar tal proximidade se transformando em fenômeno semanalmente situado e previsível, onde, a dinâmica de visitação responde a horários marcados pelas excursões e pelas prisões.

Para que a pesquisa pudesse acontecer, resultou ser necessário adotar comportamentos diferenciados entre o grupo dos moradores estabelecidos e o das visitantes. Pessoalmente, meus gostos se assemelhavam mais ao das “mulheres de preso”, com exce o ao estilo musical do *funk* que repercutia de forma indigesta às controvérsias de g nero - t picas de minha forma o acadêmica - elas gostavam de se reunir nos bares da cidade para conversar compartilhando cervejas; adeptas do humor negro e de pouca patrulha, gostos próximos do meu lugar universitário e da ilusão que o gueto suscitasse.

Com o grupo dos moradores estabelecidos tive que atender à demanda de um comportamento mais vigilante a fim de demonstrar certo pudor com o assunto e com as próprias visitantes, reprodu es grosseiras de certo elitismo apropriado de modo diferenciado.

Ao estabelecer amizade com uma assistente social que trabalha na Prefeitura Municipal, o acesso aos agentes políticos se concretizaram. Em sua companhia, quando encontrava alguma conhecida da pousada cumprimentava de forma contida e distante; logo, em privado, elas mesmas reconheciam que seria melhor para a minha pesquisa não me envolver com “mulher de preso”.

¹¹Uma das experiências obtidas em campo foi a participa o em eventos públicos organizados pela Prefeitura Municipal em um espaço para festas localizado um tanto distante do centro da cidade. Nesses encontros prevalecia a ausência completa de “mulheres de presos”.

Este trânsito entre moradores estabelecidos e visitantes permitiu que eu vivenciasse mundos à parte; nos quais, ambos eram assunto de conversação e discórdia. Nos espaços de encontro dos moradores o cuidado com a vestimenta e com a linguagem fez-se necessário ao perceber os olhares de estranhamento e curiosidade com que me recebiam. Algumas vezes soltava por inércia as gírias¹² que havia aprendido com as visitantes, o que servia para reforçar em minha consciência o fato de que me encontrava em uma outra visão de mundo, e assim como elas (as visitantes) estava sob vigilância e controle porém mobilidade permitida por não dividir da prisão e de aprender a camuflar com o figurino meu deleite mais honesto para com as “mulheres de presos”.

A principal preocupação expressa pelos moradores de Lavínia em relação às visitantes era o aumento da acessibilidade e consumo de drogas; outra questão frequente era a escassez de produtos nos supermercados quando não eram os dias estipulados para a vinda das visitantes. As queixas dos moradores diziam respeito ao fato de que os comércios locais concentrariam seus investimentos na demanda das visitantes e terminariam se esquecendo daqueles que estão presentes durante todo o ano no município. Este assunto trato com maior detalhe no capítulo 3 desta pesquisa.

A principal reclamação das visitantes era o excesso de vigilância, tanto nos estabelecimentos comerciais como nas ruas do município, no qual, durante os finais de semana aumenta a patrulha policial, período em que elas se encontram em Lavínia.

As mulheres que visitam os maridos nas prisões em Lavínia, ao serem nomeadas pelo termo genérico e categoria nativa “visitas” demonstra como são tratadas pelo ato visitar, mas, esconde a pessoa atrás do ato: a visitante. Ou seja, se destaca aqui a condição de alguém que tem direito a receber visitas, o detento, o agente que será visitado; porém, deixa em segundo plano quem é a visitante. Permanece apenas a situação da visitante: aquela que precisa ser vigiada, acompanhada de perto; embora os acusados e condenados à prisão sejam seus familiares, elas são extensão deles.

Esta visão dos moradores de Lavínia encerra mais um paradoxo: aquelas que são responsáveis por parte da economia do município:

¹² O grupo de rap de São Paulo, *Racionais Mc's*, na canção *Negro Drama* relata: “problema com escola, eu tenho mil, mils fita. Inacreditável, mas seu filho me imita. No meio de vocês, ele é o mais esperto. Ginga e fala gíria. Gíria não, dialeto”.

consomem nas pousadas, bares e restaurantes – são as clientes a serem satisfeitas e atendidas – conforme reza o jargão da economia – são consideradas pelos moradores de Lavínia como pessoas perigosas, vigiadas nem dignas de confiança.

Por outro lado, o emprego da categoria nativa “mulher de preso” lhes nega toda oportunidade de conhecimento a respeito de sua profissão, idade ou local de origem; situando-as em um termo genérico que opera de forma acusativa.

1.3.2 A DISTINÇÃO DAS “CUNHADAS”

Abordar o tema da expansão e interiorização penitenciária em São Paulo significa aproximar-se do desafio de compreensão da consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) que consequentemente estabeleceu seu próprio código ético-moral.

Tendo em vista que esta pesquisa trata da metodologia enquanto prática, o tema PCC se apresentou como problemática para a investigação inseparavelmente da teoria e expressa mediante o “caso particular de interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que se interroga” (Bourdieu, 2011, p. 693).

Durante a permanência no município de Lavínia foi possível visualizar os mecanismos de distinção entre as visitantes que possuem vínculo com o PCC, daquelas que não.

As “cunhadas” são as esposas dos membros do PCC, os que se denominam entre eles “irmãos”. Elas acodem periodicamente ao município de Lavínia para a realização das visitas durante os finais de semana, e, reconhecê-las não resulta ser de grande dificuldade, porque andam juntas, e Lavínia é uma pequena comunidade. Tema minuciosamente explanado por Ferraz de Lima (2013) ao realizar uma etnografia dentro dos ônibus que saíam de São Paulo com destino às penitenciárias alocadas em cidades interioranas. A autora desta pesquisa afirma a fidelidade das “cunhadas” enquanto parte estruturante de sua concepção de família. Fidelidade que aparece na autora através da expressão nativa “fechar a caminhada” que significa compartilhar com o marido dos anos de prisão.

Em uma interação na cozinha da pousada, embalada ao som do *funk*, se discutia a respeito do comportamento de uma delas que andava fazendo “fofoca” sobre outra, a frase que se guarda de forma literal é a seguinte: “vou levar para as ideia”. No mundo do PCC, todo problema grave é “levado para as ideia”, o que consiste em: explicar a problemática para os membros destinados ao poder de julgamento. Aqui

é interessante observar que mesmo sendo esposas, estando fora das prisões, elas reconhecem a hierarquia e o poder de julgamento que emana de dentro das prisões.

As “cunhadas” são responsáveis pelo estabelecimento e manutenção da comunicação entre os membros do PCC, portanto, valiosas. Elas levam e trazem as “pipas”, cartas redigidas ou decoradas, dependendo do sistema de revista das penitenciárias. Sua participação é coercivamente controlada em seus locais de residência e se chegam a trair a confiança da organização serão julgadas, recebendo como castigo o corte de cabelo, espancamento, ou, em casos severos, a pena de morte.

O evento nacionalmente conhecido como “ataques de maio de 2006” expôs publicamente um dos maiores desafios postos ao Estado brasileiro: o poder hegemônico alcançado pela organização automeada Primeiro Comando da Capital (PCC), nascida no interior do sistema carcerário e estendendo sua influência para além dele, abrangendo espaços localizados nos mais diversos pontos do estado de São Paulo, como pode ser demonstrado naquele episódio. (DIAS, 2011)

Em campo tivemos acesso a alguns “pipas”, de entre os quais a principal temática fazia menção ao traslado de um dos membros do PCC a outras unidades prisionais do estado, a modo de evitar o empenho de sua companheira na realização de uma visita em vão. Fato que reforça a característica fluída dos presos e das esposas que os acompanha, o que coloca em questão o suposto controle das facções no interior das grades, em caso de que fosse realmente factível provavelmente situaria seus membros o mais próximo possível de suas esposas tão fiéis¹³.

O encontro com a realidade da consolidação do PCC nas organizações prisionais do estado de São Paulo comprova que a compreensão se constrói na prática, assim, ignorar sua existência seria uma negligência nesta pesquisa.

¹³ Transcrição literal de um “pipa”: “Por favor avisam a Mônica (nome fictício) que fui para Pinheiros. Para ela ir em Pinheiros domingo me visitar [adiciona o número de telefone de sua esposa, especificando de quem é a esposa com apelido de dentro da prisão]”.

Referente ao “turismo penitenciário” as “cunhadas” mantêm o fluxo de visitação mais constante devido ao regime de fidelidade pautada pela ética do “proceder” que as cerceia¹⁴.

1.3.3 A HIERARQUIA ENTRE MULAS E ESPOSAS

As “mulas” (mulheres que entram nos presídios com o objetivo de levar recados ou objetos para dentro ou fora da prisão, eternizada pela atriz Audrey Hapburn no filme *Bonequinha de Luxo* e no Brasil no filme *Verônica*, pela atriz Andrea Beltrão) por mais que ocupem o interesse da mídia, são minoria, e, inclusive, recebem um tratamento diferenciado dentro do próprio grupo das visitantes. A maioria das esposas, as mães dos filhos de um detendo, não exerceriam o papel de “mula” devido ao grande risco imposto. Em uma conversa estabelecida na cozinha de uma pousada, comentávamos o fato de uma hóspede que foi presa ao tentar entrar com substancias ilícitas em uma das penitenciárias de Lavínia. A reação da maioria das mulheres presentes era a de valorizar-se enquanto mulher a fim de não necessitar passar por tamanha humilhação, onde compartilhavam dicas de como serem fortes em relação às possíveis ameaças de seus companheiros.

Esta diversidade, acessada mediante trabalho etnográfico, se distancia da categoria nativa “mulher de preso”, empregada, pelos moradores do município de Lavínia, de forma genérica.

Diante da burocracia, tanto as penitenciárias do município de Lavínia como as duas do município vizinho, reconhecem o regime de amásia. Tendo em vista a correlação entre categorias jurídicas e sociais, o casamento e o concubinato se estabelece como forma de distinção e requerem obrigações e direitos diferentes.

As esposas legítimas mantêm de forma congruente a divisão entre o sagrado e profano, e, portanto, nunca se permitiriam desenvolver a função de mula. As amásias, em diversas ocasiões, reconhecidas pelas próprias esposas, ocupam uma posição menos estável no fluir das visitas. Ao serem registradas no nome de um amigo de cela, este,

¹⁴ Karina Biondi e Adalton Marques (2010) pesquisam a configuração do PCC no interior das prisões do estado de São Paulo desde o ano de 2007 e 2009. Nesses estudos os autores encontram na organização interna dos presos a divisão entre aqueles que “tem proceder” dos que “não tem proceder” como forma de distribuição entre “iguais” que compartilham dos mesmos ideais. Divisões necessárias na construção do sentimento de pertença à uma facção criminosa no mantimento de um território seguro.

podendo ser facilmente trasladado a outra unidade prisional, inviabiliza o acesso da mesma.

As “mulas” modificam os regulamentos do Estado. O papel do Estado na estruturação do mercado envolve a questão da determinação dos produtos que podem entrar nas prisões. As prisões de Lavínia e das cidades que compõem o complexo prisional vizinho ao estabelecer uma lista de produtos que podem ser levados pelas visitantes nos dias de visitação constroem mercado. A lista de produtos estão sujeitas a modificações constantes em função das novas coibições, impostas pela instituição à partir de comportamentos ilícitos por parte das visitantes. Os comerciantes locais se adaptam às demandas de suas clientes a novos produtos, cuja entrada seja permitida.

O Estado, portanto, se encontra estruturando o mercado externo das prisões ao pautar as fronteiras referentes aos ilegalismos.

1.4 QUESTÕES DE MÉTODO

Reconhecer o trabalho de objetivação e a “lógica universalmente pré-lógica da prática da atividade intelectual” (Bourdieu, 2009, p. 37) para este autor significa aceitar a dimensão subjetiva de uma determinada postura metodológica, que tem como efeito consciente certo engajamento com o objeto investigado¹⁵.

A principal técnica empregada na realização desta pesquisa é a etnografia, especificamente como ela vem sendo trabalhada por Beaud e Weber (2014) na realização de um guia para a pesquisa de campo. A etnografia aparece então enquanto método capaz de ultrapassar sua vertente acadêmica para ir se apresentando enquanto ato político direcionado, sobretudo, para a visibilidade daqueles estilos de sociabilidade até então ignorados pelos olhares que se colocam numa posição mais alta referente ao objeto estudado, impossibilitando o encontro espontâneo com práticas sociais que escondem formas mais complexas de reflexividade.

A etnografia não julga, não condena em nome de um ponto de vista “superior”. Ela procura, antes de tudo compreender, aproximando o que está

¹⁵ Cabe anunciar que anteriormente à finalização da etapa de interpretação e redação desta pesquisa passei por um processo de seleção para doutorado, neste mesmo programa, com a finalidade de dar continuidade a um processo que apenas havia começado.

distante, tornando familiar o que é estranho. Agindo assim, torna as coisas, as pessoas e os eventos mais complicados do que parecem. Pelo fato de o etnógrafo limitar-se a um longo trabalho de descrição - interpretação - os dois andam em par – ele põe às claras a complexidade das práticas mais comuns dos pesquisados, aquelas que são de tal forma espontâneas que acabam passando despercebidas, que se acredita serem “naturais” uma vez que foram naturalizadas pela ordem social como práticas econômicas, alimentares, escolares, culturais, religiosas ou políticas etc. (BEAUD & WEBER, 2014, p. 10)

Influenciada pelas críticas apresentadas por James Clifford (1998) em *Experiências etnográficas*, da atribuição excessiva de excentricidade à alteridade, Favret-Saada (2005, p. 156) se apresentou como alternativa aos sentidos que se opõem do “observar participando, ou participar observando” ao propor o conceito de “etnografia por afetação”.

Favret-Saada (2005) em sua obra publicada no ano de 1977, *Les Mots, la Mort, les Sorts*, ao demonstrar a existência da feitiçaria em uma região da França rural relata como apenas uma exposição longa ao campo lhe possibilitou acesso a um discurso autônomo, o que no começo resultou ser um campo estéril, no qual, seus interlocutores negavam a existência da feitiçaria remetendo-a a um passado remoto e já superado (GOLDMAN, 2005), foi se mostrando acessível apenas com o passar do tempo. A autora somente acessou seu objeto de estudo a partir de um momento não premeditado, quando seus interlocutores pensaram que ela tivesse sido enfeitiçada devido à sua particularidade apresentada por espasmos esporádicos decorrentes de uma série de acidentes automobilísticos, assim, foi quando teve acesso aos “efeitos reais dessa rede particular de comunicação humana em que consiste a feitiçaria” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 157).

[...] quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada (Idem. p.160).

A exposição ao campo sucedeu em duas etapas: a primeira delas se destaca pelo longo período de convívio, sendo este, de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, onde, através da função de filha da dona de um local de hospedagem desenvolvi tarefas de auxílio ao trabalho da pousada durante todos esses meses. Trabalhei ajudando na limpeza dos quartos, na repartição dos horários de uso da cozinha, esvaziando as lixeiras; me tornando transeunte entre as visitantes que ali se encontravam hospedadas.

Além da participação na rotina de trabalho de uma pousada no município de Lavínia, realizamos dez entrevistas com moradores estabelecidos, ou seja, aqueles que não possuem vínculo com o cárcere (apenas uma trabalhadora administrativa da P3¹⁶) mas que dependem em certa medida, principalmente economicamente, do fluxo das visitantes que movem o aqui estudado “turismo penitenciário”.

As dez entrevistas foram realizadas com: donos de estabelecimentos comerciais; uma funcionária administrativa da P3; dois agentes políticos; um dono de pousada e taxista; e, dois informantes-chave¹⁷.

A técnica de amostragem eleita, tendo em vista o ambiente empírico, foi a então denominada “bola de neve”. O tipo de amostragem conhecido como “bola de neve” utiliza redes de referência ao invés de métodos probabilísticos, ou seja, os próprios informantes-chaves vão encaminhando a pesquisa para futuras entrevistas. Segundo Juliana Vinutto (2014) a amostragem em bola de neve pode beneficiar casos que tratem de questões delicadas de âmbito privado e casos em que a quantidade de entrevistas não esteja estipulada de forma precisa, ou seja, características com as quais nos deparamos em processo de campo no pequeno município de Lavínia.

As entrevistas realizadas com os moradores de Lavínia tiveram entrada diferente da etnografia realizada com as visitantes em uma pousada, tendo em vista que minha mãe enquanto proprietária de um local de hospedagem também configura uma posição de *outsider* naquela localidade. Para as entrevistas contamos com uma informante-chave que trabalha na Prefeitura Municipal como assistente social, ela possibilitou o contato com os agentes políticos e demais entrevistados. O contato com esta informante-chave aconteceu durante minha estadia

¹⁶ Devido ao fato de que existem três penitenciárias no município de Lavínia, estas, de forma coloquial são referidas respectivamente como: P1, P2 e P3.

¹⁷ Apresentamos um quadro referente às entrevistas em Anexo A.

em Lavínia quando me matriculei e frequentei a academia do município, estabelecendo, assim, amizades locais.

Tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se podem produzir sem o saber por esta espécie de *intrusão* sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca (especialmente pela maneira de se apresentar a pesquisa, pelos estímulos dados ou recusados, etc.) é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar de participar da troca. É efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, de compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras (Bourdieu, 2003, p. 695).

Uma segunda exposição ao campo aconteceu em dezembro de 2018. Desta vez, sob o estímulo da pesquisa de Goidanich (2012) que realiza uma etnografia de acompanhamento das mães ao supermercado optamos por acompanhar a três “mulheres de presos” que vão às compras em Lavínia. Para a autora, as mulheres “constroem-se como sujeitos nas relações com as lojas, com os produtos, com suas famílias, com suas redes sociais, e com os outros sujeitos presentes na loja” (Idem. 2012, p.28). Durante as compras resultou foi possível conversar e analisar o que elas buscam no supermercado, qual a importância conferida aos preços, quais reclamações ou elogios ao atendimento e quais as formas de pagamento empregadas. Assunto tratado em detalhes no capítulo terceiro desta pesquisa.

Uma das dificuldades que se apresentou no desenho de uma metodologia eficiente foi a censura que circunda o ato de falar abertamente sobre dinheiro, omitindo ou exagerando no referente aos gastos. O que, por sua vez, evidencia a permeabilidade do campo econômico nas demais práticas sociais.

Reconhecendo que “a pesquisa etnográfica e a pesquisa estatística não se opõem, mas se complementam” (BEAUD & WEBER, 2014, p.14) dados que aqui serão apresentados foram retirados tanto de pesquisas outras quanto de fontes estatais, as quais, resultaram ser de extrema relevância na compreensão de um determinado perfil da população carcerária.

A análise documental foi realizada com o apoio da Prefeitura do município de Lavínia; do sociólogo Henrique de Paula Finoti, responsável pelo Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do estado de São Paulo. Finoti, contribuiu com dados sobre a população carcerária, desde o seu ingresso na Defensoria, ou seja, julho de 2010 até novembro de 2017.

Cabe ressaltar a dificuldade de acesso a informações detalhadas a respeito do nível de escolaridade; classe social atribuída; raça ou cor; e, outras variáveis que pudessem oferecer dados posicionais da população que habita as penitenciárias. Em correspondência mantida com o sociólogo Henrique de Paula Finoti, requerendo-lhe o acesso a tais informações, obtivemos a seguinte resposta: “vale ressaltar que este Núcleo Especializado de Situação Carcerária já fez consultas sobre esses dados mas a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo nunca nos os disponibilizou”¹⁸.

No referente ao enfoque teórico, nesta pesquisa adotado, também configura parte de um processo repleto de escolhas. De entre elas, a sociologia que pretendemos praticar e apresentar no decorrer dos capítulos é de viés construtivista (CORCUFF, 2001), com a qual, trabalhamos em forma de diálogo com diversos autores como: Bourdieu, Foucault e Elias no intuito de estabelecer uma prática reflexiva que mantém uma relação com a teoria em estreito desenvolvimento empírico; uma pesquisa que se guia pelos problemas que encontra e não por uma determinada tradição teórica.

1.5 SOBRE OS CAPÍTULOS

Dividimos esta pesquisa em três capítulos correspondentes ao percurso analítico. Sendo assim, iniciamos o primeiro capítulo com o constructo teórico que foi sendo apropriado em relação recíproca com o trabalho empírico guiado pelas diretrizes do construtivismo, ou seja, foi elaborado com o intuito de explicar o que ocorria ao longo do processo

¹⁸ Resposta obtida no dia primeiro de novembro de 2017 em comunicação mantida via *e-mail*.

de pesquisa, a partir das reflexões que foram sendo geradas sobre o tema aqui tratado, o “turismo penitenciário”. Trabalhamos a teoria de forma reflexiva, nos distanciamos portanto de um método linear; estabelecemos um diálogo entre a Sociologia da Punição, a etnografia por afetação e a Sociologia Econômica.

No segundo capítulo optamos por uma contextualização histórica da conformação do município de Lavínia enquanto complexo penitenciário passando por uma breve descrição de seus primórdios para nos concentrarmos no período de 2001 (ano da inauguração da primeira penitenciária) até a atualidade. Na contextualização histórica aqui apresentada resultou de extrema relevância a colaboração de uma professora de história que como natural do município tem um livro publicado com relatos de sua memória. Certamente, a ênfase foi dada nesta pesquisa aos acontecimentos históricos de dimensão econômica. Para a constituição da vinda das penitenciárias utilizamos duas entrevistas realizadas com dois prefeitos do município, os quais, ao compartilharem da mesma função no executivo puderam ser comparados. Existe um intervalo na história do município de Lavínia que a divide em dois momentos: 1) a memória saudosista de um passado economicamente próspero e 2) a realidade contemporânea pautada pela presença das penitenciárias. Cabe anunciar que pesquisas futuras poderiam elucidar os acontecimentos de uma região marcada por movimentos abruptos entre crescimento e crise econômica.

No terceiro capítulo especificamos as práticas do então analisado “turismo penitenciário”. Mediante uma organização de todos os materiais recolhidos em campo realizamos uma análise referente às posições objetivas, os pontos de vista subjetivos e as práticas que configuram, semanalmente, o fenômeno do “turismo penitenciário” no município de Lavínia. O ponto relevante deste capítulo é trazer ao leitor a rotina de uma prática de mercado, que se consolidou com a vinda das penitenciárias, e, conseqüentemente, situam uma série de agentes que não imaginam suas vidas sem a presença delas.

Optamos, enquanto desenho da escrita, fazer o uso das aspas sempre que mencionamos os conceitos mobilizados em campo empírico. Os nomes de todas as pessoas entrevistadas são fictícios, sobre as entrevistas mantidas com agentes políticos e que são apresentadas no capítulo dois nos referimos a Prefeito I e Prefeito II, os quais se encontram diretamente relacionados com períodos administrativos de profunda importância para a contextualização histórica referente à vinda das penitenciárias. Os nomes veiculados mediante os meios de informação investigados (principalmente jornais

locais) serão mantidos em seu formato original. Nomes próprios, portanto, serão apresentados quando retirados dos meios formais de informação utilizados enquanto dados secundários.

Capítulo 1

1 PRISÃO E ECONOMIA

A necessidade de discutir prisão em termos econômicos se dá justamente como oportunidade de questionar as premissas economicistas que se prendem aos discursos como: geração de empregos, desenvolvimento econômico, melhoria da renda per capita ou da qualidade de vida. Também, no referente aos estudos destinados à punição, a dimensão material do atual movimento do encarceramento em massa não recebe grande atenção. Os estudos se concentram nas questões de gênero, identidade, violência e controle social.

Esse empreendedorismo local – nomear a construção de prisões como turismo penitenciário e associa-lo a uma alternativa de desenvolvimento – é o discurso encontrado no município de Lavínia através das entrevistas, da observação e do convívio é constante. Este fenômeno vem reconfigurando o significado das prisões, criando incongruências argumentativas no âmbito do social embora signifiquem ganhos materiais para os fornecedores de bens e serviços.

Quando os reajustes na economia desembocam no aumento do desemprego e desigualdades de renda o tema pode ser rapidamente correlacionado com o aumento do encarceramento, tal como é defendido por Wacquant (2003) ao elaborar sua categoria epistemológica do Estado-penal minuciosamente punitivo para com a pobreza e altamente liberal com as elites. Mas, esse encarceramento sendo vivido por populações também periféricas como oportunidade mercantil é um tema merecedor de indagação, sobretudo, na especificidade de um Brasil que não experimentou da consolidação de um Estado do bem-estar social em sua plenitude, onde, uma pobreza distante de se apresentar como submissa se acostumou a ser empreendedora de si mesma na ausência da garantia de direitos do Estado.

Conforme Telles (2015) ao analisar os projetos de urbanização das favelas situadas na metrópole paulista encontra organizações que correspondem ao circuito global da economia, como bancos privados e agências de crédito, as quais, coexistem com associações dos moradores locais, aquelas de cunho religioso, cultural, assim como chefes locais do tráfico de drogas e sua rede de comercialização de ilícitos ou igrejas pentecostais e seus seguidores. Para a autora as reconfigurações das territorialidades urbanas correspondem à lógica dos negócios e do consumo e utiliza como exemplo a remoção de conjuntos habitacionais em decorrência do evento da Copa do Mundo no Brasil, em 2014. A

facilidade com que territórios foram removidos e novos circuitos gerados.

Em Misse (2007) a noção de “Crime Organizado” negligencia a grande variedade de atores, redes e práticas que se encerram numa categoria acusativa que se restringe aos códigos jurídicos. É de grande relevância o que o autor desenvolve referente aos mercados informais e ilegais, em como ocorrem incriminações preferenciais segundo os agentes que neles participam.

1.1 OS ESTUDOS CONSAGRADOS À PRISÃO

O sistema penal ao adaptar sua execução às demandas das reconfigurações sociais ocasionadas pela consolidação do neoliberalismo econômico, ao decorrer do século XX e início do século XXI, assume uma postura de criminalização da pobreza, transformando as prisões em propagadoras do trabalho precário conforme Wacquant (2003), se distanciando, assim, de seu propósito de ressocialização. Para o autor, o aumento no número de prisões e da população carcerária é parte integrante de uma reformulação das funções do Estado, que abandona as políticas assistencialistas de tipo keynesiano para reforçar a disciplina do trabalho assalariado desqualificado, reformulações denominada por Wacquant (2003;2008) de *workfare*¹⁹.

A obra de Foucault (2009) *Vigiar e Punir* nos serve de referência; compartilhada pelos estudos que configuram a subárea da Sociologia da Punição. De entre os pressupostos teóricos do autor, a prisão continua sendo a forma de punição visivelmente humanizada e igualitária propagada pelas sociedades civilizadas em oposição da barbárie de outrora, uma propaganda da lei que alcançaria a todos. O autor, ao introduzir a prisão na própria genealogia do poder de Estado, se refere a ela de forma ampla enquanto tecnologia de repartição populacional, portanto, preexistente à seu formato de jurisdição penal. Porém, a modalidade de poder trabalhada pelo autor nesta obra se orienta pelo seu caráter disciplinar no adestramento de corpos dóceis, ou seja, economicamente produtivos e politicamente submissos. Lemgruber (2001) demonstra como a dinâmica das prisões brasileiras se prendem na condição de reprodução da criminalidade, a famosa tese das universidades para delinquentes, assim, escapam de qualquer intencionalidade estatal de produção de corpos dóceis. Porém, em obras

¹⁹ Wacquant trabalha com o sistema de oposições de Bourdieu assim o *workfare* surgiria como oposto do *wellfare*.

posteriores, Foucault (2008) modifica sua orientação analítica de poder para a noção de “governamentalidade”, e passa de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle²⁰, sobretudo, da identidade.

Ao dispor o nascimento da prisão em congruência com um modelo burguês de existência, Foucault (2009) propõe uma analítica de poder voltada aos corpos dos sujeitados à lei. Este dispositivo penal capaz de organizar a forma como as próprias pessoas se enxergam estaria, portanto, inseparáveis da estabilização do neoliberalismo enquanto produtor das identidades modernas. Em sua obra *Segurança, Território, População*, Foucault (2008) trabalha a noção de governamentalidade e se distancia do poder de ordem disciplinar presente em *Vigiar e Punir*. Nesta obra o poder deixa de ser uma unidade soberana e facilmente localizada para se configurar enquanto situações estratégicas nas quais dominadores e dominados retroalimentam as delimitações produzidas pelo poder que os orienta.

Tendo a governamentalidade como gestora de saberes e tecnologias capazes de garantir o crescimento do domínio do Estado e, sendo, este, produtor das representações que organizam o consumo em uma dimensão simbólica é possível questionar a premissa presente na economia neoclássica, aquela de que o mercado estaria emancipado dos interesses de Estado.

Uma das principais referências teóricas no âmbito da Sociologia Econômica é o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2003). Em sua obra *A economia das trocas simbólicas*, o autor introduz a relevância da dimensão linguística na configuração das fronteiras estabelecidas pelos campos, a grosso modo, os conceitos articulados pelo Estado enquanto detentor do poder simbólico configuram modos de produção e percepção dos bens de consumo. Poderíamos então começar a indagar a respeito dessa reconfiguração da prisão em nichos de mercado.

Para esta dissertação, acompanhamos a premissa da Sociologia Econômica da intervenção positiva do Estado na configuração dos mercados, ou seja, o Estado que ao se construir constrói diferentes mercados (Bourdieu, 2001).

Wacquant (2001; 2003) utilizando a concepção de Estado presente em Bourdieu, elabora o conceito de Estado penal, com dois braços, um direito economicamente flexível e o outro esquerdo arduamente punitivo para com a pobreza. Para o autor, as prisões seriam como depósito de pessoas inadequadas ao capitalismo moderno.

²⁰ Sociedade de controle é conceito que aparece em Deleuze mediante sua releitura de Foucault.

Este modelo prisional, ao qual o autor denomina de Estado penal, surgiria nos Estados Unidos e seria exportado para os demais países através de políticas de Tolerância Zero. Ação governamental que criminalizaria a pobreza e seus bairros a modo de intensificar o encarceramento em massa. De forma análoga ao Estado penal, as políticas assistencialistas aplicariam a doutrina do *ethos* do trabalho e criminalização das atitudes atribuídas como demasiado benfeitoras derivadas do modelo keynesiano do Estado do bem-estar social. Premissa de Wacquant (2003) para compreender a expansão do plexo carcerário²¹. A tese mantida pelo autor de que o aumento do complexo prisional sucedeu de forma simultânea com o desmantelamento do Estado do bem-estar social – *welfare* – elucida o fenômeno de que mantendo as taxas de criminalidade constante, o aparato punitivo governamental estadunidense é, na atualidade, mais punitivo do que na década de 70, ou seja, no auge das revoltas manifestas nos guetos afrodescendentes. Assim, o efeito de criminalização da pobreza possui como causa principal a desconfiança e vigilância para com os mais pobres, os tornam merecedores das ofertas de trabalho precárias e mal remuneradas, afastando-os do espectro de práticas próprias como a cultura do trabalho assalariado dessocializado voltado para o âmbito da economia informal.

No período contemporâneo, o campo burocrático é atravessado por duas lutas intestinas. A primeira contrapõe a “grande nobreza do Estado”, a dos formuladores de políticas que promovem reformas orientadas para o mercado, à “pequena nobreza do Estado”, a dos executores ligados às missões tradicionais de governo. A segunda coloca em oposição o que Bourdieu, pegando carona no retrato clássico de Hobbes do governante, chama de “mão esquerda” e “mão direita” do Estado. A mão esquerda, o lado feminino do Leviatã, é materializada pelos ministérios “dos desperdícios”, encarregados das “funções sociais” – educação pública, saúde, habitação, bem-estar social e legislação trabalhista

²¹Nesta pesquisa, optamos pelo uso indiscriminado dos termos modelo prisional e sistema carcerário. O termo cárcere se apresenta de forma abrangente como na obra de Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere*, em que a fusão entre aspectos institucionais, sociais e emocionais se confundem numa trama complexa de interação.

– que oferecem proteção e amparo às categorias sociais desprovidas de capital econômico e cultural. A mão direita, o lado masculino, tem como tarefa reforçar a nova disciplina econômica via cortes no orçamento, incentivos fiscais e “desregulamentação” econômica (WACQUANT, 2015, p. 7).

Destacamos nesta dissertação o que foi trabalhado por Wacquant (2003; 2008) como associação entre pobreza “vagabunda”, aquela que não têm incorporado o *ethos* do trabalho, e prisão; sendo assim, a pobreza de torna responsável por sua própria condição, o que possibilitaria a hibridação entre fatores materiais e simbólicos numa justificativa para a atuação seletiva da jurisdição penal. Uma questão que o autor compartilha com Bourdieu, ou seja, o encontro com o que proporciona o sustento simbólico às existências materiais, a fim de uma compreensão mais plena da realidade atual do encarceramento em massa.

Nos cursos de Bourdieu (2014) reunidos em *Sobre o Estado*, o autor incorpora à visão weberiana do Estado - conforme monopolizador da violência física legítima - a dimensão simbólica durkheimiana, na qual crenças dos grupos dominantes são inculcadas como naturais e assim aceitas pelos dominados.

O Estado seria então capaz de organizar os espaços sociais através da imposição de uma crença compartilhada - que constitui visões de mundo -, mediante a qual, os agentes sociais se disponibilizam a ocupar o lugar designado pelo braço estatal (BOURDIEU, 2014). Assim, o carcereiro adquire uma postura determinada em oposição ao encarcerado e na sociedade; incorpora-se as prisões como alternativa de desenvolvimento econômico em determinados espaços. Estas disposições sociais definem identidades individuais e delimitam fronteiras nas relações interpessoais, podendo explicar a padronização referente à trajetória social que configura a maior parte da atual população carcerária.

No então “turismo penitenciário” analisado em Lavínia a distinção se efetua através dos corpos e das expressões linguísticas que configuram uma interdependência relacional entre moradores e visitantes (as turistas) fundamentada no mercado como observado no capítulo três.

Para Angela Davis (2003), em sua obra *Are prisons obsolete?*, existiriam uma série de investidores que de forma análoga à indústria

militar nos Estados Unidos; seriam os empreendedores da indústria carcerária. A autora trabalha em termos de exclusão capitalista de uma parcela da população estadunidense, se destacando, sobretudo, em seus estudos sobre feminismo e ativismo negro, mantendo a tese da população alvo do dispositivo carcerário. Em Davis os abolicionistas das prisões são tidos como utópicos enquanto a instituição perdura no âmbito da penalização como uma das mais eficientes, sendo considerada como algo “natural” e é inimaginável a vida sem ela. Davis (2003) aponta como uma das principais causas do crescimento exponencial da população carcerária foi o movimento de privatização das prisões, algo bem presente no contexto estadunidense, dando-se a reconfiguração da prisão em negócio lucrativo. Cabe lembrar que no caso do estado de São Paulo as prisões continuam sendo financiadas pelo órgão público de caráter estadual e federal.

Nils Christie (1998) com sua obra *A indústria do controle do crime* relaciona a existência de pessoas presas com o surgimento de um aparato governamental responsável por mantê-las no cárcere retroalimentando assim um único sistema prisional. O autor vai tratar das nuances históricas referentes ao crime, segundo ele, o que é considerado ilícito vai se transformando com o tempo; o crime é uma construção social que corresponde a determinados interesses governamentais.

Para o caso aqui estudado, o fenômeno do “turismo penitenciário” demonstra como a prisão alocada em um território distante das características atribuídas à criminalidade atual, sendo esta, principalmente identificada aos estilos de vida urbanos, ao ser deslocada a um contexto como o município de Lavínia constitui nichos de mercado protagonizados por agentes que não poderiam se diferenciar pelas dimensões de classe.

Com a alocação territorial das prisões em contextos de vocação rural encontramos “realidades multifacetadas” atravessadas pelas “territorialidades urbanas de contornos incertos” (cf. TELLES, 2015) que possibilitariam a mercantilização da “mulher de preso” ao ser designada simbolicamente enquanto “turista” como acomodação linguística.

Nesta visão de mundo normativa, o aumento gradativo do complexo penitenciário não se estabelece apenas enquanto solução viável ao problema da criminalidade, mas, também, aparece como projeto de desenvolvimento econômico.

Dentro da circunferência teórica que abrange os estudos da punição, as premissas de Foucault (2009) vem sendo reestabelecidas

pela proposição de criminalização da pobreza em Wacquant (2003), pelo Estado de exceção de Agambem (2004) e pela cultura de controle em Garland (2008). Nessas outras abordagens teóricas a relação entre prisão e o ambiente externo a elas, concretamente, o mercado de trabalho desqualificado, vem se fixando nos estudos contemporâneos. A prisão intensificaria mecanismos de exclusão social, o que certamente condiz com os dados estatísticos apresentados no Atlas da violência 2018, produzido pelo IPEA em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O estudo destaca a desigualdade quando o tema é homicídio de negros em relação com brancos ou de mulheres com homens. No Brasil, no ano de 2016, um 71,5% das mortes foram de homens, jovens e negros, o que coincide com o perfil de nossa população carcerária e periférica.

As novas prisões, portanto, podem corresponder à uma gestão de alocação desta população marginalizada tal como evidencia Wacquant (2003) porém contextualizada às querelas de um Estado configurado nas diretrizes da modernidade com um passado colonial que repercute na população alvo da prisão e nas estruturas familiares tradicionais.

Em convívio com as “mulheres de presos” em campo o sentido que davam de superação da dificuldade que enfrentavam era que ao menos seus maridos, filhos, pais e irmãos não iriam morrer na prisão.

Este é o ponto: são justamente os rastros – sim, eles deixam rastros nas cidades – dessas gentes sem nome, sem lugar, sem identidade definida, excedentes descartáveis, que essas cenas evocam diretamente, e não metaforicamente; justamente as realidades hoje postas nas cidades contemporâneas: situações de predação e despossessão generalizada, que fazem multiplicar-se por todos os lados esses habitantes indesejáveis, sem lugar, fora da ordem e, por isso mesmo, desafiando com sua própria existência as Leis da cidade. Presença multiforme, eles estão em todos os lugares: migrantes, refugiados, populações sem teto, desempregados, trabalhadores precarizados e outros tantos que vão se alojando como podem nos interstícios da cidade – nas ruas, embaixo das pontes, nas praças, nos terrenos vazios, nos prédios abandonados dos centros urbanos, nos confins das periferias urbanas. São eles também que se amontoam nas

instituições de confinamento e nas prisões que, hoje, no Brasil, encerram uma das maiores populações carcerárias do mundo (TELLES, 2017, p. 3).

1.2 PRISÃO NO BRASIL

Wacquant (1999) em sua obra *As Prisões da Miséria* situa o Brasil como principal importador do modelo penal estadunidense, configurando um cenário de “supressão do Estado econômico, enfraquecimento do Estado social, fortalecimento e glorificação do Estado penal” (WACQUANT, 2003, p. 26). O que certamente tenha chamado a atenção do autor é o fato de que o Brasil possua a terceira população carcerária do mundo²².

A situação da população carcerária no Brasil, se encontra amplamente discutida em diversos estudos, em diferentes áreas do conhecimento (Lemgruber, 2001; Ramos e Musumeci, 2005; Dias, 2011; Godoi, 2015).

Segundo os dados de Junho de 2016 apresentados pelo Ministério da Justiça de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), o perfil da população carcerária consiste em homens, jovens, maioria negros e, de baixa escolaridade²³, como já mencionado na introdução. Os dados também demonstram a continuidade do fenômeno de crescimento exponencial da população carcerária e a persistência da problemática da superlotação.

Godoi (2015; 2016), ao questionar a importância de olhar aos enfoques teóricos internacionais com certa parcimônia para não confundir com as especificidades de âmbito nacional, gera conceitos como Regime de Processamento e Sistema de Abastecimento. Nesta pesquisa pretendemos analisar aspectos materiais do Sistema de Abastecimento: como acontece a dinâmica da visitação das famílias dos presos e seu comportamento de aquisição de bens e serviços no

²² Dados do *International Centre for Prison Studies* (ICPR), sendo o total da população carcerária brasileira de 657.680 pessoas. Os Estados Unidos ocupa o primeiro lugar, com 2.145.100 pessoas e a China, ocupando o segundo lugar, possui 1.649.804 pessoas. Estes dados são referentes à última lista do *World Prison Population*, publicada no ano de 2016.

²³ Dados apresentados em uma notícia do jornal Estadão, intitulada *Maioria dos presos é jovem, negra e de baixa escolaridade*, do 08 de Dezembro de 2017.

município de Lavínia. Para Godoi (2015) a escassez material imposta pelo Estado nas prisões paulistas, produz de forma produtiva e positiva – em sentido *foucaultiano* - um sistema próprio de providência material, no qual, os familiares dos detentos são peça fundamental, como já mencionado acima.

Trabalhos de âmbito nacional, os quais, trabalham de forma direta com os familiares dos detentos demonstram como a prisão é um fator estruturante na vida cotidiana dessas pessoas (PADOVANI, 2010; SILVESTRE, 2011; SABAINI, 2012; FERRAZ DE LIMA, 2013).

Ferraz de Lima (2013) ao realizar uma etnografia específica com o grupo de esposas dos membros do Primeiro Comando da Capital (PCC), que se auto afirmam como “cunhadas”, encontra uma dinâmica de fidelização complexa envolvendo emoções e coerção na constituição de uma mulher fiel, situação na qual o valor familiar resulta ser de extrema relevância. A família ultrapassa o âmbito doméstico para configurar uma organização de iguais, todas aquelas esposas que fielmente acompanham a “caminhada” de seus maridos detidos; elas se encontram na rua, nas excursões, na cidade e configuram redes extensas de solidariedade.

Silvestre (2011) em sua dissertação intitulada *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina* mapeou as transformações econômicas de um município semelhante a Lavínia. A autora, ao estudar as relações pautadas pelo estigma que a população local reverbera à imagem transeunte da “mulher de preso” demonstra a negação de uma sociabilidade dos familiares dos detentos no cotidiano da cidade por ela analisada e a persistência da distinção entre ambos. Os moradores do município de Itirapina/SP alegam que é impossível não reconhecer quem é “mulher de preso”. A autora também entrevista comerciantes locais, os quais, também reconhecem a importância econômica que a dinâmica de visitação inaugurou na cidade.

Sabaini (2012) analisa o mesmo município que Silvestre (2011) mas dedica-se ao estudo da ascensão econômica e de status referente aos agentes penitenciários enquanto funcionários públicos, sobretudo o destaque de uma renda *per capita* privilegiada se comparada com os demais moradores do município de Itirapina/SP. Os agentes penitenciários se situam no pequeno município de forma duplamente privilegiada: a primeira delas é referente à renda e a possibilidade maior de aquisição de imóveis e bens materiais, e, a segunda delas, é o acesso privilegiado a tudo o que acontece no interior das prisões, ou seja, informações privilegiadas.

Padovani (2010), ao analisar os laudos processuais da Penitenciária Feminina da Capital (PFC), em um período de 32 anos, evidencia como o comportamento sexual homossexual no interior da prisão é utilizado como justificativa na construção do perfil de uma “mulher delinqüente”. Ainda, a autora demonstra como a dinâmica de visitação no caso das mulheres funciona de maneira completamente diversa dos homens, prevalecendo o abandono. Entretanto, aquelas mulheres que recebem visitas externas possuem um projeto de futuro mais nítido e, como consequência, se afastam das demais interinas.

Bumachar (2016) analisa a experiência prisional de mulheres estrangeiras em São Paulo e encontra a persistência do qualificativo “não nacional” enquanto oriundas de outros países no próprio cotidiano da prisão feminina da capital, demonstrando, a permeabilidade entre noções referentes a preconceitos como o da migração, que persistem no interior do cárcere de forma análoga ao que é propagado de forma midiática no exterior das grades, o que é utilizado para estabelecer hierarquias no interior da prisão.

Os estudos anteriormente mencionados indicam que, na esfera política, o binarismo crime/castigo segue multiplicando medidas para a elaboração de políticas de segurança pública. Ao mesmo tempo em que coloca à nossa disposição um conjunto de hipóteses já comprovadas que poderiam ser concebidas como um sistema coerente de fatos que relacionam a presença das penitenciárias em municípios do interior do estado como perceptíveis do desenvolvimento econômico local. Tais premissas como: 1) a renda privilegiada dos agentes penitenciários (SABAINI, 2012); 2) a percepção positiva de alguns comerciantes do município de Itirapina/SP em relação ao aumento de suas vendas (SILVESTRE, 2011); 3) a fidelidade das “cunhadas” em realizarem as visitas aos companheiros detidos mantendo o fluxo (FERRAZ DE LIMA, 2013), e; 4) o Sistema de Abastecimento enquanto parte estruturante do próprio dispositivo carcerário paulista (GODOI, 2015).

Também, o que esses estudos demonstram é a permeabilidade entre os espaços de dentro e fora da prisão, além da participação de uma extensa rede de pessoas implicadas na experiência do cárcere que movem recursos materiais e emocionais configurando um sistema carcerário múltiplo e poroso. Podemos, portanto, situar a realidade prisional num processo de circulação de pessoas e bens materiais.

Agora bem, nos situamos numa realidade de reconversão perversa das prisões em oportunidade econômica. Os estudos que relacionam prisão e economia no âmbito internacional fazem prevalecer algumas hipóteses excludentes. A primeira delas se refere ao fenômeno

atual do encarceramento em massa enquanto depósito daquelas pessoas inúteis ao sistema de produção e consumo (WACQUANT, 2003; GARLAND, 2008). Uma segunda hipótese bem difundida é a que relaciona o encarceramento em massa com a orientação desenvolvimentista do grande capital transformando as prisões em indústrias capazes de rentabilizarem seu investimento inicial através do aumento da população carcerária (CHRISTIE, 1994; DAVIS, 2003).

No Brasil onde não há nem houve um Estado-providência, requer certo distanciamento para com as premissas expostas por Wacquant (2001;2003); porém, é certo considerar que os programas assistencialistas estabelecidos no período do “lulismo” adquiriram a função de supervisionar a vida dos mais pobres.

Autores como Dallmann (2015) analisam o Programa Bolsa Família enquanto um dispositivo biopolítico de assistência dos mais pobres. Este autor demonstra como, o Bolsa Família é destinado às mães e não a mulheres como um todo, prevalecendo assim um comportamento atribuído e nada arbitrário. No caso do auxílio reclusão, os destinatários são membros da família do detento em caso de dependência do “progenitor” que tenha sido preso, porém apenas terão acesso aqueles presos que possuem a “qualidade de segurado” da Previdência Social, ou seja, estavam contribuindo no momento de sua prisão, algo que não corresponde com a realidade da população carcerária que alinham suas vidas nas nuances das fronteiras entre o formal-informal e o legal-ilegal²⁴.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2000) publica uma investigação intitulada *A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas públicas*. Neste estudo o IPEA analisa a função exercida pela família, a de preencher as lacunas ocasionadas pelo mercado enquanto característica das sociedades capitalistas modernas.

Independentemente de suas capacidades produtivas, os indivíduos necessitam consumir tanto mercadorias quanto bens e serviços que não podem ser obtidos no mercado, o que requer a

²⁴ O auxílio reclusão é destinado aos dependentes de trabalhadores que contribuíram para com a Previdência Social mas que se encontram em privação de liberdade sob regime fechado ou semi-aberto. Aqueles que cumprem pena em liberdade condicional perdem o direito ao auxílio. Para mais informação basta consultar a página *online* do DEPEN.

existência de mecanismos de divisão do trabalho e distribuição de recursos atuando na sociedade. Nas economias capitalistas, há instituições fundamentais para o funcionamento desses mecanismos: o Estado e a família. Além de contar com o mercado para garantir seu bem-estar, os indivíduos normalmente recorrem também às políticas sociais ou às medidas de solidariedade familiar para atender às suas necessidades (MEDEIROS, 2000, p.48)²⁵.

O empenho deste estudo do IPEA foi demonstrar como que políticas assistencialistas devem estar direcionadas pelo conhecimento disponível a respeito da organização familiar, ao qual, deve também ser destinado. Para o IPEA todo recurso econômico é distribuído de forma autônoma por cada unidade familiar, a possuidora do real conhecimento sobre as necessidades de seus membros; posicionando a família enquanto instituições de solidariedade social. Nesta cosmovisão, apresentada pelo IPEA, os indivíduos que não podem satisfazer suas necessidade de acesso a bens e serviços recorrem às famílias para tal.

Em países com um Estado do bem-estar social altamente desenvolvido crescem o número de famílias monoparentais, ou seja, se reduzem o número de membros familiares, como exemplifica Randi Kjeldstad (1998) para o caso da Noruega. A família, portanto, deixa de ser epicentro da distribuição material.

1.3 UM DIÁLOGO ENTRE AS SOCIOLOGIAS: PUNIÇÃO E ECONOMIA

Desde Foucault (2009) passando por Wacquant (2003) se mantém uma tese de que as prisões funcionam como depósito de pessoas supérfluas não aptas para participar do circuito econômico. Em Foucault (2009) temos a formulação dos corpos dóceis e do poder disciplinar em *Vigiar e Punir* que contribuiria para a sujeição das subjetividades numa era neoliberal. Em Wacquant (2003) as prisões operam para desmerecer a pobreza do acesso aos programas assistencialistas de Estado através de sua criminalização. Teses que corroboram a operacionalização de uma punição altamente seletiva para

²⁵ Marcelo Medeiros foi técnico diretor do estudo realizado pelo IPEA no ano de 2000.

com um determinado setor populacional, fato que as estatísticas comprovam.

Contudo, começar um diálogo direto entre as formas atuais de punição e o campo econômico pode elucidar certas estratégias desenvolvimentistas que encontra na pobreza seu principal eixo de atuação. Como aqui explanado, através do “turismo penitenciário”, esta conversão perniciosa de uma instituição punitiva em motivo de crescimento econômico e controle populacional. .

O binarismo constitutivo da sociologia enquanto disciplina provém de lutas passadas. Uma delas surge nos Estados Unidos quando o sociólogo James Coleman revogando ao passado hegemônico do funcionalismo de Talcott Parsons²⁶ difunde a ideia de que se poderia encontrar na Teoria da Escolha Racional a conciliação entre os níveis de análise micro e macro, algo impensável nas atribuições teóricas das perspectivas interpretativas referentes ao universo da microsociologia (cf. Wacquant e Calhoun, 1991). O resultado obtido foi uma acelerada apropriação do modelo de análise proporcionado pela economia neoclássica em diversos diagnósticos da realidade social, predominando os estudos estatísticos de tipo *survey* e as sondagens de mercado.

Mesmo que a teoria da economia neoclássica se distancie de uma prática científica relacional, certamente se aproximou das demais esferas sociais. Johan Christensen (2017), um jovem professor da Universidade de Leiden publica *The Power of Economists within the State*. O autor examina a presença de economistas treinados nos Estados Unidos e difusores da perspectiva do neoliberalismo econômico ao redor do mundo. Ele compara países como Nova Zelândia e Irlanda por um lado e Noruega com Dinamarca de outro, para mostrar como a influência dos economistas afetou a medida em que cada país adotou políticas fiscais voltadas para a flexibilização dos mercados, revelando uma mesma visão de mundo compartilhada entre 80 economistas que configuram a elite política desses países, enquanto impulsores da

²⁶ Conforme Wacquant & Calhoun (1991) em um artigo intitulado *Interesse, Racionalidade e Cultura* demonstram a propagação da *Rational Action Theory* (RAT) na produção acadêmica da sociologia nos Estados Unidos gerando uma divisão conceitual entre “dois pólos epistemológicos e duas concepções da ação social e da ciência social que se confrontam” sendo estes a Teoria da Escolha Racional e a perspectiva histórica cultural. De um lado, os indivíduos estariam rigidizados pela força da maximização de seus interesses e por outro, seriam partícipes das contingências históricas e das representações morais da cultura.

mudança. O que modifica a realidade social, o motor da inovação é econômico²⁷.

Se seguimos os primórdios teóricos de Weber, em sua obra *Economia e Sociedade*, publicada no ano de 1922; situamos o próprio surgimento do Estado moderno de forma recíproca com um novo modelo econômico, o capitalismo.

Weber (1992) discute em sua sociologia econômica o conceito de mercado “que seria notoriamente difícil de definir e, segundo suas palavras, tem uma estrutura amorfa” (SWEDBERG, 2005, p. 27). Segundo *Economia e Sociedade*, um mercado tem uma essência social e pode, tipicamente, ser encontrado num lugar específico. Uma organização pode ou não ser responsável pelo mercado. Apesar disso, sua essência social consiste em atos de troca repetidos – isto é, interações que são simultaneamente dirigidas a dois tipos diferentes de agentes, os que compram e os que vendem tão bem como seus concorrentes.

Weber (2004) complementa a ação racional dos economistas neoclássicos ao proporcionar uma tipologia da ação social que adiciona aos interesses de viés material aqueles movidos por ideais, emoções ou hábitos regidos pela tradição, constituindo uma trama complexa das ações não premeditadas do comportamento individual.

Swedberg (2005) demonstra como a dimensão histórica possui forte relevância na compreensão weberiana do comportamento racional, sendo este, direcionado para o sentido atribuído ao contexto em que a ação social é executada. Assim, Weber distingue a “racionalidade instrumental” que é empregada para a persecução de fins e se vale do uso do cálculo estratégico; da “racionalidade substantiva” que utiliza de um pensamento também sistemático portanto racional mas que se interessa, igualmente, pelos valores de dimensão subjetiva e não material.

Em uma ação social voltada para fins econômicos se manifestam uma pluralidade de interesses dependentes do processo histórico produto da autonomização da categoria econômico (WEBER, 2004; DUMONT, 2000).

A economia em sua dimensão de visão de mundo possibilitou a consagração de espaços sociais dotados de uma lógica específica de

²⁷ Como exemplo da constituição de um senso comum economicista temos uma série de expressões redundantes socialmente disseminadas como: “se mexer no bolso a pessoa muda”; “se pagar vai dar valor” ou “de graça até injeção na testa”.

funcionamento e compartilhado de forma ampla pelos agentes que nela participam. Atualmente, as pessoas não se perguntam a respeito do uso do dinheiro para intercambiar objetos, serviços e relações. Inclusive nos momentos de intimidade assumimos a necessidade monetária para iniciar uma relação, marcamos um encontro no cinema ou no restaurante; compartilhamos as contas mensais em caso de matrimônio e ao ter filhos pagamos em conjunto sua educação.

A Sociologia Econômica se situa na posição de denúncia sobre a proliferação da perspectiva do modelo econômico na compreensão das problemáticas sociais que negligenciam outros aspectos da mesma.

Assim, o conceito neoclássico de mercado, se não está hoje desacreditado, é pelo menos vigorosamente contestado pelos trabalhos de Granovetter, Powell, Zelizer e White. A rápida expansão da sociologia econômica nos últimos anos faz pensar que o questionamento sociológico das noções do senso comum “científico” da economia ortodoxa está apenas no começo. (WACQUANT e CALHOUN, 1991, p. 77)

Sabemos que possuir uma relação estável é implicitamente compartilhar um determinado acordo econômico. Conforme Zelizer (2011) evidencia a interação entre economia e intimidade o que significa negar as fronteiras estabelecidas pela economia neoclássica e partir para o estudo da relação entre a esfera econômica e sua interação com outras esferas.

Bourdieu (2001) recupera a palavra latina *census*, como responsável pela dimensão técnica ou dizer autorizado, empregado na constituição das divisões do mundo social. Divisões criadas e cristalizadas pelas instituições que só se fazem realidade mediante as relações sociais que em seus espaços são autorizadas.

A economia que se expressa em mercados enquanto espaço de troca das mercadorias estabelece relações entre uma diversidade de grupos sociais, os que configuram o amplo espectro do consumo. Independente da posição que possa ser ocupada no atual modelo econômico, certamente há o compartilhamento de uma “ideologia que justifica seu engajamento” o que Boltanski e Chiapello (2009) tratam de

“o espírito do capitalismo”²⁸. As justificativas de participação no circuito econômico acontecem tanto no nível individual como coletivo através do bem comum. Muitas empresas que incluem o atual debate da sustentabilidade ambiental empregam discursivamente a justificativa do bem comum como diferenciador de seu modelo de gestão desenvolvimentista.

Lopes Júnior (2002) argumenta que desde a década dos anos 80 a teoria econômica vem gerando certo “imperialismo disciplinar” capaz de produzir conhecimento sobre os mais diversos âmbitos da realidade social.

De acordo com a teoria econômica, um mercado se regularizaria de forma autônoma mediante a concorrência que se estabeleceria entre indivíduos perseguidores da maximização dos lucros. Deste modo o *homo economicus*, racionalmente, seria capaz de desenvolver sua estratégia no mercado reconhecendo os mecanismos de traição ou cooperação manifesto nas estratégias dos demais participantes a fim de conseguir um resultado ótimo; mas, já observamos como o mero conceito de cooperação pode ser infimamente problematizado.

Neste sentido, a proposta de conciliação entre interesses objetivos e condicionantes subjetivos, na teoria econômica, propagaria um “senso comum científico” baseado na lógica da ação social regida por um utilitarismo que dispõe de dois fatores determinantes: 1) o conjunto estável de suas preferências e, 2) uma variedade de informação a respeito das possíveis estratégias dos demais atores. O que conformaria uma ação voltada para o cálculo dos custos e dos lucros individuais enquanto fundamento da razão econômica.

Agora bem, Elias (1989) em sua obra *Introdução à sociologia* dedica todo um capítulo a problematizar a aplicação da teoria dos jogos no estudo das relações humanas. Segundo o autor é possível partir de uma situação hipotética como um jogo para remarcar a reciprocidade estratégica das ações individuais porém a complexidade aumenta quando temos uma variedade de indivíduos participando dos mesmos jogos com suas respectivas estratégias, ou seja, nos deparamos com a sociedade. Como pensar os mecanismos de maximização dos benefícios

²⁸ Os autores fazem referência à obra de Max Weber *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, tese explicativa das motivações éticas que guiaram um grupo específico à supervalorização do *ethos* do trabalho. Weber demonstra que valores morais da acumulação seriam contraditórios ao necessário estímulo do consumo como fonte de circulação das mercadorias então produzidas.

ao aumentar a trama de indivíduos? Ainda, como manter a estratégia tendo em vista as influências externas?

Partimos do indivíduo para chegar na sociedade, mudamos a ordem dos fatores para demonstrar que o resultado permanece: os indivíduos vivem em sociedade e a sociedade é formada por indivíduos. Portanto, o mercado é produto social e se configura enquanto prática individual situada numa dinâmica complexa de reflexividade conjunta. As escolhas individuais entre oferta e demanda permeiam as circunscrições da racionalidade, da subjetividade e da imposição social e econômica.

Weber (1992, p.56), em *Economia e Sociedade* afirma que o mercado é “uma abominação para todo sistema de ética fraternal”.

O monopólio das estratégias de mercado perpassa a luta pelo controle das representações legítimas do mundo social, sendo que, esta “luta pelas classificações é uma dimensão de qualquer luta de classes” (BOURDIEU, 2001, p. 11). O mercado ao impor seus limites também se nutre de suas margens, sendo capaz de absorver todas as representações sociais e permear qualquer espaço social.

Fligstein (2001) se propõe a desvendar os mitos do mercado. O primeiro deles é a suposta não intervenção do Estado na composição dos mercados²⁹. O autor propõe uma aproximação ao estudo da ação social que se distancie da proposta teórica da escolha racional para se aproximar mais bem do interacionismo simbólico mediante a proposta do termo “habilidade social” a modo que os atores poderiam “induzir a cooperação dos outros”³⁰ o que possibilitaria compreender as adaptações locais das forças globais.

Bourdieu (2000) seguindo a tradição weberiana de criticar o paradigma neoclássico hegemônico da Economia e se valendo dos próprios conceitos econômicos demonstrou, em sua obra *As estruturas sociais da economia*, como o mercado de casas próprias na França surgiu através de um forte estímulo governamental, o de modificar uma cultura voltada para a locação de imóveis de baixo custo subvencionados pelo Estado. O autor ao propor a realização de uma

²⁹ Noam Choamsky (2010) em sua faceta de ativista político organiza uma série de fatos históricos que denunciam a participação militar dos Estados Unidos em diversos países da América do Sul com a finalidade de garantir o acesso às *commodities* a um preço baixo, o qual, se tornaria consequência da instabilidade política desses países. O autor inclusive denuncia a capacidade militar de seu país de origem mediante a invenção e distribuição da *Internet*.

³⁰Conforme Fligstein (2007).

ciência da própria ciência consegue visualizar as lutas pela imposição da representação “verdadeira” da realidade, na qual, as práticas humanas se encontram imersas.

Desde a aplicação de uma perspectiva histórica e cultural torna-se possível observar que o conjunto das preferências dispostas às escolhas individuais dependem muitas vezes das estruturas do espaço social tendo como consequência uma trajetória da distribuição no espaço físico de coisas e pessoas (BOURDIEU, 2003).

Assim, abandonamos a lógica imposta pela economia neoclássica, a da existência de um agente da escolha racional difundido pela ideia de autonomização do mercado para nos aproximarmos da perspectiva em que os mercados são construções sociais. Em se tratando de mercado compreendido como espaço social devemos encontrar nele relações entre agência e estrutura, os agentes nele envolvidos estão dotados de justificativas específicas pautadas pelo “espírito do capitalismo”.

O fenômeno aqui estudado, o denominado “turismo penitenciário”, vem a questionar um dos pressupostos base da teoria econômica neoclássica, o da liberdade de escolha.

Nas diretrizes do pensamento de Bourdieu (2001), a operação técnica do Estado ao ser portador do discurso legítimo “consiste em situar (um homem, um ato, uma opinião etc.) em seu devido lugar hierárquico, com todas as consequências práticas dessa situação, e isso através de uma justa avaliação pública” (Idem. p.10).

Se pensamos no mercado enquanto espaço de encontro e de construções sociais tornar-se-ia visível o que Bourdieu (2003) denomina de “os espaços dos pontos de vista”.

O “turismo penitenciário” não corresponde a uma visão macroeconômica de alto investimento do capital financeiro. Corresponde mais bem a formas de organização econômica e familiar que perpassam as fronteiras do formal-informal e do legal-ilegal, porém, de extrema predominância e importância para a realidade brasileira.

Certamente o “turismo penitenciário” nunca se faria presente em uma revista de viagem e turismo, seria inacessível a manchete de “venha conhecer os canais de Lavínia”, portanto, não podemos situá-lo meramente num setor da economia veiculado ao ir e vir de pessoas que livremente escolhem seus destinos.

Analisar o fenômeno do “turismo penitenciário” requer de outros meios epistemológicos porque nos afastamos de uma pobreza que só existe para ser punida e nos aproximamos de agentes economicamente

ativos, politicamente situados e socialmente dispostos a participar do circuito econômico.

Bourdieu (2007) em sua obra *A distinção* elabora uma teoria geral das classes sociais tirando a categoria econômico do epicentro da análise para situar os mecanismos culturais e sociais enquanto estruturantes da distinção. Nesta obra o autor analisa as práticas de consumo enquanto parte das estruturas relacionais. As preferências individuais quando expressadas coletivamente demonstram posições referentes ao espaço social como um todo unificado, aquele que distribui não apenas os bens materiais como também práticas de consumo. Em Bourdieu estabelecemos que gosto sim se discute.

O que Bourdieu (2007) não pôde prever foi a apropriação cultural das elites de gostos periféricos. Como demonstra Herschmann (2005) o *funk* invade a cena das festas da elite carioca. Os fenômenos correlatos com as campanhas de criminalização do *funk* se aproximam do que foi proposto por Wacquant (2003) a feitura de relacionar com o ilícito tudo o que vem do espaço gueto, de onde o signo do admirável se afasta consideravelmente.

A bifurcação é intensa quando nos aproximamos da pobreza brasileira, aquela que tem uma fração descrita pelo termo ostentação, rompendo a linearidade explicativa de dependência da disposição do gosto às condições materiais da existência. Aspectos múltiplos que exigem de novos formatos interpretativos, arraigados na perspectiva relacional porém não recluso a seus conceitos.

Continuando com *A distinção* o acesso ao capital cultural, aquele que conformaria práticas de consumo, estaria a cargo da escola e da família. O que vemos com trabalhos como os de Ferraz de Lima (2013) e Dias (2011) é a extensão do valor família à organização criminosa do PCC, articulando uma rede de interdependência funcional detentora de capitais próprios pautados por um forte moralismo familiar tradicional. Não nos deparamos, portanto, com uma exclusão por excelência como voga a teoria da pobreza amplamente compartilhada quando referida ao tema da punição.

No sentido de compreender a transitoriedade entre mundos possíveis Telles (2009) trabalha com a noção dos ilegalismos de Foucault para descrever aqueles mercados que se encontram na periferia de São Paulo em sua permeabilidade entre o formal-informal; lícito-ilícito numa constante exposição às contingências direcionadas pela gestão da violência e da criminalidade enquanto componentes do cenário da violência designada como urbana. Não seriam, pois, as condições materiais da existência fonte intrínseca do dispositivo do

controle social; distribuindo no espaço social as praticas voltadas às mais variadas formas de ilegalismos.

Atualmente, uma vez exaustivamente discutido e apropriado o tema dos ilegalismos e sua alocação nas periferias da cidade de São Paulo, Telles (2015) se volta para outro tema de pesquisa em torno da militarização da gestão da ordem pública a modo de desafiar as categorias de análise atuais; o que pode ter efeito conciso nas formas de apreensão do fenômeno do encarceramento massivo.

1.4 A INTERIORIZAÇÃO PENITENCIÁRIA NO CASO DOS ESTADOS UNIDOS

Desde os anos de 1980 os Estados Unidos vem construindo novas unidades prisionais em suas localidades rurais como resposta ao declínio econômico ocasionado pela industrialização da produção agrícola e dos fluxos geográficos das demais indústrias, ambos, guiados pelo processo de globalização econômica. Neste contexto, as prisões aparecem como estratégia política para apaziguar a crise econômica das comunidades rurais estabelecendo uma via para seu desenvolvimento econômico.

Huling (2002, p.2) afirma que “as comunidades que sofrem com o declínio na agricultura, mineração, produção madeireira e manufatura estão agora implorando que as prisões sejam construídas em seus quintais”.

Em uma enquete realizada em 28 municípios rurais do estado de Nova York Turner & Thayer (2004) analisam as percepções dos agentes políticos implicados na transição em relação ao suposto desenvolvimento econômico aportado pelas prisões. De forma comparativa, eles analisam, também, cidades que não adotaram as prisões como alternativa para o desenvolvimento econômico. Segundo os autores, existem duas premissas que contribuíram para a emergência das prisões como oportunidade para o desenvolvimento econômico de localidades rurais: a primeira se trata da decadência econômica dessas comunidades e, a segunda, se refere ao crescimento da população carcerária do país, assim, esses fatores em seu conjunto guiaram as transformações das cidades rurais que abrigaram as prisões enquanto incentivo para a criação de um novo mercado de trabalho.

Para alguns economistas as prisões seriam viáveis inclusive em período de recessão econômica, sendo estes, momentos onde as taxas de criminalidade tendem a aumentar em comparação com os setores do turismo ou outras indústrias que seriam então afetados pela crise na economia. Outro fator a favor das prisões para o desenvolvimento

econômico de cidades rurais é que a população carcerária também é censitária, o que conta na proporção federativa da participação local no poder legislativo, aumenta a influência da comunidade nas decisões governamentais e o repasse tributário.

The purported benefits are described by a California Department of Corrections official who states that “Prisons not only stabilize a local economy but can in fact rejuvenate it. There are no seasonal fluctuations, it is a non-polluting industry, and in many circumstances it is virtually invisible...You’ve got people that are working there and spending their money there, so now these communities are able to have a Little League and all the kinds of activities that people want.” (Huling, 2002, p. 2)

Os autores (HULING, 2002; TURNER & THAIER, 2004) destacam a importância das decisões políticas na hora de introduzir as prisões nas comunidades rurais e sua inter-relação com a percepção dos políticos eleitos de tais localidades.

A prefeita da cidade do Colorado, que possui quatro penitenciárias federais afirma que: “temos uma indústria a prova das recessões e que não polui” (TURNER & THAIR, 2004, p.). Ela trata da prisão como empreendimento, como negócio estável ao longo do tempo o que eufemiza o fato de que lá estão pessoas privadas de sua liberdade. Banaliza e secunda o encarceramento em massa. Por isso, a enquête realizada pelos autores se centra nos agentes políticos do Departamento de Correção como órgão federal e os agentes políticos locais, ou seja, entre aqueles que decidem sobre a construção das prisões em localidades rurais e aqueles que as aceitam, na tentativa de apreender o que pode influenciar nas decisões políticas. Para medir as percepções gerais dos políticos dos órgãos federais, a enquête estabelece uma escala dos principais problemas econômicos das cidades rurais, sendo que 70% percebem um déficit nas produções agrícolas e de manufaturados, o envelhecimento da população e a diminuição nas contribuições de impostos também são um dos problemas destacados. Os resultados da enquête coincidem com as documentações sobre o declínio econômico das comunidades analisadas.

Logo, entre os agentes políticos locais, as prisões se apresentam como uma alternativa para o desenvolvimento econômico em curto prazo, o que coincide com os agentes políticos federais.

Ao contrário, em distinção com aqueles municípios que se negaram em receber as penitenciárias os agentes políticos encontram no estigma social que estas podem causar às comunidades a justificativa mais recorrente, o que, prejudicaria as valorações de possíveis investimentos industriais no futuro. Ainda, os agentes políticos alegam que as propriedades imobiliárias do município perderiam valor com a instalação das prisões (TURNER e THAIER, 2004).

Contudo, entre as visões a favor e contrárias às prisões como alternativa para o desenvolvimento econômico das comunidades rurais em momento de recessão não impedem o aumento delas. O fato que continua vigente nos Estados Unidos é o aumento de sua população carcerária e, portanto, do número de prisões. Assim, os autores destacam o déficit de estudos empíricos que possam comprovar ou renegar as prisões como mecanismos viáveis para o desenvolvimento econômico destas comunidades.

O tema populacional também aparece nesses estudos enquanto fator inferencial nas decisões dos agentes políticos locais. Segundo Huling (2002), desde os anos de 1980, nos Estados Unidos rural, a população carcerária excede o número de agricultores, por mais que os detentos sejam originários dos grandes centros urbanos o número de prisões instaladas em comunidades rurais só aumenta, demonstrando como as prisões se transformaram em uma indústria do encarceramento como mecanismo para solucionar os problemas que empobrece as áreas rurais e superlotam os centros urbanos.

Huling (2002) ao analisar a opinião dos moradores de uma localidade rural que nos Estados Unidos recebeu as prisões alega que o principal fator positivo apontado é a existência de trabalho, sempre haverá trabalho com as prisões em comparação com as incertezas de uma produção agrícola.

De entre as pesquisas encontradas a respeito do processo de interiorização prisional nos Estados Unidos uma das principais queixas dos pesquisadores se encontra na ausência de estudos e dados específicos que quantifiquem se o desenvolvimento econômico em municípios rurais realmente ocorreu ou apenas resultou em fracasso. Carência que tem contribuído à propagação do empenho de agentes políticos de comunidades rurais em persistirem com a construção de novas prisões.

De entre os aspectos que guiam a discussão acadêmica no referente à interiorização penitenciária no caso dos Estados Unidos a questão econômica predomina no debate. Entretanto, Huling (2002) interroga a respeito da população carcerária e sua característica negra

que em correlação com a população típica dos municípios rurais, sendo estas brancas, elas terminam relacionando sua condição de liberdade com a raça.

No Brasil o processo de interiorização penitenciário, especificamente para o caso paulista, tem sido documentado por pesquisadores como Godoi (2015) e Sabaini (2012). Sabaini (2012) reconhece no processo de incremento das políticas de interiorização penitenciária um modelo de descentralização da massa carcerária da capital paulista.

Godoi (2015) cita alguns acontecimentos históricos de projetos anteriores de distanciamento das prisões dos principais núcleos urbanos. No caso do Brasil temos Fernando de Noronha e Ilhabela como exemplos. A modificação que especifica a virada dos tempos, para o autor, se encontra na natureza das instituições que deixaram de ser agrícolas para se assemelharem aos modelos de punir urbanos, o que demonstra uma diluição entre fronteiras anteriormente bem circunscritas referentes aos territórios de rural e urbano. As prisões hoje, tal como foram alocadas no interior paulista demonstram que o rural já não é parte constitutiva de um Outro ontológico que claramente se opõe aos espaços urbanos, o que também desafia as categorias de análise arraigadas ao binarismo epistêmico.

No próximo capítulo nos concentramos no município de Lavínia e como as prisões e a ideia do turismo prisional passam a fazer parte do universo dos possíveis dos atores políticos locais.

Capítulo 2

2 O MUNICÍPIO DE LAVÍNIA E A PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM O “TURISMO PENITENCIÁRIO”

Um lugar não aproxima apenas pessoas e coisas, também delimita as representações que as mesmas fazem de si em relação com os demais que em sua companhia se situam.

Foucault (1999; 2009) ao situar tanto o punir quanto a sexualidade ou a loucura em perspectiva histórica “sacode as evidências” ao questionar a suposição de uma “natureza” humana supostamente imutável e universal. Até o século XVIII três códigos explícitos – sem mencionar a tradição weberiana e a pressão moral de Durkheim – regiam os corpos situados nos espaços tanto públicos quanto privados. Estes códigos eram fundamentalmente: o direito canônico de dentro da igreja; a pastoral católica e o poder jurídico, os quais, demarcavam as linhas divisórias entre o lícito e o ilícito organizando os espaços de sua prática (FOUCAULT, 1999)³¹. Os tribunais não apenas condenavam crimes referentes às apropriações das propriedades privadas, igualmente penalizavam, por exemplo, as práticas de adultério.

No texto de Foucault (2013) *De espaços outros* o autor afirma que vivemos uma época de supervalorização do espaço como simultaneidade onde o distante se aproxima. O autor realiza um percurso histórico daquilo que o Ocidente entende por espaço, começando pela localização hierárquica da Idade Média; passando pela expansão do espaço infinito através de Galileu para alcançar os espaços por alocação da modernidade, sob a forma de relações entre alocações. Em Foucault a alocação “é definida pelas relações de vizinhança entre pontos ou elementos; formalmente, elas podem ser descritas como séries, árvores, grades” (Idem. p. 114). O espaço como alocação serve para o autor trabalhar seu conceito de heterotopias sendo a prisão um de seus exemplos enquanto lugares de contestação, inversão, utopias que se materializaram na realidade social. O interessante das heterotopias é que correspondem à todas as alocações ao mesmo tempo constituindo

³¹ Para Foucault (1999) essas instituições sociais detinham o poder de controlar as subjetividades dos indivíduos através da tecnologia da confissão, as pessoas se sentiam moralmente obrigadas a confessar seus pecados e crimes.

lugares e espaços que funcionam em múltiplas possibilidades de significação cuja organização não pode ser apreciada de forma imediata.

Foucault destaca cinco princípios fundamentais a respeito do funcionamento das heterotopias enquanto espaços: 1) assumem formas variadas; 2) podem mudar no tempo; 3) possuem o poder de justapor alocações em si mesma incompatíveis; 4) ruptura absoluta com o tempo tradicional; e, 5) pressupõem rituais de abertura e fechamento regidos pela coação, o que ao mesmo tempo as isola e as torna penetráveis. (FOUCAULT, 2013).

Um espaço social, portanto, não organiza as pessoas somente de forma física, igualmente evidencia suas pretensões subjetivas, referentes ao modo como desejam ser identificadas ou representadas no lugar em que interagem em situações estratégicas de exercício do poder.

A história contada reserva, portanto, as representações de um coletivo historicamente situado e socialmente designado.

Agora bem, a compreensão dos espaços se torna complexa na medida em que abandonamos a perspectiva estável e imutável do pensamento científico, para situar estratégias multifacetadas de organização social em redes de interdependência funcional (ELIAS, 1989). Estamos diante de uma perspectiva histórica mutável e móvel e nos resta enquanto tentativa: compreender o processo de vinda das penitenciárias ao município de Lavínia.

2.1 LAVÍNIA: TRENS, BONDES E PRISÕES

De forma imediata a história de Lavínia pode ser acessada na página *online* de sua Prefeitura Municipal, sendo a seguinte narrativa apresentada:

Lavínia nasceu com a penetração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e com a evolução da cafeicultura.

Foi fundada em 1933, pelo Coronel Joaquim Franco de Mello. Recebeu este nome (Lei Estadual nº.9775) em homenagem a sua esposa, Lavínia Dauntre Salles de Mello.

Em 31 de março de 1935, com a inauguração da Estação Ferroviária, predominava de forma abundante a produção de mamona, arroz, amendoim e algodão.

Em 30 de novembro de 1944, é desmembrada dos municípios de Valparaíso e Araçatuba pelo

decreto nº. 14.334, é criado o município em 1º de janeiro de 1945.

A crise nacional de 1960 provoca a substituição da cultura do café pela pecuária e, como consequência, veio o êxodo rural.

Lavínia possui como principais culturas a cana-de-açúcar, e, em menor escala, o plantio de milho e cebola. A cultura da cebola em épocas anteriores foi a que mais predominou no município durante algum tempo; hoje, porém, a cana-de-açúcar é predominante e contribui para o abastecimento das usinas de açúcar e álcool das cidades circunvizinhas.³²

Através desse relato histórico disponibilizado, publicamente, pelo órgão administrativo do município de Lavínia podemos retirar duas observações significativas: a primeira delas se refere à relevância econômica atribuída ao cultivo da cana-de-açúcar destinada ao abastecimento das usinas de açúcar e álcool; e, a segunda delas, deve-se à inexistência das penitenciárias na presente narrativa sobre a história da cidade. Tanto é assim que, para ter conhecimento das penitenciárias seria necessário acessar a página eletrônica da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do estado de São Paulo, compondo um quadro de administrações relativamente autônomas.

As usinas de açúcar e álcool -tal como a própria narrativa anteriormente apresentada demonstra- se encontram nas “cidades circunvizinhas” e não estão, portanto, sediadas em Lavínia.

Em entrevista mantida com o atual prefeito municipal, ao ser questionado se considera que Lavínia ainda seja predominantemente rural, antes de obter uma resposta afirmativa ouvimos: “lógico que hoje temos a presença dos presídios, mas, nossa vocação é rural”. O prefeito prossegue comentando sobre a monocultura da cana-de-açúcar e da presença da pecuária.

Existe inclusive uma raça bovina batizada pelo nome de Lavínia, um cruzamento entre zebuínos com gado de origem europeia deu

³² O fragmento aqui apresentado não passou por nenhuma alteração linguística e se desconhece sua autoria; também pode ser acessado no *site* da Prefeitura de Lavínia: [//www.lavinia.sp.gov.br](http://www.lavinia.sp.gov.br)

origem na formação de uma nova raça que daria mais leite além de carne.³³

Ao conhecer os moradores de Lavínia, mediante um longo período de exposição em trabalho de campo, tivemos a oportunidade de receber em mãos o livro de uma moradora do município que narra a história de sua terra natal. Em sua obra, *Retalhos da memória*, Maria Nívea Pinto (2005) esclarece a origem do município de Lavínia:

O Coronel Francisco Schidmit, conhecido como “rei do café” em Ribeirão Preto, apossou-se de uma gleba de cerca de 48 mil alqueires na vertente do rio Tietê, que veio a constituir mais tarde dezenas de municípios. Era a chamada Fazenda Volta Grande.

Como grande parte das terras era considerada devoluta, temendo que o Estado reclamasse seus direitos, ele procurou transferir parte da gleba que tinha problemas de legalização a um político conhecido, o Senador Rodolfo de Miranda.

Em meados de 1921 o Coronel Joaquim Franco de Mello, juntamente com este Senador, veio para a Alta Noroeste Paulista, com o intuito de adquirir terras pertencentes a Francisco Shimidt.

Descendo na estação Bacuri da estrada férrea que margeava o rio Tietê, ele vem para concretizar a transação. Tendo sido feito o acerto da compra, ele inicia o trabalho de desbravamento da mata virgem e a abertura de uma estrada a partir da estação mencionada. Ela ainda existe atualmente, ficando a cerca de 57 quilômetros da cidade.

No km 365 da Variante, o Coronel Franco de Mello idealiza a cidade de Lavínia, cujo nome era uma homenagem a sua esposa, dona Lavínia

³³ Rubens Franco de Melo, proprietário da fazenda Santa Maria no município de Lavínia (SP), depois de uma série de experiências envolvendo cruzamentos com machos da raça Parda Suíça com fêmeas das raças Gir, Nelore e Guzerá, dedicou-se aos cruzamentos da raça Parda Suíça com Guzerá. Em 1954 suas experiências tiveram sucesso sendo obtidos animais bi-mestiços com 5/8 de sangue Pardo Suíço e 3/8 de sangue Guzerá que deu origem a raça que ganhou o nome da cidade onde a fazenda está localizada. Fonte: [//https://stravaganzastravaganza.blogspot.com](https://stravaganzastravaganza.blogspot.com) Consulta: 10 de jan. 2019. O gado Lavínia também se encontra relatado no livro de Pinto (2005).

Dauntre Salles Cunha, de tradicional família paulista. (PINTO, 2005, p. 22)

Atualmente, a fazenda de café do Coronel Joaquim Franco de Mello – fundador do município de Lavínia - se encontra completamente improdutivo, inclusive, teve a oportunidade de entrar em suas terras e de visitar as casas das colônias, completamente abandonada, para encontrar os retratos pendurados na parede; as camas ainda com sua roupa embora repleta de poeira; as cristaleiras com suas taças e xícaras; e, até mesmo, uma imensa sala de baile com sua vitrola e seu lustre de cristal. Tudo abandonado. A única pessoa que ali se encontrava era um senhor responsável pela vigilância do gado; quem nos explicou a respeito dos atuais atos de vandalismos por que passaram as casas da colônia, tratando-se de pessoas que, pela noite, quebraram janelas e roubam as coisas restantes.

No ano de 2018 a fazenda foi então ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Assentamento Primavera II que ocupava as terras da família Franco de Mello no município de Mirandópolis ao receber uma determinação judicial de desocupação se mudou para as terras localizadas em Lavínia, alegando que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) as considerava como terras improdutivas.³⁴

É muito interessante a forma como Pinto (2005, p.17) dá início a seu livro de memórias: “a origem da cidade de Lavínia está ligada ao processo de ocupação do Oeste Paulista, última área do Estado a ser conhecida e habitada pelo “homem civilizado”, no início do século XX”.

Um dos motores desenvolvimentistas, responsáveis pela gênese da região Oeste Paulista foi a construção da estrada de ferro da Noroeste, que tinha como objetivo ligar o estado do Mato Grosso com o Rio de Janeiro. Lavínia não existia e nem sequer fazia parte da rota inicial da estrada Noroeste, apenas as consequências não premeditadas da ação humana modificaram seu percurso. As obras iniciais tiveram que enfrentar-se com doenças tropicais e ninguém nelas queria trabalhar. Neste momento foi planejada a construção de um caminho alternativo, a Variante, que então passava pela região que hoje é Lavínia.

³⁴ Notícia do Jornal Folha:

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u60476.shtml> (Aceso 15 de jan. 2019).

À medida que avançava e progredia para o interior; ia a estrada lançando não só a semente de núcleos urbanos que faziam nascer cidades de vanguarda, chamadas de “boca do sertão”, como também se transformavam povoações, vilas e cidades antigas, sob o influxo renovador da estrada de ferro. Assim ergueram-se ao longo da estrada cidades importantes como Lins, Penápolis, Birigüi e Araçatuba e, na Variante, Valparaíso e Andradina. (PINTO, 2005, p. 18)

Sabaini (2012) ao analisar o município de Itirapina/SP com duas penitenciárias e que compartilha de uma história semelhante à de Lavínia, demonstra como fato relevante para o desenvolvimento econômico da região a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. O autor se concentra na figurados dos atuais agentes penitenciários, os quais, associam sua atual ascensão econômica com o passado, aquele referente aos antigos trabalhadores da estrada de ferro. Nas narrativas dos agentes penitenciários se encontra a analogia da vinda das prisões para o município de Itirapina como no tempo em que veio a estrada de ferro, trazendo novos postos de trabalho. A diferença que encontram se relaciona com o todo do Brasil, que, segundo a perspectiva local, atualmente, a sociedade brasileira se caracteriza pelo aumento da violência e não pelo tipo de desenvolvimento possível em outrora.

O passado é visto de maneira saudosa, pois, segundo ele, “naquela época não havia tanta violência; o trabalho das ferrovias foi substituído pelo das penitenciárias hoje em dia por causa da violência”. Se antes trabalhar na ferrovia indicava andar lado a lado com o progresso do país – resultado da construção e ampliação das ferrovias – hoje em dia trabalhar em uma penitenciária passa uma impressão negativa, de que “o Brasil mudou para pior”, pois em sua concepção sai de cena o desenvolvimento, que dá lugar à violência e ao crime. Há, portanto, no período de 1970 até 2010, uma descontinuidade, uma mudança na imagem da cidade e nos empregos nela oferecidos. (SABAINI, 2012, p. 17).

Voltando a Lavínia, o projeto de desenvolvimento idealizado pelo Coronel Franco de Mello tinha como principal incentivo a passagem da estrada de ferro no km 365 da Variante, assim a estação ferroviária de Lavínia surge no ano de 1933 e com ela um conjunto de imigrantes japoneses configuraram os primeiros moradores da cidade numa colônia denominada Mimosa (PINTO, 2005)³⁵.

O Coronel Franco de Mello falece dois anos após a inauguração da estação ferroviária em Lavínia sem finalizar o projeto desenvolvimentista de sua cidade apenas por ele idealizada³⁶. No ano de 1943 seu filho o Dr. Raphael Franco de Mello apresenta uma carta à Comissão de Revisão Administrativa e Judiciária do Estado reivindicando a criação do município de Lavínia alegando a existência dos seguintes itens:

7 máquinas de beneficiar arroz e 3 de beneficiar café;

1 das maiores máquinas de beneficiar algodão da Noroeste, a SANBRA;

26 casas comerciais; 8 barbearias; 7 hotéis; 4 padarias; 4 sapatarias; 2 selarias; 3 sorveterias; 3 postos de gasolina; 3 olarias; 3 farmácias; 3 médicos; 2 igrejas; 1 grupo escolar;

700 prédios e uma população de 12.000 habitantes;

A produção de 1942 havia sido de:

300 mil arrobas de algodão; 300 mil sacas de arroz; 30 mil metros cúbicos de madeira; 10 mil sacas de amendoim; 3 milhões de pés de café; 30 mil cabeças de gado;

³⁵ Os imigrantes japoneses foram distribuídos pela região do Oeste paulista mediante a operação da Companhia de Colonização do Brasil ocupando uma gleba de 8 mil alqueires loteadas pelo Coronel Franco de Mello (PINTO, 2005). A exploração comercial da terra foi base da colonização do Brasil.

³⁶ O projeto de cidade havia sido feito pela Companhia *City* de São Paulo tendo como responsável o urbanista engenheiro Bazzani (Apud, 2005). Fundada em 1911 em Londres pelo francês Joseph Bouvard e contando com investidores franceses, ingleses e brasileiros, a empresa se instalaria em São Paulo no ano seguinte, com o nome de *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited*. Logo em seu início a empresa adquiriu 15 milhões de metros quadrados de terrenos no perímetro urbano da capital paulista.

movimentação financeira da E.F.N.O.B:
Cr\$ 1.217.928,90;
arrecadação do Correio: Cr\$ 17.644,10;
imposto de indústrias e profissões:
Cr\$ 143.872,50. (PINTO, 2005, p.24).

No ano de 1945 é inaugurado o município de Lavínia e eleito seu primeiro prefeito, Cândido Alves Vilas Boas, que era contador e compadre do Dr. Raphael.

No campo político, o município de Lavínia foi marcado pelas divisões partidárias, representadas por dois fazendeiros de grande porte, os quais não apenas dividiam a cidade ideologicamente mas também geograficamente, o lado direito da estrada de ferro representava os partidários dos Franco de Mello enquanto o lado esquerdo da estação era marcado pelos simpatizantes de Ivo Tozzi.

A crise na produção do café foi a primeira a afetar o conjunto populacional das colônias de Lavínia causando o êxodo rural. Logo chegou a mecanização das produções agrícolas e o predomínio da pecuária em terras do Mato Grosso do Sul devido às facilidades de acesso a água. O resultado foi o êxodo não apenas dos trabalhadores da terra como também das famílias tradicionais enquanto principais investidores da cidade, abrindo espaço a novas lideranças políticas.

Porém, as divisões históricas se arrastaram para configurar a cultura política do município. Nas últimas eleições de 2016 algo inesperado ocorreu; um comerciante que não havia sido nem vereador da cidade ou que nunca houvesse se candidatado a um cargo público ganha as eleições; surpreendendo aqueles que se mantiveram no poder de até então. No convívio com os moradores de Lavínia todos sabiam quem tinha votado no Outro (explicamos mais adiante) dando um sentido de traição ao comentário acessado nas narrativas locais, evidenciando certa tendência ao clientelismo político³⁷.

Não nos interessa mencionar a perspectiva da cultura política e sim enunciar a configuração histórica de um campo, elucidar as lutas do passado que contribuíram à imposição das categorias de percepção que

³⁷ Seibel & de Oliveira (2006) articulam o conceito de clientelismo político e seletividade na constituição da agenda de políticas públicas. Os autores destacam como característica fundante do clientelismo como cultura política a prática de “troca de favores” que acabam direcionando as escolhas de governo concomitante com o acesso da sociedade civil para com as políticas públicas, ou seja, a redução de direitos sociais e políticos a favores.

se encontram vigentes na atualidade (BOURDIEU, 2008). Essa visão de mundo que omite de sua história a manifestação atual decorrente da presença das penitenciárias.

Em uma Revista especial, publicada no ano de 2017 em comemoração aos 73 anos de Lavínia na última página aparece uma grande foto de Salvador Matsunaka com o seguinte depoimento:

É com alegria que comemoramos mais um aniversário de Lavínia. Fico feliz em poder ter contribuído junto com você, realizando grandes obras em nosso município. Entendemos e estamos convictos que nestes 24 anos de administração do PSDB em Lavínia, nosso objetivo foi trazer o desenvolvimento para uma cidade cada vez melhor.

Apenas em campo foi possível experimentar a liderança política de Matsunaka e sua facilidade relacional com o governo estadual. A influência política de Salvador Matsunaka no município de Lavínia é tamanha que sua residência e escritório se encontra praticamente ao lado da Prefeitura Municipal, como muitos moradores alegaram “a Prefeitura era o quintal da casa dele, mesmo ele não sendo o prefeito sempre estava opinando”³⁸. Ele se tornou uma figura histórica no município de Lavínia devido a sua forma de fazer política, digamos menos arraigada aos controles burocráticos. Por mais que outros prefeitos tenham sido eleitos, a liderança de Matsunaka na prefeitura persistia, como ele mesmo enuncia na Revista em comemoração aos 73 anos da cidade, dos quais, 24 anos foram sob a administração do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) tendo a Salvador como presidente em Lavínia.

Em 2012 Matsunaka se candidata novamente a prefeito do município de Lavínia. A candidatura de Salvador, neste ano, foi barrada pela lei da Ficha Limpa³⁹. Porém, ele manteve sua candidatura até o último dia das eleições. No dia anterior às eleições ele então renuncia em favor de seu primo Mário (casado com a sua prima) e mesmo assim a foto de Salvador permanecera nas urnas no dia da votação.

³⁸ Anotações do diário de campo entre os meses de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018.

³⁹ Ficha limpa, ou, Lei Complementar nº 135 de 2010, sendo idealizada pelo juiz Márión Reis proíbe que políticos encaminhados a processos jurídicos de segunda instância possam se candidatar.

IMAGEM 1 – No meio a figura política por excelência do município de Lavínia ao lado de Jamil Ono e do governador do estado de São Paulo Geraldo Alckmin.



Fonte: Jornal Gazeta da Região. Consulta: 10 de janeiro de 2019.

Mário Hiroshi Yamashita, membro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), se destaca por ter sido prefeito do município de Lavínia no período de 2012 a 2016, sobretudo, por ser um ex-agente penitenciário. Em entrevista para a Revista Exame, Mário oferece um ponto de vista a favor das penitenciárias alegando seus supostos benefícios econômicos.

Só com a folha de pagamento dos 800 funcionários, são R\$ 2,5 milhões por mês. Antes só tinha um táxi. Hoje são 35. Pousada, não tinha nenhuma. Hoje temos seis. A cidade fica mais segura porque tem mais policiais.⁴⁰

Como averiguado mediante a prensa local, no ano de 2016, Mário Hiroshi Yamashita responde a um processo jurídico de improbidade administrativa correspondente ao período em que exerceu o cargo de prefeito do município de Lavínia. A acusação de deve à criação de um

⁴⁰Matéria retirada da revista EXAME intitulada “*Em Lavínia, 50% da população está atrás das grades*” de 16 de Janeiro de 2014.

cargo comissionado para que Salvador Matsunaka pudesse efetivamente exercer decisões de cunho administrativo.

A Justiça condenou os ex-prefeitos de Lavínia Mário Hiroshi Yamashita e Salvador Cazuo Matsunaka, ambos do PSDB, por improbidade administrativa pela criação de cargo comissionado. Os dois foram condenados a restituírem aos cofres públicos os valores gastos com pagamento de salário com o posto em comissão, cujo valor vai ser apurado na fase de liquidação. Eles podem recorrer. O Partido dos Trabalhadores, autor da ação, disse na ação que Matsunaka teve sua candidatura a prefeito impugnada nas eleições de 2012, por conta da Lei da Ficha Limpa. Por isso, ele lançou Yamashita como postulante naquele pleito. Segundo o processo, a candidatura foi condicionada, em caso de vitória de Yamashita, à criação de um cargo de alto escalão para que Matsunaka exercesse, de fato, a administração do município. Fonte: Jornal Folha da Região, 31 de Outubro de 2018.

Outro fator interessante, ao analisar a Revista em comemoração aos 73 anos de Lavínia, foi a ausência das penitenciárias, silêncio que se faz presente. São 15 anos desde a inauguração da primeira penitenciária, no ano de 2002, os quais, não aparecem na história do município. Transforma-se em uma realidade sobre a qual melhor não se pronunciar, manifestando então o estigma característico de uma instituição destinada à punição.

A única menção que se faz de forma oficial à presença das penitenciárias no município de Lavínia se encontra no Plano Municipal de Saúde em consequência da inauguração de uma nova unidade básica no ano de 2018. Neste plano o que aparece é a preocupação do município para com a população flutuante que configura a realidade de alguns familiares dos detidos que se instalam no município.

A existência das já mencionadas Penitenciárias masculinas, implica numa discrepância entre o número de habitantes homens em detrimento de mulheres, em decorrência disso, o município conta também com a particularidade de possuir uma parcela da população que é rotativa, sendo

composta por familiares dos referidos privados de liberdade, que se domicíliam neste município, mas de forma provisória, devido a constante movimentação entre as Unidades Prisionais do Estado. Sendo assim, além dos residentes fixos, contamos também com essa população que é cíclica e que aumenta consideravelmente a demanda para todos os tipos de serviços públicos (educação, saúde, promoção social, entre outros). (PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE, 2018-2021)

Neste ponto, Goffman (1987) nos permite uma análise a partir do conceito de “instituições totais” para se referir aos hospícios, conventos e prisões, construídos em isolamento das demais influências sociais⁴¹. O estigma para com as prisões é acentuado devido sua reciprocidade com a violência e a criminalidade; aspectos de uma sociedade urbana que deveriam estar distantes de uma cidade pacata como Lavínia.

As prisões, portanto, foram isoladas da história. Algo que se apresenta enquanto aspecto inovador da obra de Foucault (2009), *Vigiar e Punir*, ao relatar o nascimento das prisões nas sociedades modernas. O autor situa a punição em perspectiva histórica demonstrando o mecanismo que a circunscreve enquanto criadora das ilegalidades.

A única forma em que as penitenciárias de Lavínia são noticiadas se encontra na imprensa local. O jornal local que tem por nome *O Impacto* é produzido no município de Guararapes/SP e distribuído para as demais cidades da região, como: Andradina, Mirandópolis, Valparaíso e Lavínia. As notícias é de natureza como a que segue, apontando especialmente o comportamento desviante das mulheres que visitam seus familiares detidos em Lavínia acentuando a relação das mesmas com o crime.

Foram duas apreensões no sábado, 10, na Penitenciária II de Lavínia e uma no domingo, 11, a Penitenciária III. Em Lavínia II, ao ser submetida aos procedimentos de imagem do equipamento de scanner corporal, ficou evidenciado a presença de corpo estranho em sua genitália. Ao ser indagada se portava algum objeto ilícito, ela respondeu negativamente.

⁴¹ As prisões continuariam sendo “instituições totais” enquanto projeto de isolamento porém na prática o que ocorre é uma constante permeabilidade entre o espaço de dentro e fora das grades.

Diante os fatos, a Polícia Militar foi acionada para levá-la até o Hospital Estadual de Mirandópolis na presença de agentes femininas. No hospital a mesma recusou-se a realizar exames e procedimentos, e foi levada em seguida para a Delegacia de Polícia do município de Lavínia, ao chegar na delegacia ela retirou voluntariamente de sua genitália um invólucro que ao ser verificado foi constatado que continha um micro aparelho de telefonia móvel celular.

No mesmo dia, outra ocorrência, ao ser revistado uma sacola plástica de outra visitante, irmã de um dos sentenciados, foram encontrados entre dois pedaços de borracha no interior de uma vasilha plástica, um chip de celular.

Já no domingo 11/02, na Penitenciária III de Lavínia, às 11h55, outra visitante foi surpreendida tentando ingressar com um invólucro introduzido na vagina ao passar pelo aparelho de scanner corporal. Após a revista o objeto foi retirado, no embrulho continha um aparelho celular. Questionada sobre o fato, a visitante alegou que ganharia a importância de R\$ 800,00 caso sua tentativa desse certo.

(Jornal O Impacto, Sábado 17 de Fevereiro de 2018)

O fenômeno que nos propusemos analisar, o “turismo penitenciário” divide opiniões principalmente quando o assunto de interesse é econômico. As informações disponíveis referente às penitenciárias estão restritas ao contexto de violência e criminalidade o que contribui incisivamente para o aumento do estigma em relação às visitantes nomeadas pela categoria nativa “mulher de preso”.

Atualmente, os trens que já não levam passageiros e apenas transportam *commodities* ainda soam nas noites serenas da cidade. Porém, é próprio das ruas de Lavínia a passagem dos bondes, caminhões policiais carregados de presos que fazem o traslado a outras unidades prisionais. Um vaivém de presos, aqueles que chegam e outros que vão embora demarquem a transitoriedade típica do dispositivo carcerário paulista também participam da paisagem de Lavínia.

2.2 A INTERIORIZAÇÃO PENITENCIÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

O processo de interiorização penitenciária em São Paulo (ZOMIGHANI, 2014; GODOI, 2015) ocorreu de forma exacerbada após o efeito midiático do “massacre do Carandiru”, em Outubro de 1992. O episódio se centrou na problemática da superlotação carcerária, mobilizando a mídia e diferentes atores sociais e políticos em torno da ideia da construção de novas penitenciárias para o desafogamento das antigas como alternativa ao problema.

O processo de desativação da Casa de Detenção do Carandiru se prolongou até o ano de 2002, o que levou à construção de penitenciárias no interior do estado de São Paulo, provocando um fluxo populacional inverso, da capital para o interior rural (ZOMIGHANI JR, 2014). Ano em que a primeira penitenciária de Lavínia foi inaugurada, no dia 15 de Janeiro de 2002.

O massacre do Carandiru poderia sugerir a ineficácia das prisões, mas o único problema identificado na época foi o fenômeno da superlotação, o qual, persiste em cada nova unidade prisional construída no interior mais distante do estado.

Ainda, o ocorrido no Carandiru não se mostrou ser um fato exclusivo do estado de São Paulo. Em Maio de 2004, trinta detentos e um agente penitenciário morreram na Casa de Custódia de Benfica no Rio de Janeiro. Dois anos mais tarde, em 2006, outra rebelião com mortes no presídio Doutor José Mário Alves da Silva em Rondônia. Na cidade de Natal, em janeiro de 2016 correram mortes consecutivas em sua Penitenciária Estadual. No ano de 2017 uma guerra entre facções criminosas deixa 60 mortos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim em Manaus, no mesmo ano 33 mortos foi o resultado de uma rebelião na Penitenciária Agrícola do Monte Cristo em Roraima⁴². A mensagem midiática por detrás das rebeliões e mortes nas mais diversas prisões ao redor do Brasil persiste na problemática da superlotação carcerária, as más condições físicas das celas e a negligência em seus processos jurídicos. Demandas atribuídas à necessidade de construção de mais

⁴² Informação retirada do jornal Estadão com a seguinte manchete espetacular: *Lembre os maiores massacres em presídios do Brasil.* <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,lembra-os-maiores-massacres-em-presidios-do-brasil,10000097686> Consulta: 27 nov. 2018.

prisões e do aumento do corpo de funcionários responsáveis pela gestão das mesmas conformam as demandas oficiais no referente ao tema da segurança pública. Aqui observamos o que Bourdieu (2003) chama a construção do campo cognitivo pelos agentes do Estado, os quais possuem um meta-capital: define-se o que é o problema e o que é a solução para que isto possa existir e então começar a ser percebido pela população atingida como se fosse a ‘ordem das coisas’.

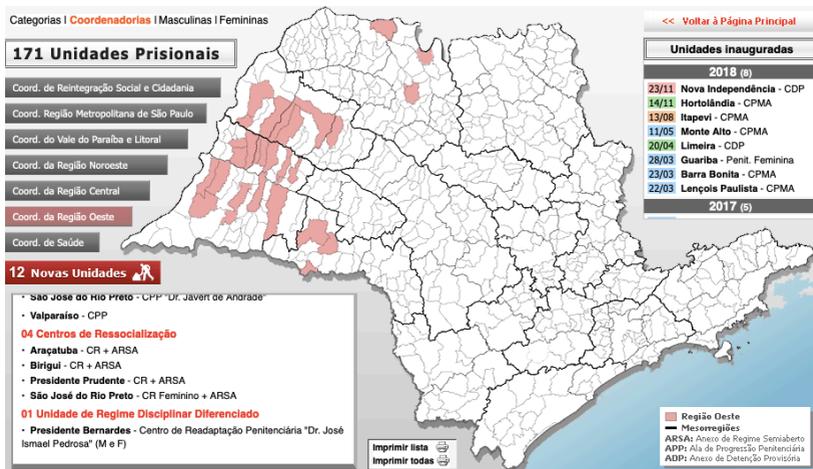
O apelo à construção de novas prisões faz referência à experiência traumática do Carandiru no ano de 1992. Embora as políticas de “tolerância zero” para extirpar a violência urbana dos principais núcleos urbanos nos Estados Unidos e países da Europa já resultavam no aumento exacerbado da população encarcerada, tal como demonstra Wacquant (2001, p. 31), ainda assim o modelo é duplicado no Brasil.

Em Janeiro de 1999, depois da visita de dois altos funcionários da polícia de Nova York, o novo governador de Brasília, Joaquim Roriz, anuncia a aplicação da “tolerância zero” mediante a contratação imediata de 800 policiais civis e militares suplementares, em resposta a uma onda de crimes de sangue do tipo que a capital brasileira conhece periodicamente. Aos críticos dessa política que argumentam que isso vai se traduzir por um súbito aumento da população encarcerada, embora o sistema penitenciário já esteja à beira da explosão, o governador retruca que bastará então construir novas prisões.

Das 168 unidades prisionais distribuídas pelo território paulistano, apenas 11 foram inauguradas antes da década de 1980, entre as décadas dos anos de 1980 e 1990 foram inauguradas 39 unidades (período nacional de recessão econômica) e a partir daí as novas inaugurações não cessaram (GODOI, 2015). Entre os anos de 2000 e 2005 foram inauguradas 67 unidades prisionais (período de ascensão econômica) onde as regiões interioranas receberam 41 unidades em compensação das 15 que se localizaram na área metropolitana⁴³.

⁴³Dados retirados do trabalho de doutorado de Godoi (2015) com atualizações realizadas através da página *online* da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do estado de São Paulo. No momento em que o autor publicou sua tese até a produção desta pesquisa, as unidades penitenciárias do

IMAGEM 2 – Distribuição das unidades prisionais na CRO



Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo. Acesso: jan. de 2019.

A alta densidade da população carcerária da região Oeste do estado, da qual, Lavínia forma parte pode ser acessada pelos dados disponíveis na página *online* da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP). Por isso, como unidade de análise, esta pesquisa situa-se na atuação da Coordenadoria Administrativa da Região Oeste (CRO), responsável pela administração das três penitenciárias de Lavínia. Segundo Godoi (2015 p. 121) “62,92% dos presos nas penitenciárias paulistas estão alocados no interior mais distante, entre aCRO e a CRN”⁴⁴.

O processo de interiorização penitenciária do estado de São Paulo é crescente, contínuo e parece não cessar. Projetos de interiorização penitenciária sofrem resistência no estado de Santa Catarina. Neste estado, muitos municípios não aceitam a vinda dos presídios. Estudar, portanto esta realidade paulista pode elucidar o ocorrido em outros estados do país o que fica como pista para uma pesquisa futura.

estado de São Paulo passaram de 158 para 168, num período aproximado de 4 anos.

⁴⁴A Coordenaria da Região Oeste (CRO) e a Coordenadoria da Região Noroeste (CRN), ambas alocadas no território mais distantes da área metropolitana contam com a presença de 51 penitenciárias sendo que a Coordenadoria da Região Metropolitana do estado administram apenas 8 penitenciárias.

O mapa disponível na página *online* da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do estado de São Paulo mostra a localização na CRO que contabiliza a existência de 40 unidades prisionais; sendo, 28 penitenciárias; 5 Centros de Detenção Provisória (CDP); 03 Centros de Progressão Penitenciária (CPP); 4 Centros de Ressocialização (CR); e, 1 Unidade de Regime Disciplinar Diferenciado. A Coordenadoria da Região Noroeste têm 43 unidades prisionais, sendo também uma das mais distantes da região metropolitana de São Paulo. A Coordenadoria da Região Metropolitana de São Paulo é responsável pela administração de 28 unidades prisionais.

Mesmo que a SAP indique a existência de 27 penitenciárias administradas pela CRO, ao contabilizar cada uma delas chegamos a um total de 28 penitenciárias com uma população carcerária de 46.243 presos. Ao comparar o número de penitenciárias com o número de população carcerária e o número total de habitantes de cada um dos municípios que receberam as penitenciárias observa-se que a maior parte de unidades prisionais e da população carcerária situam-se em cidades menores.

Lavínia é um dos menores municípios da região Oeste em termos de densidade demográfica, porém, é o único da CRO que conta com três penitenciárias e ainda um CDP a ser inaugurado no ano de 2019, o que transforma este município em um complexo penitenciário.

Segundo dados do Censo de 2010, levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município de Lavínia era de 8.779 pessoas. Tendo em vista que o IBGE contabiliza a população carcerária na categoria de domicílio coletivo, ao desagregar os dados, constaria de 3.665 pessoas. Conforme dados apresentados pela SAP, a população carcerária de Lavínia, contabilizada em 13 de março de 2018 consta de 6.333 pessoas. Uma das consequências da presença das penitenciárias no município de Lavínia em se tratando de sua população, se trata do aumento no número de homens já que as prisões são de regime fechado e masculinas. De acordo com o IBGE (CENSO 2010), Lavínia possui um total de 2.596 mulheres frente a 6.183 homens.

TABELA 1: Nome dos municípios onde se localizam as 28 penitenciárias distribuídas na CRO, ano da inauguração de sua penitenciária, população carcerária e população de moradores.

| Município | Ano Inauguração | Capacidade | População Carcerária | População Censo de 2010 |
|-------------------------|-----------------|------------|----------------------|-------------------------|
| Andradina | 1998 | 875 | 1072 | 55.334 |
| Assis | 1991 | 829 | 445 | 95.144 |
| Dracena | 2001 | 844 | 1727 | 95.144 |
| Flórida Paulista | 2005 | 844 | 1902 | 12.848 |
| Florínea | 2016 | 847 | 1800 | 2.829 |
| Irapuru | 2005 | 844 | 2022 | 7.789 |
| Junqueirópolis | 1998 | 873 | 2216 | 18.726 |
| Lavínia I | 2002 | 844 | 2068 | 8.779 |
| Lavínia II | 2006 | 844 | 2161 | |
| Lavínia III | 2006 | 844 | 2191 | |
| Lucélia | 1998 | 1440 | 841 | 19.882 |
| Marabá Paulista | 2005 | 844 | 1871 | 24.289 |
| Martinópolis | 1999 | 872 | 2209 | 24.219 |
| Mirandópolis I | 1991 | 1244 | 2376 | 27.483 |
| Mirandópolis II | 1993 | 1247 | 2312 | |
| Osvaldo Cruz | 2002 | 844 | 1800 | 30.917 |
| Pacaembu | 1998 | 873 | 2130 | 13.226 |
| Paraguaçu Paulista | 2002 | 844 | 1501 | 20.245 |
| Pracinha | 2002 | 844 | 1827 | 2.858 |
| Presidente Bernardes | 1990 | 1247 | 2297 | 13.570 |
| Preseidente Prudente | 1990 | 696 | 1268 | 207.610 |
| Presidente Venceslau I | 1961 | 781 | 868 | 37.910 |
| Presidente Venceslau II | 1999 | 1280 | 785 | |
| Riolândia | 1998 | 865 | 2034 | 10.575 |
| Tupi Paulista | 2005 | 844 | 1898 | 14.269 |

| | | | | |
|---------------------------|------|-----|-------|--------|
| Masculina | | | | |
| Tupi Paulista femenina | 2011 | 718 | 677 | |
| Valparaíso | 1998 | 873 | 1945 | 22.576 |
| TOTAL PRESOS | | | 46243 | |

Fontes: Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e o Censo de 2010 do IBGE (elaboração própria).

O processo de interiorização penitenciária no estado de São Paulo aponta para a construção de presídios como estratégia de desenvolvimento econômico e incremento censitário.

Temos como exemplo extremo, o município de Florínea, que com 2.829 habitantes, segundo o censo de 2010, inaugura uma penitenciária em 2016, a qual, atualmente alberga uma população carcerária de 1.800 presos, apontando para um projeto com tendências futuras. Atualmente, 12 novas unidades prisionais serão ainda inauguradas no estado de São Paulo, das quais, 4 estarão localizadas no Oeste Paulista.

Seguindo as projeções populacionais do IBGE para o município de Lavínia, a população total aumentaria para 11.156 pessoas no ano de 2017.

À princípio, a quarta unidade prisional, que será inaugurada ainda em 2019, seria um Centro de Detenção Provisória (CDP) tal como é apresentado pela SAP, porém, optou-se por uma quarta penitenciária, masculina e de regime fechado, devido à superlotação das três existentes⁴⁵. Ainda, se há de considerar a presença de penitenciárias em municípios vizinhos. O município de Mirandópolis, localizado a aproximadamente 8 quilômetros de Lavínia, alberga 2 penitenciárias de segurança máxima com 4.598 detentos, também superlotadas. Em Mirandópolis se encontra o anexo de Regime Semiaberto com extrema escassez de vagas; os detentos em regime semiaberto de Mirandópolis são os únicos que podem realizar serviços comunitários, inclusive em Lavínia. A capacidade do anexo de regime semiaberto em Mirandópolis é para 516 pessoas, contando atualmente com 731 pessoas. O município

⁴⁵A população prisional atual de Lavínia/SP é a seguinte: Penitenciária I-“Vereador Frederico Geometti”: 1.988 presos; Penitenciária II-“Luis Aparecido Fernandes”: 2.057 presos; Penitenciária III-“ASP Paulo Guimarães”: 2.022 presos. As 3 penitenciárias têm capacidade para 844 presos cada uma (SAP/SP, 10 de Outubro de 2017).

de Valparaíso, situado a quase 30 quilômetros de distância de Lavínia, também alberga 1 penitenciária, masculina, de regime fechado, e, superlotada.

A quarta penitenciária do município de Lavínia já tem seu diretor e promete aumentar o fluxo das visitantes. De volta ao trabalho de campo, em Dezembro de 2018, encontramos uma enorme construção em andamento, a de um novo hotel na cidade que além de hospedagem irá oferecer serviços de refeição, lojas e bares para as famílias de presos. Será uma construção com vários andares visível material e simbolicamente no pequeno município. Esta construção divide a opinião dos moradores e dos demais comerciantes: uns felizes pelo tamanho do investimento e aqueles preocupados com a tamanha concorrência. Os proprietários do novo estabelecimento são dois sócios de Araçatuba/SP cidade localizada a 70 quilômetros de Lavínia.

As penitenciárias da CRO são masculinas; existe apenas uma penitenciária feminina, localizada no município de Tupi Paulista, a aproximadamente 114 quilômetros de distância, uma das poucas que não passa pelo fenômeno da superlotação. Aquelas visitantes, mulheres, que são abordadas com porte de substâncias ilícitas em Lavínia são encaminhadas para Tupi Paulista.

Não existe um único Hospital Penitenciário na região Oeste tampouco no município de Lavínia, para qualquer emergência hospitalar o preso é movido até o Hospital da cidade de Mirandópolis, o que envolve grande empenho administrativo para cada traslado.

As penitenciárias de Lavínia constituem, portanto, um complexo prisional de regime fechado e masculino. A dinâmica de visitação é protagonizada por mulheres e crianças menores de 12 anos (GODOI, 2015). Lavínia se destaca no processo de interiorização das unidades prisionais pelo estado paulista por dois motivos fundamentais: 1) na atualidade alberga quatro instituições punitivas e uma população carcerária que ultrapassa sua população local; e, 2) é o complexo carcerário mais distante da capital paulistana.

2.3 A VINDA DAS PENITENCIÁRIAS AO MUNICÍPIO DE LAVÍNIA E O PROTAGONISMO DE SEUS AGENTES POLÍTICOS LOCAIS

Na história oficial de Lavínia está ausente a menção às três penitenciárias por se tratar de uma realidade recente, como já mencionamos. A primeira penitenciária inaugurada no município foi no

dia 15 de Janeiro de 2002. Ano em que se finalizou a desativação do que foi o maior complexo prisional do estado de São Paulo, a Casa de Detenção do Carandiru, já mencionado. As outras duas penitenciárias foram inauguradas no dia 25 de Janeiro de 2006 e todos aguardam pela inauguração da quarta, como já mencionado⁴⁶.

Nas explicações dos moradores encontramos justificativas como: “a cidade não tinha indústria e muita gente ia embora”; “as prisões são um mal necessário”; “dão emprego aos moradores” e inclusive “o bom é que mulher de preso paga à vista” e vamos entrar neste tema com detalhes no próximo capítulo.

Na reconstituição dos interesses que justificam a vinda das penitenciárias ao município de Lavínia resultou ser de extrema relevância duas entrevistas realizadas com agentes políticos⁴⁷. O primeiro deles constitui a principal liderança política no município, como já mencionado, durante o período de 24 anos (o qual chamaremos de Prefeito I); enquanto o segundo entrevistado é o prefeito eleito no pleito de 2016 o qual representa para o município uma inovação política (denominado então como Prefeito II), conforme a fala dos moradores entrevistados.

De princípio a vinda das penitenciárias ao município de Lavínia envolve relações de cunho político entre liderança municipal e governo estadual. O que se torna evidente ao tomar conhecimento da dinâmica política que corrobora as lutas locais de Lavínia.

Quando eu fui eleito em 2000, quando assumi; na época, houve aquela megarrebelião em São Paulo. O Dr. Geraldo [Geraldo Alkmin, ex-governador do estado de São Paulo entre 2001 e 2006; logo, de 2011 a 2018 quando renunciou para disputar as eleições à presidência do Brasil] eu conheço ele desde 1990 [fica um pouco em dúvida com a data e explica] quando foi fundado o PSDB. A gente começou no PSDB assim: quando houve aquela separação entre o MDB daí criou-se o PSDB, são divergências; Fernando Henrique foi do MDB, Mário Covas, o próprio Dr. Geraldo. Grande parte das lideranças políticas do MDB fundaram o

⁴⁶ Cabe destacar o uso do termo inauguração nas entrevistas com os comerciantes locais enquanto tendência de projeto para incremento dos lucros em um futuro.

⁴⁷ Entrevistas semi-estruturadas realizadas com gravador.

PSDB e tiveram outros que fundaram o PMDB (Prefeito I).

Como justificativa à empreitada política a questão econômica se sobressai. A primeira delas, que funcionaria de forma imediata se refere ao efeito da população carcerária, ao ser contabilizada enquanto população censitária, e sua influência no referente à captação de recursos orçamentários provenientes dos órgãos estaduais. Este tema é bastante sensível na fala dos prefeitos; atual e anterior.

Na entrevista com o Prefeito I, ele menciona um dado interessante relacionado ao Índice de Participação do Município (FPM) anunciando o fenômeno populacional como um efeito positivo na arrecadação municipal, que dobrou com a vinda das prisões:

O município tinha 6.000 habitantes. Com a instalação dos três presídios aumentou quase 2.200. De 6.000 passou para 8.000. O que aconteceu agora em 2016? Nós conseguimos agora – já desde 2015 nós vamos trabalhando – para aumentar o percentual no Índice de Participação dos Municípios porque as cadeias estão superlotadas. As cadeias estão aí com 1.700/1.800. Então dobrou o número de presos dentro das unidades. Se de 6.000 aumentou pra 8.000, com mais 2.000, passou para a casa de 10.000, o que aumentou um 0.25% no IPM. Isso significava para o município entorno de 150.000 reais por mês, a mais. Então para a Prefeitura foi bom. (Prefeito I)

O aumento do percentual referente ao FPM obteve como ponto efetivo, conforme o Prefeito I relatou, lhe permitiu deixar dinheiro na caixa da prefeitura para a nova gestão administrativa de 2016.

Vemos, aqui, o ponto de vista dos agentes políticos municipais: o traço da superlotação característico do dispositivo carcerário paulista é motivo de comemoração e apresentado como ponto positivo para a eleição daqueles administradores que optaram pela vinda das penitenciárias. Presos podem ser reduzidos a números do fundo de participação municipal.

É, na verdade tem uma característica bastante acentuada com a vinda das penitenciárias; como aqui as unidades que nós temos é de regime

fechado, essa população carcerária passou a fazer parte da população do município, então, na época [se referindo à instalação da primeira penitenciária] deveria ter entorno de uns 4 mil a 5 mil habitantes e de repente houve um salto, depois teve a construção, logo em seguida, da 2 e da 3, só pra você ter uma ideia e acho que você deve ter pesquisado (...) nós temos uma população carcerária de uns 6 mil e 200 contra uma população de 5 mil e 200 então nos devemos ter aí aproximadamente uns 12.000 habitantes sendo que a maioria já é de população carcerária. (Prefeito II)

As três penitenciárias de Lavínia foram inauguradas sob o mandato do Prefeito I. Chama a atenção o fato de que o terreno no qual foi construída a primeira penitenciária foi comprado e cedido pela Prefeitura Municipal à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP).

O município o que ganha são com os recursos que vem de fora, seja federal ou seja estadual [se referindo às penitenciárias]. Porque em um município pequeno como o nosso, o dinheiro dá pra manter a educação, a saúde, a assistência e só (...) e o funcionalismo. Então, o algo mais que você pode trazer você tem que trazer se não você não faz nada. (Prefeito I)

Segundo o agente político mais influente do município, a vinda de indústrias a Lavínia é tema predileto da oposição para atrair votos, assim, ele sendo realista conclui que as penitenciárias foram uma alternativa econômica eficiente. O ex-prefeito compara Lavínia com outros municípios que se negaram a receber as penitenciárias, ressaltando sua melhor condição econômica. Em entrevista mantida com ele, é constante a analogia empregada às penitenciárias em comparação com outras indústrias, ou seja um jargão de empreendedorismo para assimilar a ideia das prisões.

Para nós como administradores da cidade a gente não via a possibilidade de trazer uma indústria aqui, uma fábrica por exemplo. Eu sempre falei que indústria em Lavínia é coisa de eleição; chega época de eleição e os adversários prometiam

indústria, é indústria, indústria. Eu nunca fiz isso em palanque. Eu falava que não vou trazer indústria porque eu não consigo trazer. Quem vem instalar uma indústria aqui? (Prefeito I)

O Prefeito II se concentra em uma outra dimensão econômica das penitenciárias para com o município, onde, o termo “turismo penitenciário” aparece para se referir ao fluxo das visitantes que, periodicamente, passam os finais de semana em Lavínia e movimentam o comércio local.

Os aspectos positivos das penitenciária (...) ⁴⁸ te falei da questão da receita que houve essa mudança de coeficiente. Outro aspecto positivo é o “turismo penitenciário” é; as visitas [se refere as e aos visitantes] que compram no comércio local, isso tem um impacto na questão das vendas, houve a necessidade de se construir pousadas, hoje a gente tem até um hotel pequeno mas já tem e é uma proposta de hotel; teve até uma outra característica e os gestores anteriores legislaram a respeito [construíram regras para que os ônibus ficassem na entrada da cidade e a circulação interna fosse exclusividade dos taxis] de você ter os taxistas, então os ônibus vem até a cidade e depois toda essa movimentação entre o município e as penitenciárias (estão mais ou menos uns 3 km) é feito por táxi, então houve aí um acréscimo de licenças para taxistas. Lavínia talvez seja uma das cidades com um número proporcionalmente bastante grande de taxistas. (Prefeito II)

O atual prefeito é um comerciante e proprietário de uma das principais redes de supermercados do município, local frequentado intensamente pelas visitantes.

A família, nós temos um comércio então por volta e meia eu estou no final de semana lá ajudando um pouquinho, então as pessoas me procuram com alguma demanda em relação ao município e

⁴⁸ (...) significa momento de pausa na argumentação discursiva, tendo em vista que o silêncio também comunica.

a gente acaba atendendo também fora aqui da Prefeitura. (Prefeito II)

Quando perguntamos ao Prefeito I se considera que Lavínia continua sendo um município rural, como já mencionado, obtemos a seguinte resposta: “o que predomina no município, hoje, é a cana-de-açúcar e a pecuária; eu diria que 60% de cana e 40% de pecuária”. Mas, acrescenta “na zona urbana temos o nosso comércio local que com a vinda dos presídios (...)”. Sobre o tema do “turismo penitenciário” o Prefeito I também oferece um ponto de vista otimista e não concorda com a opinião de que aumenta a violência dos municípios a vinda das prisões. Ele mobiliza o jargão da economia para expressar sua opinião, como fica registrado em seu depoimento:

A vinda dessas famílias dos detentos nos finais de semana (sexta, sábado) é o que gerou a melhoria na economia do município. Só pra você ter uma ideia, Lavínia tinha antes dos presídios um táxi hoje tem mais de trinta, e cada um deles sobrevive no final de semana, tirando seu ganha pão. A economia mudou muito porque as famílias que vem aqui fazer a visita eles trazem dinheiro e injeta na economia do município, seja açougue; padaria; supermercado; bares; gastam dinheiro com transporte coletivo ou de táxi. (Prefeito I)

Em um momento de nossa conversa discutimos a respeito da relação entre moradores e visitantes; momento no qual o entrevistado comenta o efeito deletério da vinda das visitantes sobre a percepção da qualidade do comércio local sobre os moradores. Para os moradores, conforme fala do prefeito, os serviços “deixam a desejar”. Ele aborda a baixa qualidade da comida, argumentando que um lanche que se come em Mirandópolis é bem melhor que um lanche em Lavínia, a qualidade do pão, do hambúrguer é outra.

A gente não tem assim um comércio de qualidade. Lamentavelmente, supermercados que nós temos aqui deixa muito a desejar. E o preço aqui é muito alto. O que acontece aqui em Lavínia? Os mercados, os bares, eles tomam como referência (...) e quem consome é família de detentos, poxa, uma cerveja custa R\$ 7 reais sabe. Carne; carne em Lavínia é a carne mais cara que tem, seja a do

supermercado, seja a do açougue. Enquanto em Mirandópolis você compra um contra filé a 23 reais aqui é 27; 70% dos moradores de Lavínia ou compram em Araçatuba ou compram em Mirandópolis. Se você perceber o comércio da cidade de segunda a quinta tem um ou outro da cidade, chegou sexta-feira é tudo pessoal de fora e eles não querem nem saber de preço; e compram, e levam. Na porta mesmo do presídio tem três trailer que já tira a sobrevivência ali, trabalhando dois dias por semana.

Na percepção dos aspectos negativos enquanto consequência da vinda dos presídios, o Prefeito I associa a presença dos familiares dos presos com o aumento do tráfico de drogas.

O que aumentou na cidade? Tráfico de drogas. Isso é uma coisa natural porque as famílias que vem estão envolvidas nesse meio. E outra coisa também, nas cidades vizinhas Mirandópolis e Valparaíso já houve uma tendência, na última década, de uso de drogas. E com a vinda dos presídios aumentou o número de usuários aqui na cidade, coisa que aqui não tinha. Apesar que eu me lembro muito bem que em 2004 já tinha muitos usuários. Mas, hoje, a venda ilegal de drogas aumentou muito mais. Uma das consequências da vinda dos presídios. (Prefeito I)

Para o Prefeito I o aumento do número de usuários de drogas do município de Lavínia é consequência da vinda das famílias dos detentos enquanto moradores da cidade. Em compensação, o Prefeito II não acredita que o número de famílias dos detentos que residem em Lavínia seja um dado relevante.

Eu não sei qual o motivo mas há movimentações, transferência, acabam não fixando residência. Ficam às vezes um período, até houve aqueles que depois do cumprimento da pena passaram a morar aqui mas são muito poucos se você for analisar. É uma população bastante flutuante no caso das famílias. (Prefeito II)

À diferença do Prefeito 1, o Prefeito de número 2 considera como um dos aspectos negativos para o município a instalação dos familiares de detentos. Para ele a população alvo, que deveria vir em conjunto com as penitenciárias eram os servidores públicos estaduais, os quais segundo o prefeito “morariam nos municípios e conseqüentemente fortaleceria a economia local, o que não aconteceu” e seria positivo para a cidade segundo as condições que o próprio prefeito manifesta:

Hoje nos temos mais ou menos 600 funcionários nas três unidades e aqui em Lavínia mora, acho que, não chega a 150 funcionários; e a renda de um agente penitenciário ou de quem trabalha no sistema aí, é uma renda acima da média do estado inclusive, se você for ver per capita ela é bastante significativa. A gente vem trabalhando no sentido de buscar alternativas ou incentivar empreendimentos que possam oferecer para esses funcionários a possibilidade deles morarem aqui, para eles gastarem no comércio local, tem o seu carro e 50% do IPVA fica para o município; isso vai demandar uma geração de empregos inclusive porque nós fizemos um estudo que se os funcionários viessem morar aqui aumentaria de 20 a 30 empregos no comércio. (Prefeito II)

A principal preocupação da nova administração pública do município de Lavínia é com a segurança pública, o que configurou aspectos de sua campanha eleitoral, o aumento do corpo de policiamento atuante na cidade.

Quando inaugurou a primeira penitenciária nos tínhamos por volta de 40 policiais mas a quantidade veio diminuindo com o passar dos anos. Isso foi tema desta administração e nós estivemos umas três vezes na Secretaria de Segurança pedindo que recomponham esse efetivo. Hoje, se não me engano, o que se espera que se estivesse aqui entorno de 37 policiais e nós estamos com mais ou menos 15 ou 16; a metade. O secretário da segurança nos atendeu e tivemos 11 policiais sendo transferidos aqui para a região, vieram mais duas viaturas e hoje nós estamos com um delegado residente aqui. Isso aconteceu do ano passado pra cá. (Prefeito II)

O motivo fundante da motivação administrativa é devido à inauguração do Centro de Detenção Provisória, ainda no ano de 2019 como mencionado anteriormente. Um CDP aumentaria o número de traslado de presos para audiências, saidinhas ou trabalhos comunitários.

2.3.1 DOIS AGENTES IGUALMENTE POSICIONADOS EM CONDIÇÕES POLÍTICAS DIFERENTES

Os agentes políticos analisados compartilham de alguns aspectos biográficos: ambos se consideram nativos do município de Lavínia embora seus pais representem a onda de imigração dos primeiros habitantes da cidade, o primeiro das colônias japonesas e o segundo com um pai de Pernambuco. Ambos viveram anos na capital paulista onde se formaram academicamente e politicamente; ambos são empreendedores, o primeiro se dedica à monocultura da cana-de-açúcar e da cebola e o segundo se reconhece comerciante e é proprietário de um dos maiores supermercados de Lavínia.

Temos, portanto, dois agentes políticos, que podem ser isoladamente analisados tendo em vista a categoria que os aproxima – o cargo de prefeito municipal – ao mesmo tempo em que evidenciam seus aspectos antagonísticos, principalmente no referente à vinda das prisões ao município. Eles apresentam dois projetos de governo distintos: o primeiro impulsionador das prisões; e, o segundo crítico do tema embora consciente de que atualmente não existiria uma Lavínia sem suas unidades prisionais.

De dois prefeitos, agentes de um mesmo campo, temos a possibilidade de análise daquilo que compartilham enquanto possibilidades de disposição material e simbólica como parte integrante de um mesmo espaço social, no qual, se evidenciam os pontos de vista antagonísticos “igualmente fundados em uma razão social” (BOURDIEU, 2003, p. 11).

Em entrevista com o atual prefeito de Lavínia – representante da inovação política local – menciona seu projeto realizado em parceria com o Sebrae-SP; projeto que tem por nome *Jovem Empreendedor* e que atualmente vem sendo aplicado nas escolas municipais da cidade. O atual prefeito apresenta o projeto de empreendedorismo do Sebrae como grande façanha de seu mandato, aponta extremo empenho administrativo na formação de futuros empreendedores.

Em matéria de posição de classe os agentes se aproximam, porém, quando o assunto é a política estão em lados opostos. O Prefeito I consolidou-se enquanto liderança política no município de Lavínia durante os últimos 24 anos e conforme as narrativas dos moradores, por mais que não fosse prefeito estava influenciando ativamente na política local, o que se deve à sua rede de relações.

O Prefeito I chegou ao município de Lavínia no ano de 1970 quando cursou o ensino médio. Em 1975 se mudou para São Paulo capital, para trabalhar e estudar, acabou entrando para a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Retornou a Lavínia em 1980 e já em 1982 foi eleito vereador do município e ocupou o cargo de presidente da Câmara. Em 1988 foi candidato a prefeito, perdendo as eleições. Em 1992 (época em que trabalhava em Santa Catarina com a compra e venda de cebolas) se candidatou a prefeito novamente quando então ganhou as eleições⁴⁹.

Durante a entrevista com o Prefeito I foi possível perceber o saudosismo em relação à sua vivência na FGV, momento de luta política e período autoritário que o país atravessou, como mostra o breve relato a seguir:

Em 1975 a gente não tinha essa liberdade democrática que nós temos hoje. A gente participava de muitas manifestações, ia para aquele parque Dom Pedro. Eu tinha um professor de Ciências Sociais [na FGV] que dizia: olha as coisas que eu estou falando aqui hoje de repente amanhã eu posso até ir preso então eu vou lhes dizer sobre as coisas que gosto para que vocês possam me levar na cadeia. (Prefeito I)

A partir de 1992, portanto, o Prefeito I se manteve presente na prefeitura de Lavínia apoiando aos demais candidatos que também foram eleitos mantendo sua influência até as últimas eleições que ocorreram no ano de 2016. Em 2016 acabaram perdendo as eleições “de forma desastrosa” segundo afirma em entrevista, “esta ai o desastre

⁴⁹ Em entrevista, o P I relata de forma minuciosa dados a respeito do número e da margem dos votos que lhe elegeram, demonstrando forte interesse por assuntos relacionados com o campo político. Tanto é assim que interrompe bruscamente o relato de sua biografia mais ampla para se restringir aos aspectos de sua trajetória política. Se mostra orgulhoso em liderar a política de Lavínia por um período de 24 anos.

eleitoral”. O prognóstico que o ex-prefeito tem para a cidade é extremamente negativo alegando que o atual prefeito não dispõe de relações políticas.

O Prefeito II, atual responsável pela administração de Lavínia, tem 54 anos e é filho de um ajudante de cozinha pernambucano que imigrou para Lavínia, rememora com carinho seu pai ao admirar sua capacidade de crescer no município ao se tornar um dia servidor público mesmo sem ter tido acesso à educação formal. O Prefeito II ao declarar sua profissão se afirma comerciante e já foi Presidente da Associação Comercial e Empresarial (ACEL) de Lavínia.

Ao contrário do Prefeito I seu interesse pela política é coisa recente assim como seu retorno à sua cidade natal, Lavínia.

Sou filho de Lavínia. Vivi aqui até os 18 anos, depois saí para trabalhar em São Paulo. Na época o Bradesco estava recrutando jovens do interior do estado de São Paulo e do Paraná e eu fui um desses que fui pra São Paulo. Isso foi em 1980 e trabalhei lá; morei mais ou menos uns 24 anos em São Paulo. Me casei, minha esposa é daqui de Lavínia também, quando eu fui estava iniciando namoro e aí moramos lá por esse período; nossos filhos, são três filhos, todos paulistanos, nascidos lá em São Paulo. Retornei em 2007 pra Lavínia, a gente sempre fica com desejo de voltar pra terra, “voltar pra terrinha né”. Por mais que a gente não queira mas a terra da gente é sempre mais (...) aquela coisa de amor pela terra, então sempre tive vontade de retornar e deu certo; a gente voltou e estamos aqui já. (Prefeito II)

Devido ao tempo destinado à vida política, o Prefeito I pôde consolidar uma relação direta para com o governo estadual e federal, teve tempo para se estruturar enquanto agente político, o que lhe possibilitava a participação assídua em convênios com o governo estadual e federal.

Ao ser questionado a respeito de sua trajetória política afirma que começou na Fundação Getúlio Vargas dizendo que “a FGV já era muito politizada, daí eu tive professores maravilhosos como Suplicy Matarazzo; Eduardo Suplicy foi meu professor de economia” [conhecido político do Partido dos Trabalhadores – PT, que assumiu diversos cargos no legislativo].

O Prefeito II semelhante ao Prefeito I realiza sua formação acadêmica na capital paulistana embora compartilhem de instituições diferentes, as quais, lhes permitiriam a pratica de políticas divergentes. O Prefeito II também opta pelo curso de Administração de Empresas, curso realizado na Faculdade Roosevelt de São Paulo.

Entrevistar o Prefeito I foi entrar de forma espontânea numa discussão de viés político, ao contrário, a experiência com o atual prefeito do município de Lavínia terminou por demonstrar sua recém disposição ao novo campo da política. Por isso, o foco de seu relato se encontra em sua trajetória profissional, de trabalhador do Banco Bradesco até chegar a ser proprietário do maior supermercado da cidade de Lavínia que tem por nome Izidio's, o sobrenome familiar.

Ao comparar os dois agentes políticos notamos duas visões convergentes que se aproximam na hora de afirmar certos aspectos que impulsionaram a economia local de Lavínia com a vinda das penitenciárias⁵⁰. Ambos os agentes políticos mobilizam o discurso do efeito positivo referente ao índice de repasse tributário contabilizado pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como consequência do aumento da população censitária ao somar-se a população carcerária.

Outro fenômeno reconhecido por ambos os agentes políticos foi a dinâmica de visitação enquanto parte ativa da economia local do município de Lavínia, principalmente por se tratarem de consumidoras em potencial. Inclusive, sem que o termo “turismo penitenciário” fosse empregado no questionário das entrevistas ele aparece de forma espontânea. Representação de um eufemismo que operacionaliza sua própria pratica comercial enquanto proprietário de um supermercado que encontrou nas visitantes sua principal fonte de renda e consequentemente de ascensão social e participação política.

O empenho do poder público municipal de Lavínia a fim de atrair moradores que sejam funcionários das penitenciárias se confirma com projetos de disponibilização de residências e loteamentos. No ano de 2018 foram inauguradas muitas residências do sistema gerenciado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), porém, apenas 4% dessas casas podem ser destinadas ao servidor

⁵⁰ Weber (1919) em *A política como vocação* diferencia dois sentidos de ação política: 1) voltado para os profissionais da política, aqueles que esperam recompensas materiais ao se dedicarem aos assuntos das diretrizes dos interesses públicos, e 2) a política como “vocação” que só poderia ser experimentada pelo indivíduo que dela não necessitasse retirar seu sustento material.

público estadual. Destas residências muitos moradores investiram na aquisição com o intuito de locação encontrando nos familiares de detentos que escolheram permanecer na cidade seu principal destinatário.

Sabaini (2012) ao trabalhar um município de situação análoga a Lavínia ressalta o status privilegiado de agentes penitenciários, que pela ocupação laboral estável lhes permite acesso a créditos que possibilitam a aquisição de bens materiais. Segundo o autor, os agentes penitenciários do município de Itirapina-SP, dão preferência por estabelecer moradia no centro, local de alto prestígio social, dando origem ao surgimento de uma ‘nova’ classe social.

Contudo, ao comprovar empiricamente que o interesse econômico prevalece sob os argumentos que indicam os pontos negativos da vinda das penitenciárias para o município de Lavínia devemos questionar a configuração econômica de uma instituição punitiva e o fato de que a cidade de Lavínia já não possa ser pensada sem a presença das prisões, encontrando sempre no aspecto econômico a razão de sua justificativa.

Como analisado por Bourdieu (2001) no mercado de casas próprias. Uma vez instaurada a necessidade da propriedade privada em detrimento da cultura da locação na França, um mercado de casas próprias surge para permanecer na nova cosmovisão de mundo que o coloca em prática.

O que esta seção mostra é como a ascensão política destes prefeitos está estreitamente relacionada a defesa das prisões como alternativa econômica para o município. A seguir, no capítulo três, vamos analisar a dinâmica de visitação e o “turismo penitenciário” em sua prática.

Capítulo 3

3 O “TURISMO PENITENCIÁRIO” EM SUA PRÁTICA

Experimentar o município de Lavínia; conversar com seus moradores; observar a fluência entre estilos; ir comprar ovos na granja de uma tradicional família nipônica; visitar fazendas imensas de café e completamente abandonadas; sentar-se na mesa de um bar com mulheres que visitam seus maridos na prisão; ouvir o som do *funk* vindo de seus aparelhos celulares; ou, buscar o queijo fresco em um sítio próximo, demonstra a permeabilidade das territorialidades rural e urbana, que se encontram, se mesclam e juntas criam novos territórios.

No “turismo penitenciário” temos o encontro de pessoas separadas por estilos de vida diferentes que ao mesmo tempo em que se apresentam como antagônicas podem ser semelhantes na posição de classe, no formato de suas famílias ou em crenças religiosas; representatividades de lugares tantos. De um lado o periférico e urbano; de outro, o rural em crise; difíceis de delimitar e que se encontram no espaço em que as obrigam a se relacionar, pautado por regras compartilhadas de um mercado que se propaga. O mercado nesta situação configura o ponto de encontro entre realidades que de forma latente se confrontam, encontrando no econômico a justificativa necessária para coexistirem.

Ao pensar a territorialidade que configura o “turismo penitenciário” de Lavínia encontramos a seguinte problemática: como os moradores se adaptaram para atender comercialmente o fluxo das visitantes para que a reconfiguração da prisão possa ter se estabelecido em um mercado tão específico?

Temos, portanto, no município de Lavínia uma configuração específica, entre, moradores que se lembram saudosamente de seu passado, aqueles que compartilham uma história, juntamente com os empreendedores recém estabelecidos; a eles devemos somar uma população flutuante enquanto característica fundamental do dispositivo carcerário paulista (GODOI, 2015). Estão espacialmente dispostas, de um lado, se situam aqueles que permanecem, e, do outro, os que seguem o fluxo de um familiar que se encontra preso. Temos os relatos que remetem a uma infância rural e a presença de uma pluralidade de lugares que mediante as visitantes e os novos empreendedores engendram o “turismo penitenciário”.

O espaço é relativamente pequeno, um município com uma densidade demográfica de 16 habitantes por km². Florianópolis/SC tem

uma densidade demográfica de 623,68 habitantes por km².⁵¹ Os fundadores do município ao abandonarem suas propriedades rumo a São Paulo sem nunca mais voltar deixaram uma lacuna histórica aos novos aspirantes à liderança política da cidade.

No referente ao tempo nos deparamos, a grosso modo, com as permeabilidades de uma realidade globalizada e contingente. Ou, nos remetendo a Wacquant (2003) e Foucault (2008) temporalidade regida pelas ações de um Estado penal de viés burguês.

Bourdieu (2003) em *A miséria do mundo* ao tratar dos efeitos do lugar denominado “subúrbio com problemas” remete ao desconhecimento dos mesmos gerado pelos veículos de informação midiáticos; vestidos das alusões políticas ou das falsas evidências empíricas. O autor trabalha dois conceitos próximos em sua essência porém distantes em sua prática, a de espaço físico e espaço social; sendo no espaço físico onde as relações sociais objetivadas são encontradas, porém, podem enganar os olhos daqueles que negligenciam as formas de hierarquia própria do espaço social que distribui seus mais diversos capitais, organizando relações de oposição aos agentes que ocupam os demais campos no espaço onde o todo é organizado.

Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos *confusa*: o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriando sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos. (BOURDIEU, 2003, p. 160)

Encontrando no espaço social posições que se opõem na constituição das distinções que configuram os opostos, temos no mercado de vertente neoliberal, um ponto de encontro entre agentes antagônicos. O mercado desmistifica a existência de uma periferia abandonada; distante das estratégias do poder de Estado.

Se um agente social se caracteriza por sua posição relativa aos demais agentes em outros pontos situados, para o caso do “turismo penitenciário” estaríamos diante de um eufemismo posicional, no qual,

⁵¹ Dados do Censo de 2010 que podem ser acessados na página eletrônica do IBGE: www.cidades.ibge.gov.br. Consulta em: nov. 2017.

as turistas situadas enquanto consumidoras ocupariam uma posição de classe que não condiz com a condição do espaço social que as designa como visitantes do dispositivo carcerário paulista.

Os estudos sociológicos que se interessam pelo espaço urbano reivindicam a diversidade étnica, racial cultural, econômica e política como constructo das metrópoles. Enquanto o oposto, o rural se delimita pela tradição, pelo fundamentalismo religioso e pela reprodução da família.

O relacionamento pessoal, direto, “face to face”, seria típico de pequenos grupos, comunidades, aldeias etc. enquanto na cidade, especialmente na metrópole, encontraríamos a distância, a impessoalidade e o anonimato. Assim, haveria também um contraste entre a predominância de vida grupal, comunitária, com forte presença de laços familiares e de parentesco e um individualismo que chegaria na vida metropolitana a formas agonísticas, com perda ou desagregação de redes de parentesco e de reciprocidade. Assim, os indivíduos tenderiam a se organizar em famílias nucleares ou mesmo a ficar cada vez mais isolados, estabelecendo relações mais impessoais e distantes. (VELHO, 2000)

Sendo assim, o turismo de tipo ideal e rural deveria se caracterizar por: pouca exposição na cidade; passeios a cavalo; consumo de alimentos orgânicos; o cheiro do fogão a lenha; por toda a experiência que remete a sua oposição com o espaço urbano.

Neste caso, as turistas mais bem configuram o que Comfort (2003) denomina de “prisionização secundária”, ou seja, concretamente, a rotina das esposas que compartilham da experiência e do estigma da prisão com seus esposos, as quais, estariam igualmente condenadas ao espaço interno das grades ao dividir com eles da vigilância de seus corpos; da desconfiança de sua integridade moral, ou seja, uma dupla penalização. A violência urbana tendo como resultado o encarceramento em massa resulta ser uma experiência compartilhada, geradora de relações pessoais específicas que aproximam ambos os mundos: o de dentro e fora das grades, como já mencionado no capítulo primeiro.

Porém, Lavínia evidencia uma pluralidade de narrativas que regem o fluxo das turistas, existem esposas, amásias, filhas, irmãs; as

que compõem suas hierarquias específicas, evidenciando o caráter multifacetado das relações entre espaço físico e social. Criando uma relação com Lavínia que vai para além da prisão e se encontra no consumo para com o comércio local sua fonte de “simbolização espontânea do espaço social” (BOURDIEU, 2003, p. 160).

A prisão situada no município de Lavínia agiria como demarcação de um espaço habitado não apenas pelos presos como também pelas pessoas que os visitam. Estaríamos diante de categorias culturais que existem de forma relativamente autônoma de sua história.

Mesmo que o município de Lavínia seja terra de imigrantes em sua origem, os moradores compartilham de uma história, de uma fundação, de um passado comum.

Agora bem, o que rege o “turismo penitenciário” é certa fluidez relativa ao espaço, tanto físico quanto social; que possui enquanto efeito perturbador uma temporalidade contínua, estabelecem assim, semanalmente, certa rotina. Uma fluidez periódica. Lavínia enquanto encontro de lugares. Compreender o fenômeno do “turismo penitenciário” em sua organização espacial e temporal já não pode ser mantida em base aos contrastes rural-urbano.

O antropólogo Marc Augé (1994) trabalha sob dois conceitos que se retroalimentam, o lugar antropológico e o não-lugar; e, parece elucidar as transformações às quais nos enfrentamos em Lavínia. Ambas noções funcionam como um tipo ideal weberiano que na prática sempre apresentarão suas nuances.

A introdução abrupta de uma realidade prisional no município de Lavínia, fruto de coligações políticas que não pode ser composta mediante a junção das partes que a constitui como espaço, necessita de propostas teóricas flexíveis que possibilitem a compreensão do processo de transformação do espaço, concretamente dar conta de responder como o antigo vai se abrindo para o novo.

Relembrando que estamos diante de realidades que mobilizam redes de relações contraditórias, configurando estabelecidos e *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 2000).

Zomighani (2014) ao cartografar o processo de interiorização penitenciária no estado de São Paulo alega que esse fluxo inverso de pessoas, da capital para o interior, tem provocado um sentimento de desaprovção local com respeito à vinda das penitenciárias. Segundo o autor a opinião dos moradores locais se generaliza na opinião de que o Carandiru obteve como resultado a destruição da calma do interior.

O lugar antropológico é definido por Marc Augé (1994) como um espaço que remete a um valor de identidade relacional e sobretudo histórica, enquanto o não-lugar é seu oposto.

Se um lugar pode ser definido como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional nem como histórico definirá um não-lugar. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a “lugares de memória”, ocupam aí um lugar circunscrito e específico (AUGÉ, 1994, p. 73).

As penitenciárias alocadas no município de Lavínia, portanto, não compartilham com o espaço uma identidade relacional e histórica. Contudo, olhar para o município de Lavínia como um todo, na atualidade, não pode se fundamentar numa recomposição de suas partes. O que acontece em Lavínia tendo como característica fundante o fluxo do dispositivo carcerário é uma configuração espacial específica e atemporal. O não-lugar se opõe ao lar, e a relação que se mantém é mediada pelos símbolos da supermodernidade⁵²: os bilhetes de transporte, o cartão de crédito ou débito, senhas; tudo o que autoriza os deslocamentos de rápida circulação, de não permanência, de transações monetárias.

Uma das características principais do não-lugar é a possibilidade de fazer muitas coisas ao mesmo tempo colocando à disposição de quem dele participa todos os itens que necessita. A oportunidade econômica encontrada por Lavínia como resposta à presença das penitenciárias foi oferecer qualquer tipo de serviço que as visitantes pudessem demandar.

A contribuição de Augé (1994) para a compreensão do espaço Lavínia, na contemporaneidade, se encontra em transladar para o

⁵² Augé denomina de supermodernidade o que Giddens chama de modernidade tardia; Bauman prefere modernidade líquida o que outros nomeiam de modernidade reflexiva. Tentativas de compreensão de uma realidade social pautada pela mobilidade.

território a questão da alteridade. Nos possibilita, portanto, trabalhar a dimensão de um estigma dentro de uma fronteira espacial.

Goffman (2008) ao tratar do estigma já se referia às possibilidades de manipulação da imagem caso o ator estigmatizado se encontrasse distante de seu ato de representatividade, ou nos bastidores de seu próprio espetáculo.

A omissão das penitenciárias da história de Lavínia significa a perda da categoria do outro. O interesse do município para com o fluxo das visitantes deve se restringir ao mercado, a elas enquanto consumidoras, que de forma rápida se movem pelo espaço. Tanto é assim que em entrevista mantida com uma moradora do município de Lavínia que trabalha em uma de suas penitenciárias, lhe perguntei se muitas mulheres tinham se mudado para Lavínia em ocasião do encarceramento de seus companheiros; obtive a seguinte resposta: “ Poucas. O estilo de vida delas é sem parada. Uma hora o marido está em Lavínia mas não se sabe até quando”.

Outra característica constrangedora dos não-lugares é sua organização puramente instrumental. Em Lavínia a movimentação das visitantes na cidade estão construídas para que sejam rápidas, por isso a enorme quantidade de carros de táxi onde tudo se poderia fazer caminhando. Inclusive, praticamente todos os proprietários de locais de hospedagem do município possuem a placa de táxi e costumam oferecer o serviço a sua clientela de forma gratuita quando o percurso ocorre dentro da cidade⁵³.

Os detentos, ao não estarem vinculados à cidade, recebem visitas de familiares e pessoas próximas, que viajam desde localidades variadas do estado de São Paulo até Lavínia mantendo o fluxo que garante a existência do “turismo penitenciário”.

Ao se tratar de penitenciárias masculinas e de regime fechado, há, portanto, um movimento constante e intenso de mulheres e crianças (GUIMARÃES et. al., 2006; GODOI, 2015), estas são identificadas pela população do município de Lavínia como ‘mulher de preso’, termo utilizado de forma genérica para todas elas e que se constitui como categoria acusativa conforme Becker (2008). As ‘mulheres de presos’ em geral chegam à cidade às sextas-feiras, já que as visitas nas

⁵³ As placas de táxi em Lavínia foram disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de forma relativamente fácil se comparada com grandes núcleos urbanos. Tivemos a oportunidade de entrevistar uma taxista que ganhou a placa de táxi, que em outra ocasião, lhe custaria aproximadamente 5.000 reais.

penitenciárias são liberadas durante o final de semana, iniciando uma relação espacial e temporal específica.

Impossível, assim, negligenciar a dimensão de gênero como componente essencial do fenômeno aqui analisado, do “turismo penitenciário”.

Conforme mencionado, o estudo da socióloga estadunidense Megan Comfort (2007) – autora que inaugura o termo “prisionização secundária” – se interessa sobretudo pelos efeitos do cárcere, em como é vivido pela esposa que leva consigo seu cônjuge, quem fielmente lhe acompanha do lado de fora das grades. Neste caso, a prisão é trama de uma série de relatos referentes à instabilidade familiar e social. O ato de visitar constitui o ponto central da análise da autora que atribui à esposa a condição de reclusa ao compartilhar com o esposo do espaço interno das prisões, das mesmas formas persuasivas de controle do corpo e do espaço.

Ferraz de Lima (2013) ao acompanhar as viagens realizadas pelas “cunhadas” – as esposas, namoradas ou companheiras dos membros do Primeiro Comando da Capital (PCC) – analisa o valor do termo família que as fazem manter a fidelidade das visitas a seus companheiros detidos. A autora relaciona esta fidelidade com a própria ética do PCC, a qual, eles denominam de “proceder”. As cunhadas, portanto, são dignas de um excelente comportamento, que de forma genérica corresponde à fortaleza de conseguir acompanhar todo o curso da pena de seus companheiros sem abandonarem-no à deriva. O que por sua vez garante o fluxo de uma parcela componente da dinâmica de visitação.

Controle penal que perpassa o ambiente prisional e acompanha a vida das mulheres no âmbito fora das prisões. Questão amplamente visível no município de Lavínia com a chegada dos finais de semana e o aumento do policiamento em suas ruas, algo imperceptível nos demais dias da semana quando a dinâmica de visitação não acontece.

Na ausência de um Estado do bem-estar social consolidado a família se torna a base de organização material. O apoio referente ao acesso de bens, no núcleo familiar se estabelece de forma ‘natural’. Fato encontrado no eterno retorno aos valores familiares na própria constituição da moral que sustenta o próprio PCC. As prisões paulistas inauguram uma série de laços relacionais em solidariedade àqueles presos que não recebem visitas, inclusive, mulheres alheias são enviadas para visitarem membros que foram abandonados por seus familiares, situações nas quais terminam surgindo novas famílias.

Tanto Comfort (2007) como Ferraz de Lima (2013) se interessam pela formação dos laços emotivos constitutivos da fidelidade das

mulheres ao longo do comprimento da pena de seus companheiros. Nesta pesquisa nos centramos no referente à partilha material que ocorre no âmbito de uma economia doméstica.

Certamente o apoio emocional que as visitantes proporcionam a seus familiares detidos é essencial para a manutenção de certo vínculo para com o mundo externo, aquele que corrobora as possibilidades de retorno do preso à sociedade. Porém, podemos olhar com uma lupa aos laços materiais. Ao largo do Sistema de Abastecimento (GODOI, 2015), cria-se no mundo interno das prisões uma profusão de mercados intermediados pelas visitas e o *jumbo*. Esta circulação de bens de fora para dentro das prisões mais de que prover o bem estar dos presos, permite a continuidade de uma instituição familiar.

Para aqueles presos que apresentam um bom comportamento dentro da prisão e que se encontram próximos do alcance de sua custódia provisória, lhes são permitidas as “saidinhas”, o que consiste em passar entorno de até duas semanas na casa de seus familiares em datas comemorativas. Em meu convívio em campo encontrei uma esposa de um detento alegre por ter ganho um carro de luxo de seu companheiro durante a “saidinha”; presente que –segundo o relato dela – fortaleceu o laço do casal. Demonstrar o que estabelece a união material entre esposas dos detentos exigiria uma pesquisa mais ampla analisando redes de relações desde o principio do relacionamento até o cumprimento da pena. Nesta dissertação nos limitamos ao comportamento de compras das mulheres de preso, itens de compra e formas de negociação, no sentido de apresentar os aspectos materiais que circundam o “turismo penitenciário”.

O que as pesquisas omitem ao tratar do público alvo do dispositivo carcerário paulista é sua imersão no mesmo sistema econômico que outros agentes em regime de liberdade, ou seja, o capitalismo enquanto conformador de desejos; de estilos de vida; de construção de destinos.

Segundo Omar Rincón (2013) “todos temos um pouco do tráfico dentro de nós”. O autor trabalha com o conceito de “narco-cultura” para se referir ao tráfico de drogas como parte integrante de toda uma integração regional em termos de negócios, estilos, estética, ética, e sobretudo experiências de ascensão social. Tanto é assim que no ano de 2017 a Rede Globo lança uma telenovela chamada *A força do querer*, na qual, a protagonista interpretada pela atriz Juliana Paes é fonte de inspiração baseada em um livro publicado por Fabiana Escobar, uma moradora da periferia do Rio de Janeiro que se tornou conhecida com o título de a “baronesa do pó” quando entrou para a rede do narcotráfico

conjuntamente com seu marido. Telenovela que tive a oportunidade de assistir em campo empírico juntamente com as visitantes que se hospedavam na pousada que analisamos, momento de encontro entre todas elas diante da televisão; situação que não voltou a se repetir na volta ao campo por conta da mudança na programação da Rede Globo, a nova telenovela já não agradava aquele público em específico.

Se o turismo de forma genérica está sujeito à geração de serviços, mudanças na infraestrutura local e uso dos meios de transporte, estaríamos sim diante de um município turístico. Porém, a disposição espacial do turismo aqui analisado ocorre em relação com um determinado tipo de fluxo, aquele guiado por mecanismos característicos do funcionamento do dispositivo carcerário paulista, aspecto que pauta a organização do mesmo.

É finalidade maior deste capítulo, demonstrar como rotinas cotidianas foram consolidadas mediante o fluxo estruturante do “turismo penitenciário”, ou seja, uma característica da interiorização penitenciária no estado de São Paulo.

3.1 O “TURISMO PENITENCIÁRIO” E SEU PROTAGONISMO FEMININO

As visitantes, ou ‘os vasos comunicantes’ (GODOI, 2015), aquelas que conectam o mundo externo com o interno das prisões, chegam ao município de Lavínia às quintas e sextas-feiras a fim de realizarem as visitas a seus familiares durante os finais de semana⁵⁴, como já mencionado. É quando Lavínia, do lado de fora das grades, se prepara para atendê-las, as prateleiras dos supermercados se renovam em consonância com a inflação dos preços; os carros de táxi deixam as garagens de suas casas; os locais de hospedagem estão em funcionamento; e, os policiais estão vigiando com mais cautela. Como em qualquer outra situação de cidade turística, em Lavínia igualmente os preços são remarcados com a chegada de turistas. A diferença é que em cidades turísticas convencionais os preços são remarcados ao sabor da temporada (cidades de praia – no verão; região serrana no inverno). Quando se trata da cidade de Lavínia a remarcação é semanal, acompanhando o fluxo de visitas das prisões.

⁵⁴As visitas acontecem durante os sábados e domingos; começam às 9h da manhã e finalizam às 16h. As visitantes para não se atrasarem preferem chegar bem cedo na porta do presídio.

Algumas das visitantes viajam desde suas residências de origem até Lavínia a cada quinze dias e preferem, muitas vezes, chegar logo, numa quinta-feira, a modo de cumprir sua função com maior tranquilidade, o que acaba parecendo ao primeiro olhar como pequenas “férias”. Chegando numa quinta-feira todo o preparo do *jumbo*⁵⁵ é realizado sem pressa e, tomando a liberdade da analogia, assim como os acadêmicos ao participar dos eventos científicos terminam encontrando tempo para compartilhar uma cerveja entre os bastidores, as visitantes também fazem com que lhes sobre o tempo necessário para aproveitar dos bares, das sorveterias e da única lanchonete⁵⁶ da cidade.

Outras visitantes realizam a viagem semanalmente e, igualmente, aproveitam os momentos de descanso para se movimentar pelas ruas da cidade⁵⁷ embora deem preferência por permanecer na pousada colocando o sono em dia. Neste caso, de quinta-feira à sábado os comércios locais disponibilizam o serviço de *delivery*, entregadores de moto também configuram a paisagem do “turismo penitenciário”.

O Sistema de Abastecimento além de responsável pela sustentação hierárquica das disposições dos agentes no interior das prisões através da objetivação dos bens materiais e visíveis distribuídos pelos familiares, simultaneamente, é gerador de um espaço diferenciado e estruturado de ofertantes e compradores localizado no exterior de suas grades.

Todo local de hospedagem em Lavínia dispõe de uma cozinha, onde elas, as visitantes, preparam a comida no dia anterior da visita a modo de levar algo fresco para seu ente familiar, principalmente um pouco do “sabor de casa”. Aquelas visitantes originárias do litoral paulista trazem, inclusive, camarão e demais frutos do mar modificando os aromas típicos do interior Oeste.

⁵⁵Sacola transparente que pode entrar nas penitenciárias carregadas de itens de necessidade básica para o detento, desde: sabão em pó, sabonete, shampoo, cigarro como comida e bebida até medicamentos (tudo em embalagem transparente).

⁵⁶Lugar onde se fabrica e vendem-se lanches, sanduíches, refeições rápidas e normalmente possui um mostrador ou balcão. Fonte: Dicionário Online de Português.

⁵⁷O uso indiscriminado que se faz dos conceitos de cidade e município para se referir a Lavínia é produto de um estado híbrido entre lugar e não-lugar; rural e urbano; centro e periferia. Como discutimos no capítulo 2 mesmo que Lavínia preserve seu lugar antropológico com a vinda das penitenciárias as fronteiras da identidade, do relacional e do histórico deixam de ser tão claras.

Tendo em vista a longa distância entre as penitenciárias do interior Oeste de São Paulo para com os familiares dos presos, as visitas ocorrem de forma consecutiva todos os sábados e domingos da semana, porém, o *jumbo* só pode ser levado em um dia da visita, como já mencionado. Sendo assim, a maior parte das visitantes preferem entrar nas penitenciárias de Lavínia com o *jumbo* nos sábados a modo de se verem livres do peso e do cansaço no domingo, dia de voltar a casa. Nos domingos as visitantes levam comida fresca e refrigerantes gelados⁵⁸.

O fluxo das visitantes ao município de Lavínia durante os sábados e domingos (dias de visita) é contínuo e organizado. Tendo em vista que Lavínia se configurou como complexo penitenciário o fluxo de mulheres durante os finais de semana é intenso e periódico. Elas mantêm um comportamento previsível; ao sair da visita no sábado às 16 horas da tarde vão direto ao supermercado comprar todo o necessário para a visita do domingo. Depois do supermercado costumam ir direto para seus respectivos locais de hospedagem com a finalidade de deixar tudo preparado para o último dia de visita, no domingo. Uma vez finalizada as tarefas para com o preso⁵⁹ já podem sair para comer; beber; caminhar, ou, simplesmente “tomar um ar”.

O termo “turismo penitenciário” não foi espontaneamente empregado apenas pelo atual prefeito do município de Lavínia também foi mencionado de forma recorrente e informal durante o convívio com os demais moradores da cidade.

Em entrevista com José (nome fictício) de 69 anos e proprietário de uma pousada onde trabalha também seus dois filhos o termo “turismo penitenciário” é empregado entre as reminiscências do passado.

Se alguém que foi embora das colônias que tinha aqui e volta para Lavínia cai no chão e chora de tristeza, de ver o que aconteceu com a cidade. Aqui era um monte de cafezais, era tudo café, cada fazenda bonita, tinha até igreja dentro da

⁵⁸ A maioria dos locais de hospedagem de Lavínia cobram a quantia de dois reais para guardar os refrigerantes na geladeira, como já mencionado. As exigências na hora da vistoria na entrada das penitenciárias é tamanha que refrigerantes congelados são proibidos de entrar e acabem sendo dispensados na porta do presídio, como já mencionado.

⁵⁹ As visitantes costumam se referir a seu familiar detido como: “o preso”. A etnografia realizada por Ferraz de Lima (2012) já havia noticiado tal costume. No convívio com as visitantes era corriqueiro escutar: “a comida do preso está pronta”; “não mexe nas coisas do preso”; “amanha vou falar pro preso” etc.

fazenda. E nas colônias viviam muitas famílias. Hoje se não fosse as penitenciárias e esse turismo não sei o que seria de Lavínia porque aqui nem emprego de doméstica tem mais. (José, morador e proprietário de pousada)

Glória (nome fictício) é a proprietária de uma padaria localizada no centro da cidade de Lavínia, se mudou de Guararapes/SP para o município junto com seu marido para investir no “turismo penitenciário” e hoje é concorrida durante os finais de semana e reconhecida pelo seu delicioso pão-de-queijo e pelo seu pão de hambúrguer tão “fofinho”.

O sonho do meu marido era ter uma padaria, nós nem sabia das penitenciárias e das visitas mas com o tempo a gente foi aprendendo o que podia entrar na prisão: o pudim; o bolo certo; o pão de hambúrguer; daí agente foi melhorando e já faz 9 anos que estamos aqui em Lavínia trabalhando com esse tipo de turismo. (Glória, comerciante)

Certamente, cabe ressaltar, a especificidade do território alvo de análise, ou seja, a concentração de três penitenciárias e a espera de uma quarta a ser inaugurada o que faz de Lavínia um verdadeiro complexo penitenciário, influi na dinâmica de visitação, que se intensifica de forma periódica atraindo novos investidores para o comércio local. Na entrevista com Glória ela acrescenta que “não importa de onde vem o dinheiro delas o que importa é que elas pagam ‘direitinho’”; informando como é feita a circulação monetária da qual as visitantes são as protagonistas, ou seja, as supostas “turistas” pagam “direitinho” algo que surpreende os moradores de Lavínia conduzidos por um estereótipo prisional.

O estigma atribuído às visitantes enquanto “mulheres de presos” reverbera na forma de pagamento em que as transações comerciais são feitas, tendo como única opção disponível o pagamento à vista; em dinheiro. À diferença dos moradores locais, os quais, ao pertencerem a um lugar antropológico, o de um pequeno município onde se conhece a família da qual provém; a localidade da residência, então lhes é permitido o acesso às “notas promissórias”⁶⁰, nas quais, uma assinatura

⁶⁰A nota promissória é um papel amarelo assinado por quem realiza a compra, assumindo a responsabilidade de pagar o valor correspondente na nota em data

é suficiente como garantia de pagamento futuro. Em convívio com moradores do município de Lavínia, ao acompanhar-lhes nos supermercados vimos como é possível “marcar na conta” para pagar no início de mês. As visitantes não possuem acesso a tais benefícios de crédito.

Como fonte de manipulação deste estigma as visitantes fazem uso do dinheiro, demonstrando que possuem a possibilidade de pagar pelo o que consomem. Ao ir ao supermercado com uma hóspede da pousada etnograficamente analisada, a frase “tô pagando” foi então empregada para exigir de um atendimento mais eficiente. Em Lavínia as visitantes não deixam aparecer os problemas que possam ter em suas comunidades de origem, mantêm uma postura fortemente consumista, tal como foi relatado pela entrevista com o Prefeito I, que apresentamos no capítulo segundo desta pesquisa, “se você perceber o comércio da cidade de segunda a quinta tem um ou outro da cidade, chegou sexta-feira é tudo pessoal de fora e eles não querem nem saber de preço; e compram, e levam”.

Partindo de uma posição teórica de que os conceitos não surgem de forma aleatória, sendo estes produzidos numa dinâmica própria de alocação dos agentes em seus respectivos espaços sociais, a utilização do conceito “turismo” denota certo distanciamento da própria prisão e contribui de forma afirmativa ao predomínio dos mecanismos de atribuição de significado a monetização, conforme Zelizer (2011), que menospreza a problemática prisional das visitantes. Ainda, existe no contexto local de Lavínia uma apropriação preconceituosa do desconhecido lugar de origem destas visitantes cerceadas pelo distanciamento geográfico e por aquele lugar “subúrbio” cheio de problemas ao que nos relatava Bourdieu (2003) em *A miséria do mundo*.

Sobre a forma como se comportam, se vestem, se alimentam e alimentam seus maridos cabe uma reflexão a partir do conceito de estilos de vida analisado por Weber e atualizado por Bourdieu em *A Distinção*. Conforme Bourdieu (2007) as necessidades e práticas culturais são fruto do nível de instrução e origem social. As escolhas pessoais que de forma objetiva terminam se entrelaçando às questões

estipulada. A nota promissória nada mais é que um compromisso de pagamento tendo duas partes implicadas; o emissor da nota e o recebedor da obrigação do pagamento futuro. As notas promissórias em caso de atraso do pagamento não emitem juros, é mais bem, um acordo de confiança em que as partes implicadas se sujeitam moralmente. De forma informal um pequeno atraso para com o pagamento de uma nota promissória não implicaria na cobrança de juros.

subjetivas de estética, vestuário, música e linguagem compõem diferentes maneiras de se afirmar, experimentar ou se distanciar de uma posição no espaço social; e mais, o que Weber chama de “estilização da vida” seria justamente o estilo de vida se distanciando objetivamente da necessidade.

O fato das visitantes pertencerem aos espaços periféricos de núcleos urbanos maiores e de se vestirem de forma despojada (em geral calças coladas ao corpo e chinelos), escutarem música em volume alto nos seus aparelhos celulares e compartilharem risadas ao conversarem pelas ruas de Lavínia é compreendido pelos moradores como expressão de vulgaridade e ociosidade. Assim, seus comportamentos considerados inadequados, erráticos e imorais são parte fundamental da pauta discursiva que constituem as “fofocas” observadas através do convívio com os moradores da cidade.

A “fofoca” se apresenta em Elias e Scotson (2000) como recurso metodológico onde os autores realizam duas classificações primordiais, que optamos por denominar de “fofocas difamatórias” e “fofocas inofensivas”. As “fofocas difamatórias” compartilhadas entre os moradores estabelecidos para com as visitantes sempre fazem menção ao seu corpo; como se vestem; sobre a quantidade de tatuagens em sua pele; o tom agressivo com que se direcionam a seus filhos; e, seu jeito “malandro” de ser⁶¹. Fenômeno relacionado com o próprio turismo, por exemplo, experimentado pelos espanhóis na época da ditadura franquista, altamente conservadora com a figura da mulher no referente à sacralização do matrimônio heterossexual e do espaço privado. Os espanhóis se escandalizavam com as turistas suecas que já eram adeptas do *topless*, o que na atualidade se transformou em parte integrante e manifesta pelas praias da Espanha contemporânea.

Também aspectos culturais provenientes dos locais de origem das visitantes estão progressivamente se fazendo visíveis no município, em cada retorno realizado ao campo o *funk* ressoa nos automóveis e nas comemorações natalinas dos moradores de Lavínia, sobretudo entre os mais jovens, se igualando às preferências do estilo musical local, a do sertanejo universitário.

⁶¹No ano de 2017 a cantora de música *funk* Anita lança uma canção com o nome de *Vai Malandra*, o refrão diz: “vai malandra, ê tá louca, tu brincando com o bumbum”. Em convívio etnográfico com as visitantes observamos que o *funk* em seu lugar de origem possui outros significantes, distantes da linguagem dos demais grupos que o escutam desde outros espaços sociais.

A etnografia feita por Ferraz de Lima (2013) desmistifica o estigma atribuído às visitantes em consequência de sua relação de intimidade com um detento. A autora demonstra que no grupo das “cunhadas” a ética proveniente do PCC corrobora um comportamento que se distancia do imaginário da “malandra”. Porém, é esta que em última instância articula o imaginário dos moradores de Lavínia. A autora ao estudar os enunciados éticos e morais demonstrou como a disciplina reina no grupo das *cunhadas*⁶² e demonstrou como nas viagens “o consumo de bebidas alcoólicas no veículo era proibido, assim como fumar, ouvir funk, utilizar um vocabulário grosseiro e desrespeitoso” (Idem. p. 33).

Nesta pesquisa, portanto, interessou-nos analisar duas dimensões espaciais contrárias situadas nos preâmbulos entre rural/urbano, embora ambas correspondam a realidades periféricas. Nos distanciamos mais uma vez das perspectivas recorrentes no estudo prisional de relação com a violência física e encontramos outras nuances que fazem parte da dimensão de uma violência simbólica. Para além da relação das visitantes com seus familiares detidos que as situam no contexto de criminalidade e violência, temos também hábitos que chocam com a realidade conservadora dos moradores estabelecidos em Lavínia, guiados por uma moral predominantemente religiosa. Oposições que são rebatidas quando a análise se intensifica, nas profundezas da moral visitantes e moradores compartilham de certo conservadorismo, sobretudo, quando referente ao âmbito familiar.

Em entrevista mantida com trabalhadoras do Conselho Tutelar de Lavínia, responsáveis pelo cuidado daquelas crianças que são mantidas no município ao terem as mães apreendidas pelo porte de substâncias ilícitas, frases como “elas não se dão ao respeito”, “usa uns *shorts* muito curtos”, “bebem em bar que só tem homem”, demonstram o choque identitário entre visitantes e moradores locais, ou seja, as visitantes representam o simbolicamente vulgar.

Ainda, apesar de que o termo “turismo” seja empregado para designar a dinâmica de visitação que ocorre em Lavínia e ter referente comum entre o espaço do local representado por seus moradores e o espaço do Outro, o das visitantes, não é possível negligenciar a

⁶²Relembrando que as *cunhadas* são as esposas dos membros do Primeiro Comando da Capital (PCC) que se identificam enquanto irmãos, como já mencionado. Ferraz de Lima (2013) e Dias (2011) demonstraram como o PCC se guia por uma ética de comportamento própria denominada de *proceder*, como já mencionado.

realidade prisional que configura as visitantes enquanto turistas, ou seja, essas não escolhem o lugar de destino, este é pautado pela mobilidade estruturante do próprio dispositivo carcerário paulista.

A prisão, portanto, é responsável pela demarcação do turismo exercido em Lavínia, orientando os tipos de serviços ofertados; os itens de mercado; os horários; os dias da semana etc. Neste contexto, as práticas de consumo são reprodutoras da estrutura relacional entre visitantes e prisão.

Outra problematização referente ao termo “turismo penitenciário” é o fato de que órgãos públicos locais não investem na infraestrutura que melhor atenderia esse fluxo de pessoas. Uma das principais queixas das visitantes é não encontrar uma maior diversidade de serviços. Sobretudo quando o horário da visita se encerra e elas poderiam ter um tempo de descanso, não há alternativas de onde ir. Ao contrário, o que acontece é a persistência de uma vigília constante. Mesmo sem mencionar aspectos coercitivos a viagem até Lavínia significa um distanciamento dos afazeres domésticos e de uma rotina.

Apesar de estarmos diante de uma realidade ultrajante – a de visitar um familiar detido – o investimento - material e emocional - empregado na viagem, sobretudo em transporte, alimentação e hospedagem pode, no entender das visitantes, gerar algum tipo de retorno no referente ao descanso merecido depois do esforço dispensado. Goffman (2008) nos alerta a respeito da existência dos bastidores em qualquer situação social, momento no qual, os atores podem se desprender de suas representações oficiais para dar espaço à espontaneidade.

Temos, em primeiro lugar, um termo que menospreza as relações entre moradores e familiares de preso: turismo. O termo é marcado pelo fluxo, pela garantia da não residência, o que evidencia preconceitos que determinam as infraestruturas empregadas para recebê-lo, onde, as penitenciárias não possuem vagas específicas para táxi, os locais de hospedagem não investem em sua infraestrutura e as visitantes constantemente se queixam da escassez de serviços de alimentação.

A coexistência entre turismo e prisão reconfigura a relação entre economia e punição encontrando nas visitantes um novo nicho de mercado pautado no empreendedorismo popular.

Em Lavínia, a manutenção do comércio local depende do fluxo das visitantes. Em entrevista mantida com o proprietário de uma sorveteria, ele afirma: “nós trabalhamos sexta e sábado (dias de visita) para pagar as contas na segunda-feira”. Como o pagamento por serviços e bens materiais são efetuados pelas visitantes no modo à vista,

em dinheiro, o resultado para os comerciantes locais é uma injeção imediata de financiamento para os gastos futuros.

O pagamento é realizado em dinheiro ou cartão de débito pautado pelo estigma impregnado nas visitantes e manifesto na categoria nativa “mulher de preso”, já denunciado pelos estudos anteriormente mencionados (SILVESTRE, 2011; FERRAZ DE LIMA, 2013). Tal estigma movimenta todo um capital de giro líquido em oposição aos moradores estabelecidos no município que possuem a possibilidade do endividamento, como já mencionado. Temos, portanto, que indagar a respeito do mercado enquanto espaço de encontro entre agentes e suas respectivas representações e atuações sociais.

Em Lavínia o que observamos corresponde não só a uma divisão social do trabalho como também uma divisão social do consumo. Os moradores estabelecidos do município dão preferência para a realização de suas compras no horário em que as visitantes se encontram nas prisões. Estas ao chegarem das visitas preferem, imediatamente, ir ao supermercado a fim de economizar tempo para um pouco de descanso e ócio antes da última visita no dia seguinte.

Ainda, por mais que não dispomos de tempo para tratar da suposta proveniência ilegal dos recursos dispensados nesta dinâmica das visitas, de acordo com Misse (2017) não seria possível resolver a questão da violência urbana sem levar em consideração o mercado ilícito de drogas enquanto ponto fixo de acesso à renda para as populações mais pobres dos grandes núcleos urbanos. Para o autor é de fundamental importância discernir entre a criminalização tal como é representada juridicamente da incriminação tal como ocorre na realidade. Assim, nos deparamos com um dos resultados do processo recente de interiorização penitenciária em São Paulo, a constituição de mercados locais, que se num primeiro olhar parecem não questionar a relação econômica com uma instituição punitiva (aquela que suprime a liberdade de determinados atores) quando analisamos as dinâmicas dos agentes envolvidos é possível observar o esforço de acomodação de significados presentes nas diversas categorias nativas que surgem no campo: “visitas”, “mulher de preso”; em um espaço que estas mulheres protagonizam o consumo no comércio local, que por sua vez, se concentra em oferecer serviços a elas.

Cabe relembra a narrativa do atual prefeito do município de Lavínia apresentado no capítulo 2 referente a seu esforço administrativo em trazer para residirem na cidade mais funcionários das penitenciárias alegando que sua renda elevada aumentaria as demandas no comércio local. Fato que demonstra que os funcionários das penitenciárias seriam

bons moradores enquanto é melhor que as visitantes permaneçam como turistas.

As visitantes não permanecem em Lavínia exclusivamente para a realização das visitas a seus familiares presos, também são responsáveis pela resolução das questões judiciais de seus companheiros. As dificuldades de acesso dos detentos quando se trata de acessar informações sobre o acompanhamento de suas penas preocupa suas famílias que acabam se tornando protagonistas dessas resoluções jurídicas. Todo o referente ao Regime de Processamento (GODOI, 2015) dos presos da CRO devem ser resolvidos na cidade de Araçatuba/SP, localizada a 70 km. do município de Lavínia. Muitas das visitantes que encontramos em trabalho de campo, em algum momento dão preferência por permanecer na cidade pelo tempo de no mínimo uma semana e viajar até Araçatuba quando necessário for realizar uma visita ao Fórum.

3.2 EMPREENDEDORISMO DE PRISÃO

Um artigo publicado no jornal Estadão na seção de Economia e Negócios se intitula '*Jumbo delivery*' faz entregas em 150 cadeias e penitenciárias de São Paulo e tem como protagonista um empresário do ramo das confecções que encontrou na dificuldade dos familiares dos detentos de realizarem suas remessas de artigos de higiene e alimentação uma oportunidade de negócio.

"Do jeito que o negócio está crescendo, em breve o jumbo passará a ser a atividade principal da nossa empresa, que hoje emprega 120 pessoas na área de confecção", diz o empresário, que prefere não falar em valores de faturamento por motivo de cautela. "Esse mercado é meio complicado", desculpa-se. (SCHOLZ, 2014 – Jornal Estadão)

Também no Estadão uma outra notícia desta vez na seção de Moda e Beleza tem como manchete *Empreendedora lança marca de roupas para detentos e mulheres de presos* relatando a trajetória de uma mulher que após passar cinco anos visitando o marido criou a empresa

“Liberta” responsável pelo *design* de roupas apropriadas para realizar a visita⁶³.

IMAGEM 3 - Foto de divulgação da marca “Liberta”, roupas desenhadas para a prisão.



Fonte: Jornal O Estadão

No referente às semelhanças das duas notícias apresentadas encontra-se a concepção otimista da figura do empreendedorismo, pessoas capazes de transformar a pior das realidades em oportunidade de desenvolvimento econômico. Como afirma Teles (2015) transformar a pobreza em oportunidade. Na primeira notícia o jornalista anuncia a empreitada da empresa de *'jumbo delivery'* como uma iniciativa de auxílio aos familiares que possuem dificuldades em enviar suas remessas às prisões cada vez mais distantes do local de residência. Na

⁶³ Quando o assunto é o vestuário permitido para entrar nas prisões as exigências também são muitas. Alguns dos itens proibidos são: roupas similares a uniformes de funcionários (calça azul marinho e camisa branca ou camiseta uniformes militares; sutiã com suporte de ferro ou bojo; anéis, relógios, colares, tiaras, arcos, prendedores de cabelo metálico ou com suporte de ferro, *piercing*; blusas com capuz e forro duplo; apliques capilares, entre outros.

segunda notícia, uma entrevista mantida com a empreendedora da marca de roupas Liberta, na qual, ela menciona o caráter justo de sua empreitada ao responder à pergunta: Qual é o preço médio das peças? “Elas custam mais ou menos R\$50. Mas quero chegar a valores mais acessíveis, para todo mundo poder comprar. Não quero só ganhar dinheiro com a Liberta, quero facilitar a vida das pessoas. Não dobro o meu custo de produção para obter lucro.”⁶⁴”

A maneira como as visitantes são recebidas em Lavínia organiza a rotina de um mercado com características específicas que se apresenta de forma regular ao longo do tempo, no qual, a categoria econômico se apresenta de forma independente da existência das penitenciárias. Embora, seja as prisões a precondição da existência de tal mercado.

Assim, nos situamos numa problemática apropriada para ser discutida nos preâmbulos da sociologia econômica: empreendedores que encontram nas prisões possibilidades de mercado.

As visitantes se transformam em consumidoras do comércio local de Lavínia mas não abandonam o *status* de “mulher de preso”. Na entrevista que mantivemos com Glória isso aparece de forma evidente quando ela diz:

Os moradores de Lavínia nos dizem que desmerecem eles porque só fazemos produtos para *as visita*. Mas não é bem assim; eu sei que se eu fizer um rocambole inteiro durante a semana eu não vou vender, eu vou ter que jogar fora. Mas eles [se referindo aos moradores locais] sabem que podem comprar esse produto no final de semana também. (Glória, comerciante – grifo meu)

A prisão abandona sua propriedade como “instituição total” para se tornar parte estruturante de relações de mercado.

Conforme Zelizer (2011) as esferas da intimidade e do mercado foram analisadas pelas ciências sociais como ‘mundos hostis’, o contato das duas esferas foi sempre considerado ameaçador: como se o dinheiro pudesse destruir as relações afetivas e como se o afeto, os sentimentos pudessem ameaçar o funcionamento dos diferentes mercados. Zelizer mostra a partir dos exemplos do mercado do seguro de vida que a entrada da sociedade estadunidense na era moderna passa por diferentes

⁶⁴ Entrevista realizada pelo Jornal O Estadão com a proprietária da marca de roupas Liberta.

negociações do significado do dinheiro tão bem de uma ressignificação da vida e da morte para que um novo objeto pudesse circular pelo mercado: o seguro de vida (Zelizer, 2011, 1985[1994]; 1978[1992]).

No mercado que constitui o “turismo penitenciário” tanto por parte da oferta como pela demanda vimos como a categoria família é constantemente empregada enquanto impulsora das relações econômicas. Como demonstra José em nossa entrevista “hoje meu filho trabalha comigo na pousada, minha esposa também, ele não estaria aqui se não fosse a pousada”.

Por outro lado, de parte das visitantes, o laço familiar fundamentado na subjetividade foram detalhados por pesquisas como a de Ferraz de Lima (2013); Silvestre (2011), já mencionadas.

3.3 O SETOR DA HOTELARIA DE LAVÍNIA

Em Lavínia existem 13 pousadas e 1 hotel. A diferença estabelecida entre pousadas e hotéis também configuram as especificidades do “turismo penitenciário”; as pousadas aceitam apenas mulheres como hóspedes enquanto os hotéis também admitem homens. Na pousada mais antiga da cidade – a única que aceita hóspedes homens além do hotel –, é possível encontrar todos os motoristas das excursões que saem de São Paulo. Essa pousada se localiza bem no centro do município de Lavínia ao lado de uma praça, onde há uma quantidade enorme de ônibus estacionados.

Em retorno ao campo, em dezembro de 2018, encontramos uma nova movimentação no setor da hotelaria em Lavínia. A primeira delas, fisicamente visível é a construção de um novo hotel. O investimento vem de dois sócios da cidade de Araçatuba/SP localizada a aproximadamente 70 km de Lavínia. O hotel promete oferecer, além da hospedagem, serviços de alimentação e outras lojas a fim de disponibilizar itens de utilidade para as visitantes. O serviço de alimentação funcionará durante a madrugada - horário em que chegam muitas excursões e as visitantes não encontram onde comer na cidade.

Já no campo anterior, em dezembro de 2017, havíamos encontrado um novo hotel, que curiosamente não se encontrava na lista de locais de hospedagem compartilhado pelas visitantes mediante o aplicativo *WhatsApp* mas que foi introduzido na tabela abaixo.

TABELA 2 – Distribuição dos preços das pousadas e hotéis de Lavínia referente ao dia de chegada e do uso da cozinha.

| POUSADA | Quinta | Sexta | Sábado | Cozinha | Forno |
|---|---------------------|----------------------|---------------|----------------|--------------|
| Dona Ana | 60,00 | 50,00 | 30,00 | 18,00 | 15,00 |
| Copacabana | 50,00 | 40,00 | 25,00 | 15,00 | 10,00 |
| Denise | 70,00 | 60,00 | 40,00 | 18,00 | 15,00 |
| Jacaré | 80,00 | 70,00 | 50,00 | 22,00 | 18,00 |
| Jorge (com táxi incluído) | 60,00 | 50,00 | 40,00 | 18,00 | 15,00 |
| Mandacaru | 70,00 | 50,00 | 40,00 | 15,00 | 10,00 |
| Margarida (táxi incluído) | 70,00 | 50,00 | 30,00 | 15,00 | 10,00 |
| Matilde | 60,00 | 50,00 | 30,00 | 15,00 | 10,00 |
| Hotel Imperium (inclui ar- condicionado) | 120,00 | 100,00 | 50,00 | 20,00 | 18,00 |
| Paulista | 80,00 | 60,00 | 30,00 | 20,00 | 18,00 |
| Pernambuco | 90,00 | 75,00 | 35,00 | 20,00 | 18,00 |
| Rô | 50,00 | 40,00 | 25,00 | Incluída | 10,00 |
| Val | 60,00 | 50,00 | 30,00 | 18,00 | 15,00 |
| Kitnet do Alê (preço único) | 230,00 (1pessoa) | 115,00 (2pessoas) | | | |

Fonte: elaboração própria.

Nenhuma das pousadas mencionadas acima é de propriedade dos familiares dos detentos; todas são de moradores do município de Lavínia ou empreendedores de outras localidades que vieram apostar no “turismo penitenciário”. Dessas pousadas as únicas que não possuem serviço de táxi próprio são: Denise; Rô; Copacabana; Jacaré e o Hotel Imperium.

Todas as pousadas possuem quartos para compartilhar e o preço é pago por pessoa. Existe a opção do quarto individual, mas é necessário “fechar o quarto” o que significa pagar uma quantia maior. Na pousada analisada para esta dissertação, “fechar um quarto” custa R\$250,00, já que cada quarto hospeda até cinco pessoas. No caso de um dos quartos, com quatro camas, “fechar o quarto” somaria R\$ 200,00 reais. O valor do “quarto fechado”, portanto, varia conforme o dia de chegada; os finais de semana que são os momentos de visita às prisões constituem a ‘alta temporada’ da semana.

O Hotel Imperium foi inaugurado no ano de 2017 e resultou ser um alto investimento na cidade. Sua proprietária o construiu através da venda de uma fazenda que tinha obtido como herança familiar no estado de Mato Grosso do Sul, vendeu sua propriedade para investir no “turismo penitenciário” de Lavínia. Ele é uma das maiores construções da cidade, com térreo e dois andares. Ainda, disponibiliza quartos com ar-condicionado.

Todo local de hospedagem em Lavínia deve possuir uma cozinha, que para ser regularizada deve passar pelo aval do corpo de bombeiros. As visitantes pagam por hora que utilizam a cozinha, também pelo uso do forno ou de outros eletrodomésticos. Todas as pousadas cobram, inclusive, para guardar itens no refrigerador, variando de R\$1,50 a R\$2,00 reais por item. Uma forma que os proprietários de pousadas encontraram para aumentar o lucro. A única pousada da cidade que inclui o serviço de refrigeração dos alimentos e bebidas gratuito é a que analisamos para esta pesquisa.

Aquelas visitantes que chegam na quinta-feira costumam aproveitar para fazer toda a comida durante a sexta-feira, dia de maior tranquilidade na cozinha da pousada, e, logo, preferem guardar a comida em um refrigerador mais eficiente que lhes dispõe a pousada; um refrigerador como o modelo que existe nas sorveterias para guardar os imensos potes de sorvete. Os refrigeradores de uma pousada em Lavínia, no final da noite de uma sexta-feira, ficam repletos de potes recheados com comida e refrigerantes de 2 litros com uma etiqueta identificando a proprietária. Aqui um item do turismo penitenciário que diferencia-o do turismo convencional: o fato destas mulheres optarem por cozinhar para seus maridos. Elas viajam, trazem coisas, compram outras coisas e cozinham no sentido de dar aos maridos a sensação de estarem no lar: o refrigerante está gelado e a comida é fresca como se comessem em suas próprias casas.

Entre as pousadas existentes em Lavínia se diferenciam aquelas em que os donos são os proprietários dos locais daquelas casas alugadas por familiares dos detentos.

De volta ao campo, em dezembro de 2018, acompanhamos o surgir de uma história recente. Alguns proprietários de pousadas se uniram para eliminar o que eles denominam de “casas clandestinas”:

Muitas mulheres que acompanham fielmente a pena de seus maridos vieram para morar em Lavínia depois que as casas populares foram inauguradas no ano de 2018. Nessas casas, um tanto afastadas do centro da cidade, elas colocaram camas de tipo beliche e oferecem

hospedagem às demais visitantes por um preço menor que os estabelecidos nas pousadas.

Os proprietários de pousadas organizaram um abaixo assinado e foram falar diretamente com o prefeito do município, exigindo-lhe alguma medida. Relataram o caso do prefeito do município de Avanhandava/SP que ao descobrir a existência de uma “casa clandestina” fala diretamente com o diretor do presídio que envia o marido daquela mulher que colocou a casa, de bonde; ir de bonde significa ser transferido às pressas a outra penitenciária. Acompanhamos o drama de muitas visitantes que chegam na pousada, preparam com carinho o *jumbo* a ser levado no dia da visita e ao chegar na porta da penitenciária descobrem que seu esposo, filho ou irmão foi de bonde. Isto indica que as transferências de prisão podem ser arbitrárias, este não foi o objetivo desta pesquisa, mas fica como pista para investigações futuras. O que interessa deste fenômeno é que estas mulheres são aceitas como agentes econômicos na condição de consumidoras, mas o papel de produtoras no mercado está interdito.

Como consequência dessa medida de expulsar as “casas clandestinas” constatamos que apenas sete pousadas de Lavínia estavam regularizadas com o alvará da Prefeitura Municipal. Havia uma pousada que não tinha pago sua conta de água durante um período de 15 anos, acumulando uma dívida de aproximadamente R\$15.000,00 reais. A decisão do atual prefeito foi exigir-lhes a regulamentação para que então possa tomar alguma medida para com as “casas clandestinas”.

Os proprietário de pousadas alegam em seu favor que as “casas clandestinas” al final se transformam em ponto para a comercialização de drogas.

Na constituição do valor a ser pago pela hospedagem influem fatores diversos. No caso da pousada onde a etnografia foi realizada os preços são estipulados por haver constituído uma clientela “diferenciada” (segundo a própria proprietária). A maioria das visitantes que se hospedam na pousada analisada nem sequer visitam nas penitenciárias de Lavínia. Elas visitam nas duas penitenciárias do município vizinho, Mirandópolis/SP. As penitenciárias de Mirandópolis, conhecidas respectivamente como MIRA 1 e MIRA 2, são famosas no município de Lavínia por albergar os crimes mais longevos. Estes detentos reconhecidos pela posse de maior capital econômico (devido ao domínio do PCC) ou como no jargão local “os presos de Mira têm mais dinheiro”, assim, suas visitantes são concorridas e preferidas. Seria de grande interesse analisar a rede de transferência monetária que constitui

as visitantes enquanto consumidoras em potencial, porém, isto requererá de pesquisas futuras.

Os locais de hospedagem de Lavínia são, portanto diversos - assim como sua clientela - e cada um vai se especializando para atender a uma determinada fração de classe. Existem visitantes que preferem se hospedar sozinhas e não querem compartilhar quarto; existem as que exigem ar-condicionado; as que se hospedam onde estão as amigas; as que preferem lugares mais animados ou aquelas que pagam pela calmaria.

IMAGEM 3 – Divulgação publicitária de uma pousada em Lavínia que são pequenas *kinnets* com cozinha estilo americana o que possibilitaria maior conforto e privacidade.



Fonte: grupo de “mulher de preso” do aplicativo no *WhatsApp*

3.4 A ROTINA DE TRABALHO EM UMA POUSADA

O local de hospedagem que analisamos etnograficamente se qualifica mediante o nome de Pousada, que aqui denominaremos, de forma fictícia, como Sabiá. Possui seis quartos com dois beliches e uma cama de solteiro cada um, podendo então hospedar 5 mulheres por quarto, um total de trinta visitantes a cada final de semana.

A proprietária da Pousada Sabiá se mudou para Lavínia especificamente para dar início à empreitada comercial, em Setembro de

2015. Encontrou no município uma propriedade que já funcionara como local de hospedagem mas que levava algum tempo fechada. A dona da Pousada Sabiá relata que o começo foi difícil porque ninguém a queria no município, ela tentou no princípio imprimir a quantia de 1.000 cartões de apresentação e distribuiu pelo comércio local de Lavínia. Sem obter retorno, decidiu mudar de estratégia e foi entregar seus cartões de visita na porta das penitenciárias quando então sua situação mudou. Começou com pouca gente, mas, atualmente, diz que “ficou famosa entre as mulheres e lá dentro também porque trata todo mundo como igual”. Chamaremos a dona da Pousada Sabiá com o nome fictício de Coralina.

O começo não foi fácil. Minha propaganda foi mais boca a boca mesmo. No começo tive um cliente que queria alugar um quarto por um mês porque ela queria buscar uma casa aqui em Lavínia pra morar. Ela conhecia muita gente lá dentro do presídio, daí acabou me trazendo muitas clientes. (Entrevista com Coralina)

Coralina é uma mulher divorciada a 28 anos atrás, com uma única filha que mora longe, tem 51 anos de idade; e, de repente, em sua vida, se encontrou sozinha para cuidar dos pais já idosos. Seus pais assim como ela não chegaram ao ensino superior. Coralina encontrou em Lavínia uma oportunidade mercantil e um lugar tranquilo para morar. Acostumada a viver em núcleos urbanos de maior extensão não se acostuma com a realidade pacata do município e diz que “só se diverte com suas meninas quando trabalha”, alegando que os moradores do município “tem uma cabecinha muito pequena”.

Nesta pousada quem chega na quinta-feira paga R\$ 70 reais para se hospedar até o domingo. Para quem chega na sexta-feira o preço é de R\$ 50 reais e no sábado R\$ 40. Dona Coralina recebe muitas clientes que configuram a cosmovisão apresentada por Ferraz de Lima (2013) referente à fidelidade das *cunhadas* no acompanhamento das penas de seus esposos. Reconhecê-las não resulta ser de grande dificuldade, porque andam juntas, e Lavínia é uma pequena cidade.

O principal atrativo de uma pousada é uma cozinha grande e bem equipada para assegurar a agilidade na hora de preparar a comida fresca que será levado “para o preso”. Entre as visitantes é bem comum a utilização da palavra preso: “esse bolo é do preso”; “tenho que cozinhar para o preso”; “vai esperar porque quem mandou ser preso”; sendo formas corriqueiras de expressão. Talvez chamar o próprio marido de

preso seja um tratamento impessoal, como coloca Elias (2000) os outsiders se autodenominam pela bitola dos dominantes. Elas assumem a violência simbólica e, ao invés de tratar o marido pelo nome de intimidade, tratam pela impessoalidade de preso, no sentido genérico, como se ele fosse um estranho.

Coralina investiu a quantia de 30.000 reais na construção de uma nova cozinha, empreitada que acompanhamos em campo. Inclusive, participamos da festa de inauguração da nova cozinha, espaço amplo e bem iluminado que despertou a alegria de suas hóspedes mais antigas.

3.5 HOSPEDAR-SE E COZINHAR PARA O PRESO, UM LAR INVENTADO

Na Pousada Sabiá as visitantes não precisam pagar pelos itens que guardam no refrigerador. Um refrigerador de sorveteria fica dentro de um quarto ao lado da cozinha, onde Coralina descansa, e é trancado com chave quando a proprietária não se encontra na pousada, principalmente quando está exercendo sua função de taxista, para evitar a expropriação dos itens ali alocados. Em algumas ocasiões a proprietária da pousada se encontrou obrigada a ressarcir itens que desapareceram de seu refrigerador. A desconfiança é parte integrante deste trabalho e perpassa as discussões referentes ao estigma da “mulher de preso” mesmo que roubos também aconteçam em outros hotéis e em outros cenários.

Além da Pousada Sabiá, Coralina também dispõe de um carro de táxi e com ele realiza as viagens da pousada até as penitenciárias durante as madrugadas de sábado e domingo. Cada viagem ao presídio de Lavínia custa R\$8 reais e quando o trajeto é até a penitenciária do município vizinho, Mirandópolis, o preço sobe para R\$30,00 reais; ida e volta o valor cobrado é de R\$ 60,00 reais.

Embora o trabalho comece numa quinta-feira e hajalongo período de descanso - desde o domingo até a quarta-feira pela noite - o final de semana é sempre bem agitado.

Como muitas de suas clientes chegam na quinta-feira pela tarde, é na quarta-feira que Coralina cuida da limpeza da pousada. Tem uma faxineira que é natural do município de Lavínia e é quem cuida da limpeza do espaço físico e também das roupas de cama. Depois da pousada limpa e arrumada, Coralina deixa sua casa numa quinta-feira com uma pequena mala rumo a pousada para retornar apenas no domingo.

Durante as madrugadas de sábado e domingo prepara o café-da-manha da pousada composto de pão francês, leite, achocolatado, café, bolo e suco de saquinho. O café da manhã é servido das 4 às 7 da manhã. As mulheres se levantam muito cedo para dar início aos preparativos da ida para as prisões. A funcionária da Pousada Sabiá é responsável por retirar todos os itens do refrigerador, os distribui em cima de uma grande mesa e vigia para que seja recolhido pessoalmente por sua proprietária, conferindo com a pessoa o nome que se encontra escrito no objeto a ser entregue. Ela recebe a quantia de R\$900 reais por mês. Há também um momento de desperdício: itens de alimentação que sobram no domingo. Muito do que foi comprado pelas visitantes não é utilizado no preparo da comida e o motivo principal deste acontecimento é o pequeno tamanho dos vasilhames que quase sempre é insuficiente para tudo o que elas desejavam levar ao presídio. Os projetos são maiores do que as possibilidades da realidade.

Tudo o que sobra é dividido entre Coralina e sua funcionária, ambas alegam que durante o que resta de semana nem sequer precisam fazer compras no supermercado com tanta coisa que sobra das visitantes. Itens alimentícios como extrato de tomate, maionese, refrigerantes, milho e ervilhas em conserva; presunto e queijo; ao serem abertos e não utilizados por inteiro permanecem na geladeira da pousada. Outros itens como pacotes de arroz ou de macarrão pela metade; litros de óleo quase cheios; comidas de preparo rápido e congeladas como lasanha ou canelone que foram comprados pelas visitantes para consumo próprio; latas de cerveja; tudo reaproveitado por Coralina e sua funcionária.

O que caracteriza o consumo de alimentos e bebidas, por parte das visitantes, é a fartura, fenômeno que se manifesta no jargão popular em frases como “é melhor sobrar do que faltar”; “tadinho do preso com aquilo que come lá dentro”; “miséria atrai mais miséria”.

Na quinta-feira as primeiras clientes chegam por volta das 18h. da tarde, cansadas, o primeiro que fazem é tomar um banho. Depois saem para passear na cidade e retornam por volta de 22 horas.

Em retorno ao campo, dezembro de 2018, as hóspedes retornavam mais tarde porque não seguiam a telenovela da Rede Globo; ao contrário de dezembro de 2017 que “não podiam perder” a narrativa da personagem “Bibi Poderosa” que representava a trama da favela na telenovela das 21 horas da Rede Globo.

É na sexta-feira que elas vão fazer suas compras nos supermercados da cidade e de retorno à pousada, cheias de sacolas, rapidamente, fazem uso da cozinha. Elas preparam muita carne e por

isso a maioria delas fazem uso do forno, lembrando que devem pagar para além do uso do fogão. Fazem maionese; vinagrete; lasanha; macarrão a bolonhesa; mandioca frita; e os famosos lanches. Neste momento a música soa alto na cozinha; o *funk* embala as mais jovens e o pagode agrada aquelas de mais idade.

Na sexta-feira pela noite chegam muitas visitantes e a pousada fica mais agitada, aquelas da quinta-feira já desocuparam a cozinha dando espaço para as recém-chegadas. Na cozinha da Pousada Sabiá existem 4 fogões de 6 bocas, os quais serão compartilhados por no máximo 2 visitantes por vez. O único homem que entra consecutivamente na pousada é o entregador de gás.

Depois de cozinhar, é hora de relaxar, muitas sentam na área da pousada e abrem uma cerveja bem gelada com aquela sensação de “dever cumprido”.

No sábado o despertador de Coralina soa às 3:30 da madrugada, ela se levanta e vai buscar sua ajudante para deixar na pousada e no caminho passa pela padaria para buscar os pães recém saídos do forno. A padaria, no sábado de madrugada, é o ponto de encontro entre os proprietários de pousadas, quando observam a quantidade de pães que cada qual compra a fim de supor se a cidade se encontra bem ou mal movimentada.

As visitantes despertam na madrugada para cuidar dos preparativos femininos ao som do secador de cabelo e dos chuveiros funcionando. Em seguida, pegam suas vasilhas de comida e seu refrigerante gelado colocam na bolsa de *jumbo* e aguardam os ônibus da excursão na porta da pousada. Um grande movimento de pessoas em Lavínia acontece na madrugada enquanto os demais moradores do município ainda dormem. Outra característica do “turismo penitenciário” que favorece o isolamento das visitantes em relação aos demais moradores da cidade.

As visitantes que vão de táxi esperam por Coralina; ela realiza todas as viagens de suas hóspedes. Aquelas que visitam no município de Lavínia não dispõem das excursões para chegar nas penitenciárias, apenas dos táxis.

Ainda no sábado, depois de que todas suas hóspedes se encontram na fila das prisões, chega um senhor proprietário de uma van que realiza viagens pelo interior do estado. Ele sai da cidade de Votuporanga/SP e passa por várias cidades recolhendo visitantes com destino a Lavínia. Este senhor trabalha em conjunto com sua esposa que dirige uma outra van, ambos descansam na Pousada Sabiá enquanto ocorrem as visitas e em cambio resolvem qualquer problema que possa

vir a ocorrer neste período, enquanto Coralina vai descansar em sua casa. Esta rotina se repete igualmente aos domingos.

No domingo quando todas as visitantes estão dentro dos presídios Coralina retorna a casa com montante de dinheiro recebido; senta-se em sua cama para somar os ganhos do final de semana. Em média ela recebe a quantia de R\$ 2.800 reais. Neste final de semana o movimento de sua pousada tinha sido muito bom porque correspondia ao Natal dos presos, celebração que ocorre na semana anterior do calendário oficial e que permite a entrada de mais itens de alimentação nas sacolas de *jumbo*. Ao fim de mês Coralina recebe de seu trabalho no “turismo penitenciário” uma quantia de aproximadamente R\$ 8.000 reais.

3.6 OS SUPERMERCADOS

Goidanich (2012) realizou uma etnografia em sua tese de doutorado acompanhando mães de entre 27 a 53 anos na realização de suas compras no supermercado na cidade de Florianópolis/SC. A autora se baseia nos enfoques teóricos que estudam o consumo e encontra que o ato da compra é revelador de relações sociais que vão além do espaço supermercado. As mulheres apesar de terem na ida ao supermercado uma responsabilidade doméstica também apresentavam momentos de fuga e lazer.

Existem dois supermercados no município de Lavínia, ambos localizados no centro da cidade. Tivemos a oportunidade de entrevistar o atual prefeito do município que como relatamos no segundo capítulo é proprietário do maior supermercado de Lavínia, e entrevistamos uma funcionária administrativa da P3 esposa do proprietário do segundo supermercado.

Nos supermercados, de segunda a quarta-feira o movimento é tão tranquilo que existem menos trabalhadores; é a partir das quintas-feiras que mais pessoas estão trabalhando e, inclusive, em um deles uma corrente é colocada no intuito de organizar as filas do caixa. O próprio prefeito (proprietário de um dos supermercados) relatou em entrevista que acaba ajudando durante os finais de semana de maior movimento.

Os moradores do município de Lavínia estão ‘acostumados’ a realizar suas compras nos supermercados das cidades vizinhas: como Araçatuba ou Andradina; é aproveitando a ida ao supermercado que os lavinenses “passeiam” e igualmente para evitar os preços inflacionados de Lavínia por conta das penitenciárias. Assim, os supermercados de Lavínia estão lotados nas sextas-feiras e sábados, quando os preços mudam e as prateleiras se enchem para abastecer a demanda do

“turismo penitenciário”. Fenômeno que se repete no município de Itirapina/SP estudado por Silvestre (2011) e Sabaini (2012).

Durante o horário de compras, principalmente aos sábados no período da tarde, agentes penitenciários, seus familiares e demais moradores da cidade evitam dividir o espaço do supermercado com os parentes de presos durante o mesmo tempo. Não somente os agentes penitenciários, como a maioria dos moradores da cidade sabem dos horários em que as *mulher de preso* frequentam o estabelecimento, evitando, desta maneira, fazer suas compras no mesmo horário, advertindo amigos e conhecidos a fazerem o mesmo. (SABAINI, 2012, p. 55)

O contraste nas formas de pagamento também elucidam a configuração estabelecidos-*outsiders*, que vislumbra a oposição entre os moradores de Lavínia e as visitantes, já que por se tratar de uma pequena comunidade, os moradores podem optar por “marcar” o que consomem nos supermercados da cidade para pagar a inícios de mês, como já mencionado. As visitantes, portanto, se tornam bem quistas por se tratar de pagamento em dinheiro, à vista. Nas entrevistas feitas com os comerciantes eles relatam surpresa pelo fato de ‘mulheres de preso’ honrarem com seus compromissos: elas pagam pelo que compram; como se esta fosse uma característica inesperada do seu comportamento.

Desde a *doxa* da economia neoclássica, o indivíduo econômico, emancipado do político, é capaz de discernir temas relativos ao econômico dos que pertencem ao âmbito da política. A sustentação teórica deste indivíduo que escolhe de forma racional requereria de “uma coerência interna, pois de outra forma a ordem teria de ser introduzida de fora” (Dumont, 2000, p.53). A coerência interna estabelecida pelos comerciantes de Lavínia que se dedicam ao “turismo penitenciário” é a de que não importa a procedência do dinheiro posto que o único que fazem é prestar algum tipo de serviço.

No quesito vantagem econômica os supermercados de Lavínia souberam aproveitar de sua oportunidade. Os preços são remarcados semanalmente e em campo um dos produtos mais inflacionados é o refrigerante, numa quarta feira a Coca-Cola de dois litros custa R\$5 reais e na quinta feira já se encontra a R\$8 reais quente e R\$10 reais gelada.

Ao analisar os dois supermercados do município de Lavínia e o preço e oferta de seus produtos observamos que em um deles é possível encontrar produtos mais baratos porque são de marcas desconhecidas.

Quanto retornamos ao campo, em dezembro de 2018, tivemos acesso a uma série de cupons fiscais que as visitantes iam me dando depois da ida ao supermercado. Nos cupons analisados os fatores relevantes se encontra na forma de pagamento estando esta protagonizada pelo dinheiro e nos produtos mais consumidos.

Depois de analisar 30 cupons fiscais de entre os 10 produtos mais comprados se destacam produtos prontos para consumo e itens de higiene e limpeza conforme segue:

- 1.Refrigerante Coca Cola
- 2.Pão de forma Sevenboys
- 3.Maionese Hellmanns
- 4.Hamburguer
- 5.Açúcar refinado
- 6.Presunto e Mussarela
- 7.Sabão em pó
- 8.Desodorante embalagem transparente
- 9.Creme Dental
- 10,Molho de Tomate

De entre os produtos mais procurados estão aqueles necessários para a elaboração de lanches: presunto; queijo; pão de hambúrguer; ovos etc. Maionese sempre da marca *Hellmanns*, “a única que presta” (enunciado da Senhora A). Um lanche de hambúrguer dentro da prisão custa trinta reais e é mercadoria comercializada por muitas visitantes. Depois de passar pelo primeiro supermercado, eu e a senhora A fomos atrás do pão preferido de seu marido, ela me comentava que “ele é muito enjuado” e não aceita qualquer produto.

A padaria mais central se especializou na fabricação de pão para hambúrguer e é famoso entre as visitantes que dizem ser o mais gostoso da cidade.

Uma hóspede da Pousada Sabiá, que viaja de Guarujá a Lavínia a cada 15 dias e que já se hospeda na pousada analisada desde o ano de 2016, nos trouxe o cupom fiscal da compra de seu *jumbo* realizada na cidade de Guarujá. Através dos preços no Guarujá/SP realizamos uma comparação com os preços de Lavínia e encontramos diferenças significativas, tendo em vista que Guarujá se destaca por ser uma cidade turística do litoral paulista e a compra haver sido realizada no mês de Dezembro de 2018, alta temporada de verão.

TABELA 3 - Comparação de preços entre supermercados de Guarujá/SP com os dois supermercados de Lavínia/SP

| Produto <i>jumbo</i> | Guarujá/SP | SUPER 1 | SUPER 2 |
|--|-------------------|--------------------------------|---------------------|
| Desodorante roll-on embalagem transparente | 5,90 Nivea | Não disponibiliza esse produto | 7,99 Nivea |
| Achocolatado | 5,15 Nescau | 3,39 Mury | 6,49 Nescau |
| Maionese Helmanns | 2,58 | 5,99 | 6,99 |
| Leite em pó | 7,80 | 8,89 | 9,99 |
| Margarina | 2,29 | 2,39 | 2,60 |
| Açúcar Refinado | 1,70 | 1,89 | 2,39 |
| Sabonete | 1,98 Rexona | 1,49 Nivea | 1,99 Palmolive |
| Creme dental Colgate | 2,50 | 2,49 | 3,99 |
| Refrigerante Coca-cola 2l. | 4.99 | 7.99 10 (gelada) | 7.49 10 (gelada) |

Fonte: elaboração própria.

Silvestre (2011) em sua pesquisa com os comerciantes do município de Itirapina/SP também destaca o estilo de consumo das visitantes enquanto princípio de distinção para com os moradores locais da cidade.

A estigmatização, neste caso, percorre elementos que vão desde os tipos de roupas e bagagem que este grupo usa e carrega, os tipos de produtos que compra, a forma de comportamento e como se relacionam. Pelas suas falas, os moradores acreditam poder distinguir as *visitas* pelas suas roupas *diferentes* e *extravagantes*, das quais os moradores da cidade não fariam uso; além disso, **declaram identificar um padrão nos produtos comprados pelas *visitas*: alimentação industrializada, como refrigerantes, doces, biscoitos, e produtos de higiene pessoal.** Afirmam ainda que reconhecem as *visitas* nos pequenos grupos de mulheres que estão sempre andando pela cidade, geralmente com crianças,

apresentando um comportamento *diferente*.
(SILVESTRE, 2011, p. 18 – grifo meu)

Acompanhamos três visitantes para realizar suas compras nos supermercados de Lavínia, às quais denominaremos respectivamente de: Senhora A; Senhora B e; Senhora C.

A Senhora A mora em São Paulo e visita a seu marido semanalmente, prefere viajar na excursão que chega em Lavínia na quinta-feira pela noite. Ela chega e pede algum *delivery* para se alimentar e dormir devido ao cansaço da viagem. É no dia seguinte, na sexta-feira que ela vai às compras.

A Senhora A prefere comprar todos os itens do *jumbo* como: sabão em pó; leite em pó; creme dental; papel higiênico; bolachas; chocolates; balas *halls*; aparelhos de barbear e outros em São Paulo, alegando que em Lavínia são bem mais caros (com razão ela chega na pousada com aquela imensa mala). O que ela deixa para comprar na sexta-feira é a “mistura”; alimentos frescos para preparar a comida para o dia da visita. Tivemos a sorte de encontrar seu marido “no ar”⁶⁵ o que significa que possui acesso ao telefone e por isso soubemos que ele tinha preferência por lasanha. Se não, pensar no que levar de comida é tema de discussão nos corredores da pousada, todas elas buscando opiniões e ideias de culinária a fim de agradecer o paladar do companheiro.

Ir atrás dos itens para preparar a lasanha resultou ser um percurso por vários estabelecimentos, principalmente no intuito de pesquisar por preços⁶⁶. Fomos em primeiro lugar no supermercado Baixo e a primeira coisa que fizemos foi perguntar o preço do kilo das mais diversas carnes, ela terminou optando pela mais barata e encontrou uma diferença muito grande com o outro supermercado. Além da carne também comprou queijo e presunto fatiados, extrato de tomate, milho em conserva e carne de hambúrguer.

⁶⁵ “Estar no ar” é uma expressão nativa para quando as visitantes podem falar diretamente com seus familiares que estão dentro da prisão. Em interações de campo tivemos a oportunidade de acompanhar algumas ligações e a preocupação com o *jumbo* e a alimentação são fontes de destaque das conversações.

⁶⁶ Por mais que o cardápio já tivesse sido formulado as visitantes estão abertas a novas ideias em consequência dos preços. Preocupação que não havia sido demonstrada no momento de pagar as diárias da pousada.

Logo, partimos rumo ao segundo supermercado para comprar outros itens que segundo ela só os encontrava por lá. Ela comprou pão de forma, leite em pó e maionese, ambos de sua marca favorita. Passamos pela padaria para encomendar o pão de hambúrguer que ela então buscaria no dia seguinte e antes de retornar à pousada com suas sacolas de compras paramos para tomar um sorvete já que fazendo uso de sua expressão “o calor estava de matar”.

A Senhora B trabalha como contadora na capital paulista e por isso visita com menos frequência. Sempre encontrei ela nas minhas idas a campo porque coincide com suas férias nos meses das festividades de fim de ano. Em dezembro de 2017 ela alugou a pousada por quinze dias pelo preço de R\$ 500 reais porque tinha que resolver pendências jurídicas de seu marido na cidade de Araçatuba/SP.

Desta vez, dezembro de 2018, a Senhora B preferiu passar suas férias com sua família e visitar seu marido por menos tempo. No supermercado ela preferiu comprar todos os itens do *jumbo* porque afirmou ter tido preguiça de comprar em São Paulo.

Então partimos para o supermercado com a Senhora B, ela comprou de tudo para o *jumbo*, desde produtos de limpeza da cela, da roupa e de higiene pessoas; até bolachas, pão, chocolates; passando pela sessão de papelaria para pegar caderno e caneta. Ela preferiu comprar tudo em um único supermercado e pediu para entregar na Pousada Sabiá. Saímos do supermercado e fomos comer em um restaurante novo, recém inaugurado; fomos experimentar a comida do lugar. Pedimos um prato combinado e preparado pela funcionária do estabelecimento e para tomar compartilhamos uma Coca-Cola de 600ml. Ao total pagamos 17,00 cada uma.

Saímos do restaurante e fomos esperar a dona da pousada que vinha nos buscar em seu táxi.

A senhora C é guia de um ônibus que sai na sexta-feira de São Paulo às 9h. da manhã para chegar em Lavínia às 18:30 da tarde, se tudo correr bem e não pegarem uma *blitz* no caminho. Com ela estabelecemos uma forte amizade e chegamos a trocar mensagens ao longo do ano pelo aplicativo do *whatsapp*, no qual me envia músicas e fotos de suas famílias. Esta relação construímos quando ela trouxe seus dois filhos para Lavínia, uma menina de 13 anos e um menino de 7, ambos não podiam entrar na penitenciária porque eram filhos de um casamento anterior.

Me lembro de ficar sentada na área da pousada enquanto sua filha me mostrava fotos de sandálias e tênis pelo celular, objetos que estava desejando como presente de Natal.

A Senhora C é ágil, organizada, divertida e com voz de liderança; características necessárias para desenvolver o trabalho de guia, ato de extrema responsabilidade devido ao controle do Primeiro Comando da Capital (PCC) responsável pelo cuidado dos familiares de seus membros durante as viagens. As guias possuem contato direto com o “irmão” responsável pelo seu “quadro” aquela excursão em específico e todas as pessoas em que nela se encontram.

Ferraz de Lima (2013) ao realizar uma etnografia em viagens realizadas pelo grupo das *cunhadas* relata a importância de que no ônibus apenas entrem *cunhadas*, sendo os não afiliados ao comando considerados como *coisa*. No caso de Lavínia aqueles que não se relacionam com o PCC são chamados de *zé povim* [diminutivo de José Povinho]. Assim, se estabelece entre as mulheres uma hierarquia sendo que o vínculo com o PCC constitui a maior distinção.

A Senhora C entra na pousada de forma rápida vai para seu quarto que sempre é o mesmo, “joga uma água no corpo”, troca de roupa e já desce para o supermercado gritando o nome da dona da pousada para que a leve em seu táxi. No supermercado ela compra de tudo um pouco para completar os itens de seu *jumbo* mas também compra itens de cuidado estético para si mesma, um creme de cabelo, um hidratante para o corpo. Ela realiza tudo de forma rápida e pede para uma amiga que nos acompanha que leve suas compras para a pousada porque tinha horário para a manicure. É quando entramos em uma outra pousada, onde, a filha do proprietário além de ajudar seu pai com as hóspedes nos finais de semana também oferece o serviço de manicure, ambos, mãos e pés, por 30,00 reais.

Já era noite quando saímos daquela pousada e então sentamos em um bar em frente para tomar um refrigerante. A senhora C já não podia beber álcool (como em dezembro de 2017) porque está grávida de 5 meses.

Na madrugada do sábado ajudei a Senhora C a encher o ônibus com brinquedos, todos comprados pelo PCC para serem distribuídos às crianças na porta da penitenciária do município de Mirandópolis, por motivo do Natal dos presos.

Manifesto na narrativa das visitantes se encontra o lamento pela situação de extrema debilidade de seu familiar preso, desprovido da liberdade. Esta condição, segundo os relatos, surge como elemento que fortalece o vínculo familiar.

Meu marido é melhor preso, não corre risco de vida, me trata super bem porque precisa de mim, e

eu tenho sexo uma vez por semana sempre. Isso sim que é um bom casamento. Na rua eles nem lembra da gente. (Senhora C)

O comportamento das visitantes dentro dos supermercados é rápido e colocam toda ênfase em produtos destinados aos maridos. O momento de lazer e ócio começa depois que a obrigação termina, ou seja, quando todos os itens do *jumbo* foram comprados em conjunto com os ingredientes da comida que será então levada aos presídios. Tanto é assim, que a maioria delas nem sequer comem da comida que prepararam com tanto carinho, preferem comer algo que se encontra ofertado pelas ruas da cidade, momento de abandonar por instantes suas obrigações domésticas. A prisão acontece porém suas funções de dona do lar permanecem.

Durante o convívio com as esposas dos detentos, muitas alegam que a prisão “melhorou” sua relação com o cônjuge, onde, segundo elas, o medo do abandono por parte dos maridos reforça neles o desejo de cuidado de suas cônjuges; situação já encontrada por Comfort (2007).

Pierre Bourdieu (2007) propõe uma nova forma de compreensão dos elementos culturais e sociais ligados às relações de poder. Analisando o senso comum, apoiado em dados estatísticos, o autor expõe como as necessidades e as práticas culturais são frutos do nível de instrução e da origem social. Bourdieu fala dos gostos e dos bens de consumo como parte constituinte dos estilos de vida – conjunto de práticas e bens de consumo que tendem a ser adotadas pelo mesmo grupo e que expressam relações de pertencimento a uma classe social

No quesito escolhas alimentares a elite que considera o corpo como forma, opta por alimentos e refeições leves e frugais o que Bourdieu nomeou o gosto do luxo. Do lado da classe trabalhadora o corpo é considerado força, há necessidade de energia para o trabalho. Neste sentido as refeições incluem itens mais gordurosos. Transportando a análise para o início do século XXI igualmente as opções mais açucaradas. Como pudemos observar neste capítulo, há um ritual dos itens de compra, as pousadas são mobilizadas como cozinha particular para que as mulheres de preso façam os pratos conforme o gosto dos companheiros e os itens são os mais energéticos: lasanha, maionese, entre outros. A estrela entre os itens de consumo são os refrigerantes, em particular a Coca-Cola.

3.7 AS EXCURSÕES

O transporte comumente utilizado é o ônibus ou as vans, sendo todos eles procedentes de iniciativas privadas. O Primeiro Comando da Capital (PCC) disponibiliza, de forma gratuita, três ônibus procedentes da estação Barra Funda em São Paulo com destino a Lavínia. São três os ônibus disponibilizados pela organização porque são três as penitenciárias que existem no município, assim, existem ônibus para a P1, P2 e P3⁶⁷. Os ônibus estão controlados pelo PCC para que sejam utilizados, de forma exclusiva, pelos familiares de seus membros.

O Primeiro Comando da Capital (PCC) nomeia seus veículos como “ônibus da família”. Quem vem de família costuma chegar no sábado de madrugada se não houver problemas no trajeto. O que mais atrasam os ônibus são as vistorias policiais na busca e apreensão de drogas. O diferencial do “ônibus da família” é que a passagem é gratuita porém saem e chegam muito tarde tornando-se uma viagem extremamente cansativa para as visitantes.

Entre as visitantes, para além das “cunhadas”, também existem mães, filhas, pais ou irmãos de sangue. O cuidado com os familiares é minucioso e até a velocidade do ônibus é controlada pela organização, para que todos cheguem a seu destino, seguros.

Existem outras excursões privadas, nas quais é preciso pagar pelo bilhete de ida e volta. Estes ônibus privados costumam ser terceirizados e apresentam péssimas condições. É comum ouvir relatos de ônibus quebrado, sujo ou sem ar-condicionado. Ainda, os motoristas destes ônibus à diferença da fidelidade dos da família mudam de forma sistemática errando caminhos e demorando no percurso da viagem.

A BethTour é a empresa de excursão São Paulo – Lavínia que constituiu parceria com a Pousada do Sabiá, anteriormente apresentada. Cada guia de ônibus ao levar três hóspedes para a pousada ganham a hospedagem. Também, sorteiam uma hospedagem no ônibus, as guias anotam o nome das passageiras em um papel e colocam dentro de um saco e pedem para uma criança retirar um nome, a sorteada ganha uma hospedagem na Pousada Sabiá.

As excursões buscam as visitantes na porta de suas pousadas para levar até a porta das penitenciárias dos municípios circunvizinhos, por isso a viagem precisa começar bem cedo a modo de que ninguém se atrase e termine sendo sendo “tombada”. As senhas para entrar nas

⁶⁷ P1, P2 e P3 são categorias nativas de referencia para cada uma das penitenciárias presente no município de Lavínia.

penitenciárias de Lavínia são distribuídas em casas alugadas, suas inquilinas recebem um salário do PCC para a realização desta tarefa. Cada excursão, ao chegar no município de Lavínia vão diretamente à essas casas particulares buscar as senhas de ordem de entrada nas penitenciárias. Existem senhas preferencias para mulheres maiores de 65 anos; mães com criança de até 5 anos e gestantes; portadoras de algum tipo de deficiência ou doença devem apresentar o laudo médico ao agente penitenciário responsável. Uma situação experimentada em campo foi quando ajudei uma visitante a arrancar seu aparelho de dente com um alicate de unhas porque ela não tinha o laudo do dentista. A pessoa “tombada” é aquela que perdeu sua senha daí precisa esperar que passem vinte pessoas para que ela possa entrar na penitenciária. Por isso as visitantes acordam cedo para não serem tombadas.

IMAGEM 4 – Divulgação publicitária da rede excursões BethTour.

BETH TOUR

AVANHANDAVA - VALPARAÍSO - LAVÍNIA - MIRANDÓPOLIS

| | |
|---|------------------------------------|
| Quinta 10hrs 130,00 depósito 150,00 embarque | Sexta 09hrs 100,00 120,00 |
| Sexta 17hrs 120,00 | |

98474-0725
99363-3310

Eu faço parte dos resistentes, daqueles que lutam contra ventos e marés por aquilo que acreditam.

Fonte: grupo de “mulher de preso” do aplicativo no *WhatsApp*

Aqueles ônibus que se dirigem às penitenciárias do município vizinho de Mirandópolis passam nas pousadas de Lavínia às 5h. máximo 5.30 da madrugada.

Todas as viagens realizadas até as penitenciárias alocadas em Lavínia devem ser feitas de táxi.

Existem visitantes que realizam as viagens de vinda a Lavínia com empresas convencionais, que saem de suas respectivas rodoviárias, mas, fazem o retorno com as excursões porque são mais econômicas. Um retorno à capital paulistana de Bethtour custa 50 reais enquanto com a empresa Reunidas custa 143,84 reais até o município vizinho, de Mirandópolis, preço que deve ser somado a passagem de coletivo ou táxi até a cidade de Lavínia.

TABELA 4 - Preço tabelado e compartilhado por todos os taxistas de Lavínia segundo o número de passageiras.

| Número de pessoas | Preço do táxi até o presídio |
|--------------------------|-------------------------------------|
| 04 | 8,00 |
| 03 | 10,00 |
| 02 | 15,00 |
| 01 | 20,00 |

Fonte: elaboração própria.

3.8 EMPREENDEDORISMO ESPONTÂNEO, OFERTAS OUTRAS, DEMANDAS TANTAS

Cunhada I: oi amor. Quer um espetinho?

Eu: valeu, querida. Acabei de comer. Você tá bem?

Cunhada I: Tô ótima. MOÇO DO CHOCOLATE!

A *cunhada* gritou ao ver o vendedor de barras de chocolates e outra *cunhada* interrompeu:

Cunhada II: eu quero um chocolate.

Cunhada I: escolhe, amor. Era só pro preso, mas vou te dar um.

(FERRAZ DE LIMA, 2012, p. 32)

Entrevistamos uma jovem de 25 anos formada em engenharia mas que trabalha em Lavínia na produção de bolos para as visitantes. Ela realiza muitas entregas na Pousada Sabiá durante os finais de semana. Carolina (nome fictício) sempre se interessou pelo mundo da confeitaria. Nos anos em que vivia fora da casa da mãe – dona de uma das pousadas de Lavínia – para cursar a universidade, começou a trabalhar com algumas encomendas, feitas pelo aplicativo *whatsApp*, de seus produtos; assim, quando visitava a mãe durante alguns finais de

semana aproveitava para trabalhar e estabelecer uma clientela. Atualmente, Carolina não pensa abandonar a nova profissão, monta em média 80 bolos por final de semana, tendo como renda média a quantia de 6.000 a 7.000 reais ao mês, alta em comparação com a média do município. Sua clientela são as visitantes das penitenciárias. Carolina aguarda a transferência do noivo, agente penitenciário, para que possam se casar.

Eu estava na sorveteria quando sentou-se um homem já mais velho ao meu lado com caixas de isqueiro. Ele vendia, isqueiros específicos, de embalagem transparente, os únicos permitidos nas penitenciárias.

Conheci ainda outro homem que seu trabalho específico é o de assar carnes. As visitantes compram a carne no açougue ou supermercado e ele vem buscar na pousada para assar e entregar na madrugada, antes que o ônibus da excursão passe para levá-las ao presídio.

Ficar sentada no corredor da pousada é presenciar a entrada de muitas pessoas ofertando itens de consumo, um jovem vem para vender “esfirras”, um tipo de salgado assado; uma moça vem para vender *lingerie* que traz de São Paulo; uma senhora vem para entregar a comida já pronta e outra moça vem para fazer a unha. É um vaivém de pessoas que sobrevivem economicamente daquela dinâmica de visitação e que deixaram a criatividade conduzir-lhes na elaboração de um produto específico que às visitantes pudesse interessar.

Silvestre (2011) já evidenciava em seu estudo referente ao município de Itirapina/SP o aumento do comércio informal enquanto consequência do processo de implantação das penitenciárias na cidade por ela estudada.

Ainda de acordo com os comerciantes, é quase unânime a idéia de que as unidades prisionais são a principal fonte de empregos da cidade, o que consolida o vínculo de dependência econômica entre município e penitenciárias. Também as teias de informalidade estão se tecendo e se expandindo de modo significativo em Itirapina. O aumento do comércio informal apresenta relações diretas com o processo de implantação das penitenciárias, emergindo como uma das suas consequências. (SILVESTRE, 2011, p.18)

Imagem 5 – Publicidade de *lingerie* em grupos de *WhatsApp* das visitantes. Produtos que algumas delas trazem de Sao Paulo para vender em Lavínia.



Fonte: grupo de “mulher de preso” do aplicativo no *WhatsApp*

As reações de cunho comerciais obtidas mediante a interação espontânea com o objeto também são pertinentes para serem incluídas na análise, demonstrando a demanda multifacetada gerada por um “turismo penitenciário” em que o público alvo é diferenciado por ser feminino.

Outro serviço disputado em Lavínia é o preparo de comida fresca para o dia das visitas, efetuado de forma terceirizada; a terceirização da obrigação de fazer a comida. Muitas visitantes preferem não entrar na cozinha e pagar para este serviço. As pessoas de Lavínia que se dedicam a oferecer este produto trabalham na madrugada da sexta-feira e na madrugada do sábado, nas cozinhas alocadas em suas casas privadas, e, a fim de disponibilizar um produto o mais fresco possível fazem as entregas durante a madrugada, para também evitar que a comida azede antes de chegar ao preso. Elas entregam a comida já pronta na madrugada do sábado e do domingo, as visitantes a recebem e pagam em dinheiro antes de que partam rumo à porta das prisões.

Uma tia minha, que mora na cidade de Araçatuba/SP viaja 70 km. na sexta-feira a noite até a casa de minha família em Lavínia, onde, utiliza nossa cozinha para preparar os combos que já foram

encaminhados via *WhatsApp*. Mais uma vez as prisões movimentando o comércio informal e, sobretudo, familiar.

A dinâmica de visitação nos presídios não geram mercado apenas nas localidades interioranas, também na capital paulista algumas pessoas utilizam desta “oportunidade”. Como o caso de estacionamentos situados na estação rodoviária da Barra Funda, de onde saem os ônibus com destino aos mais diversos municípios que acolheram prisões. Estes estacionamentos oferecem combos para todo o final de semana com direito, inclusive à lavagem do automóvel.

Imagem 6 – Publicidade de estacionamento em São Paulo capital disponibilizada em grupos de *WhatsApp* e compartilhado entre as visitantes.

ESTACIONAMENTO 24 HORAS

ESTACIONAMENTO C/ LAVA RÁPIDO

| | |
|--------------------------|-----------|
| DE QUINTA A DOMINGO..... | R\$ 60,00 |
| SEXTA A DOMINGO..... | R\$ 50,00 |
| SÁBADO E DOMINGO..... | R\$ 40,00 |
| MOTOS..... | R\$ 30,00 |

Elisangela

 **97743-8855**

Levamos sua mala até sua excursão

Rua Joaquim Manuel Macedo, 117 - Barra Funda - SP

Fonte: grupo de “mulher de preso” do aplicativo no *WhatsApp*

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa foi elucidar uma das formas de reconfiguração da prisão em nichos de mercado através do conceito de “turismo penitenciário”.

Passando pela falta de alternativa econômica concomitante à crise agropecuária em um município como Lavínia chegando ao histórico Massacre do Carandiru temperados com o estímulo da ação do governo estadual paulista se difunde a ideia do “turismo penitenciário” como alternativa desenvolvimentista. Principalmente, na configuração de um complexo prisional, distribuído pelo interior do estado, do qual Lavínia é ponto de destaque. Embora o massacre ocorrido no Carandiru pudesse ter levado a uma reflexão sobre alternativas ao sistema prisional, ele reforçou o projeto político do encarceramento em massa, como afirmam os especialistas desta área.

Tendo como eixo estruturante um diálogo entre conceitos, guiado em princípio pelo referencial teórico-metodológico da Sociologia Econômica, especificamente, com o que vem sendo trabalhada no Núcleo de Pesquisa de Sociologia Econômica (NUSEC) do qual participamos enquanto investigadora, nos deparamos com os estudos consagrados no campo da punição. Na elaboração desta pesquisa, portanto, resultou ser necessária a apropriação de ambos referenciais a modo de demonstrar como a sociologia econômica pode oferecer uma aproximação do tema prisão no referente ao processo de monetização e resignificação das relações interpessoais que direcionam o próprio dispositivo carcerário paulista.

Na persecução de tal objetivo encontramos uma pluralidade de questões adicionais que foram surgindo em decorrência do trabalho de campo empírico. A primeira delas resultou ser a dificuldade compreensiva no tocante ao espaço físico do município de Lavínia enquanto complexo prisional. A dimensão do que ali se situava, do fluxo intenso de pessoas e de itens de consumo se apresentou enquanto problemática ausente do debate ao qual nos inserimos tanto pautado pela punição quando pelo mercado como construção social. O que foi trabalhado no capítulo dois ao situar a vinda das penitenciárias ao município de Lavínia e ausência da temática das prisões na história contada por seus moradores.

O “turismo penitenciário” se organiza de forma específica no espaço e no tempo, no exercício de um mercado que funciona semanalmente e instaura mecanismos próprios de distinção e hierarquização no referente à distribuição espacial dos produtos que nele

se configuram enquanto demanda. Sendo a demanda pautada, principalmente, pela presença das prisões na cidade.

O problema para compreender esse fenômeno é que não se trata da justaposição causal e sim da retroalimentação de estruturas que na prática assumem aspectos múltiplos. Construindo mercado na transitividade entre os mundos do formal-informal e do legal-ilegal, tal como nos apresenta Telles (2017; 2015; 2009).

Em entrevistas realizadas para esta dissertação as penitenciárias de Lavínia são percebidas como um mal necessário; seus moradores por mais que as exclua de seu imaginário histórico, dos retalhos de suas memórias, não imaginam suas vidas sem a presença do complexo prisional e do efeito que ele tem sobre o comércio local.

Pares de opostos marcam a relação estabelecidos-*outsiders*: moradores marcam na conta, mulher de preso paga a vista; moradores circulam pela cidade, mulheres de preso só circulam de táxi ou ônibus. O estilo de vida das mulheres de preso é considerado vulgar pelos moradores (elas são vítimas das fofocas), estas mulheres são evitadas no dia-a-dia e recebidas como agentes econômicos apenas.

A escassez material enquanto produção de um cenário característico do dispositivo carcerário paulista e de responsabilidade do Estado fundou ao redor dos municípios interioranos o fenômeno do “turismo penitenciário” não como uma possibilidade de desenvolvimento econômico, mas, como condição de sobrevivência familiar para uma série de agentes que dele tiram sua sobrevivência material e, conseqüentemente, a permanência no município de Lavínia. As prisões estão ocultadas na história da cidade, no discurso dos políticos; elas desaparecem como local que abriga os detentos e surgem como número, como oportunidade de mercado. O regime discursivo (Foucault, 2009, 2008; Telles, 2015) transforma pessoas presas em oportunidade de negócio. Tal como mostram Turner e Thayer (2003) e Huling (2002) para o caso dos EUA, no Brasil o discurso de prefeitos eufemiza e banaliza o encarceramento em massa chamando-o de turismo penitenciário.

O “turismo penitenciário” não permite apenas a continuidade do funcionamento do dispositivo carcerário paulista mas também a sobrevivência de quem se situa fora dele, dependentes daqueles subalternos que disponibilizam renda e geram circuitos econômicos específicos.

As “mulheres de presos” que visitam seus maridos são autorizadas como agentes econômicos consumidores, mas a elas é vedada assumirem papel social (não podem circular pela cidade, nem se

relacionam com outros moradores) ou como agentes produtoras. Efeito da mobilidade dos detentos entre as diversas unidades prisionais do estado que as condena à categoria de população flutuante.

Lugar e não-lugar, em Lavínia, coexistem através do mercado, fenômeno atribuído ao turismo em geral, que liga a identidade ao trajeto, entretanto, aqui tem como fator implicador o atributo penitenciário.

Para as visitantes o não-lugar é fecundo, elas experimentam Lavínia em relação ao seu ponto de partida; carregam suas malas com mangas que encontram nas árvores das ruas; bebem nos bares até de madrugada; comem as novidades que lhes são oferecidas enquanto caminham na cidade, podendo ser nomeadas como turistas. Certamente tudo isso uma vez finalizado o objetivo da viagem: as visitas aos presídios da cidade.

Conhecendo a ausência das penitenciárias na história de Lavínia, a análise corrobora a existência do “turismo penitenciário” em sua estrutura do espaço social numa dimensão flutuante e possível apenas devido a esta característica, turistas que não conformariam um lugar antropológico como consequência do mecanismo próprio do dispositivo carcerário paulista.

Esta pesquisa aponta para a necessidade de que este tema esteja incluído em agendas de pesquisa, ou seja, o processo de monetização da punição, do controle, da segurança e do crime e os regimes discursivos que os acomodam no cotidiano. Aspecto que pode ser apropriado pela Sociologia Econômica ao iluminar o conceito de mercado como ponto estruturante de configurações sociais, espaço relacional.

Dito isto, a análise presente nesta pesquisa é referente a uma configuração na que a mobilidade dos mais pobres é apropriada como oportunidade de desenvolvimento econômico também por um outro tipo de espaço periférico na constituição de relações de transações monetárias, entre ambos pautado pela dinâmica que constitui a sobrevivência interna das prisões, porém que se objetiva fora delas. Nesta configuração, encontramos pessoas que não se caracterizam pela participação direta com o universo prisional mas que não imaginam suas vidas sem a existência de prisões como fonte de sua renda pessoal e, sobretudo, familiar. Estruturas familiares que articulam tanto a demanda quanto a oferta do “turismo prisional”.

Mulheres partem da capital de São Paulo, viajam centenas de quilômetros, compram itens em supermercados, hospedam-se e cozinham em pequenas pousadas e levam itens preparados por elas e outros prontos para seus maridos nas prisões. Pessoas circulam

quilômetros e objetos de consumo viajam poucas centenas de metros; circulação máxima de pessoas para uma circulação mínima dos objetos. Seria esta uma dádiva alongada no tempo que espera como retribuição a manutenção da família? Este é um tema para uma próxima pesquisa.

Lavínia se apresenta como um observatório da dinâmica monetária que oferece à pobreza certo protagonismo de consumo embora diferenciado e mobilizado por uma instituição punitiva, a prisão.

A própria prisão é responsável por pautar certos hábitos de consumo locais: determinados produtos permitidos para a entrada nas penitenciárias estão nas prateleiras dos supermercados locais, as requisitadas embalagens transparentes dos principais itens de higiene pessoal.

Fica como pista de pesquisa futura analisar a arrecadação mensal e anual da dinâmica de visitação no município de Lavínia para que logo possa ser comparado com outros municípios.

Ainda, como pista de pesquisa, sugere-se pensar numa dinâmica de visitação que se exerce de forma semanal e que repercute na organização cotidiana dos agentes dela implicados. Na organização do transporte, do comércio, como também da saúde, da educação e do complexo imobiliário do município por ela afetado.

Foi sobretudo, nesta dimensão que procuramos nos apoiar: na estruturação de uma rotina nomeada de “turismo penitenciário” atribuído a um não-lugar no qual qualquer possibilidade de pertença antropológica desaparecem para legitimar as transações de viés econômico, ou seja, isentas de uma preocupação moral ou de dever político.

As prisões ultrapassam as questões da punição, do controle ou da gestão da violência. Mais pesquisas na área são bem vindas.

Concluir seria sobretudo agradecer ao processo embora dele faça parte a árdua decisão de então finalizar. Ao longo do processo de pesquisa tivemos o trabalho de reconhecer na prática científica seu lugar objetivado de objetivação, portanto, se atingimos o objetivo perseguido apenas discussões ao respeito poderão no futuro esclarecer. Lamenta-se o percurso solitário de análise dos dados etnográficos e o quanto teriam a dizer caso houvesse maior disponibilidade de tempo e domínio técnico. Reconhecer a carência enquanto ato de honestidade repercute inclusive na própria postura para com o cuidada de si, algo que terá que ser remediado, mais uma vez, em solitário.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *O Que Resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AUGÉ, Marc. Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus. 1994.
- APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun (Org.). **A vida social das coisas**. Niterói: EDUFF, 2008.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BECKER, H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BIONDI, Karina; MARQUES, Adalton. Memória e historicidade em dois “comandos” prisionais. *Revista Lua Nova*, nº 79, pp. 39-70. São Paulo. 2010.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo. Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Lições da Aula**. Editora Ática. São Paulo, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Política & Sociedade**, vol. 1, n. 6, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado. **Cursos no Collège de France (1989-92)**. Pp. 29-42. Companhia de Letras: São Paulo. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Rio de Janeiro: Vozes. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. Editora Zouk. Porto Alegre. 2007.

BUCHAMAR, Bruna Louzada. **Nem dentro, nem fora**: a experiência prisional de *estrangeiras* em São Paulo. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CHRISTIE, Nils. *Crime Control as Industry*. Towards Gulags, Western Style? 2a ed. revised and enlarged. London : Routledge. 1994.

CHRISTENSEN, Johan. **The power of economists within the state**. Stanford University Press. 2017.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. *In*: A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, pp. 17-62, 1998.

CLIFFORD, Geertz. Estar lá: A antropologia e o cenário da escrita, e Estar aqui: de quem é a vida afinal. **In: Obras e vidas: o antropólogo como autor**. pp. 11-39; 169-193. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

COMFORT, Megan. **Partilhamos tudo o que podemos**: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades. *Análise Social*, vol. XLII (185), pp. 1055-1079. 2007.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias**: construções da realidade social. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

DALLMANN, Joao Matheus Acosta. **Medicalização da pobreza ou pobreza condicionada:** um estudo sobre o Programa Bolsa Família. 2015. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DAVIS, Angela. **Are prisons obsolete?** New York: Seven stories press, 2003.

DEPEN – DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. (2014) **Infopen – estatística.** Brasília: Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em: nov. 2018.

DIAS, Camila. **Da pulverização ao monopólio da violência:** expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

DUMONT, L. Homo Aequalis. Gênese e plenitude da ideologia econômica – cap. 2. **As condições de emergência da categoria econômica.** Bauru:SP: EDUSC, 2000.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia.** Sao Paulo: Martins Fontes. 1989.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERRAZ DE LIMA, Jacqueline Stefanny. **Mulher fiel:** as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital. 2013. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São Carlos.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Editora Vozes. Petrópolis. 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir,** 37ª edição. Editora Vozes. Petrópolis. 2009.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade de saber. Edições Graal, Rio de Janeiro. 1999.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. Revista Estudos Avançados, nº 27, pp. 113-122. Sao Paulo. 2013.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População* (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica* (Curso no Collège de France- 1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARLAND, David. A Cultura do Controle. Editora Renavan: Rio de Janeiro. 2008.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

GODOI, Rafael. Penar em São Paulo: sofrimento e mobilização na prisão contemporânea. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBSC)**, Sao Paulo, vol.31, nº 92 outubro, 2016: e319212 DOI: 10.17666/319212/2016

GOIDANICH, Elisabeth Maria. **Mamãe vai ao supermercado**: uma abordagem etnográfica das compras para o cotidiano. 2012. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ªed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. **The presentation of self in everyday life**. Penguin. London. 1990.

GOLDMAN, Marcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. **Revista Cadernos de Campo**, nº 13, p. 149-153. 2005.

GUIMARAES, Cristian Fabiano. et. al. Homens apenados e mulheres presas: estudo sobre mulheres de presos. **Revista Psicologia e Sociedade**, 18 (3): 38:54; set/dez. 2006.

HERSCHMANN, Micael. **O funk e o hip hop invadem a cena**. Editora UFRJ. Rio de Janeiro. 2005.

HULING, Turner. Building a Prison Economy in Rural America. In: MAUER, M.; CHESNEYLIND, M. (Orgs.). **Invisible Punishment: the collateral consequences of mass imprisonment**. New York: The New Press, p. 197-213, 2002.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: // <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: nov. 2017.

KJELDSTAD, Randi. Single Parents in the Norwegian Labour Market. A Changing Scene? Current European research on lone mothers. *Göteborg University*. Suécia.1998.

LAGO, Natália. Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisao. *Revista Aracê*. Ano 4, nº 5, pp. 35-53. 2017.

LEMGRUBER, Julita. Controle da criminalidade: mitos e fatos. **Revista Think Tank**. São Paulo. 2001.

LOPES JUNIOR, E. As potencialidades analíticas da Nova Sociologia Econômica. **Sociedade e Estado**, v. 17, n. 1, p. 39-59, 2002.

MEDEIROS, Marcelo. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. *Revista Palanejamento e Políticas Públicas*, nº 22, pp.47-71, dez. 2000.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, v. 21 (61), p. 139-157. 2007.

MIYASHIRO, Sandra, G. & SCHILLING, Flávia. Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. **Revista Educação e Pesquisa**, v.34, n.2, p.243-254, Agosto 2008.

PADOVANI, Natalia Corazza. **“Perpétuas espirais”**: falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas.

PARPET, G.F, Marie. A sociologia da economia de Pierre Bourdieu. *Revista Sociologia & Antropologia*, v.3, 91-117. Rio de Janeiro. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVÍNIA. Plano municipal de saúde 2018/2021. Disponível em: [https://www.lavinia.sp.gov.br/arquivos/37 plano municipal de saude 2018 2021 \(1\).pdf](https://www.lavinia.sp.gov.br/arquivos/37_plano_municipal_de_saude_2018_2021_(1).pdf) Data consulta: 08 de Janeiro de 2019.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Economia e sociedade: últimos achados sobre a "grande obra" de Max Weber. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 68, p. 41-51, 2008.

RAMOS, Silvia & MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 2005.

RINCÓN, Omar. Todos temos um pouco do tráfico dentro de nós: um ensaio sobre narcotráfico/cultura/novela como modo de entrada para a modernidade. *Revista Matrizes*, nº 2. Sao Paulo, jul. de 2013.

SAADA-FAVRET. “Ser afetado”. **Cadernos de campo**, nº 3, pp. 155-161. 2005.

SABAINI, Raphael. **Uma cidade entre presídios**: ser agente penitenciário em Itirapina-SP. 2012. 160f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

SCHOLZ, Cley. ‘Jumbo delivery’ faz entregas em 150 cadeias e penitenciárias de São Paulo. **Estadão**, São Paulo, 06 de Março de 2014. Economia & Negócios. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,jumbo-delivery-faz-entregas-em-150-cadeias-e-penitenciarias-de-sao-paulo,179056e> Data consulta: 26 de Novembro de 2018.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – SAP. Dados sobre as unidades prisionais. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/>. Acesso em: 17 set. 2017.

SEIBEL, J. Erni; DE OLIVEIRA, J.M. Heloísa. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. Revista de Ciências Humanas, nº 39, pp 135-145. Florianópolis. 2006.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERAFIM, Isabela. Empreendedora lança marca de roupas para detentos e mulheres de presos. **Estadão**, São Paulo, 04 de Novembro de 2016. Moda & Beleza. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/moda-beleza,empreendedora-lanca-marca-de-roupas-para-detentos-e-mulheres-de-presos,10000086355> Data consulta: 26 de Novembro de 2018.

SILVESTRE, Giane. **Dias de visita**: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina. 2011. 192f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP.

SCHILLING, Flávia MIYASHIRO, Sandra Galdino. Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 243-254, maio/ago. 2008

SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Beca Produções Culturais, 2005.

TELLES, Vera. Espaço urbano em tempos de urgências. **In: Bertold Brecht. Do guia para os habitantes da cidade. Poema e Comentários**

[no prelo] Organização: Tercio Redondo. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo, 2017

TELLES, Vera. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 46, n. 1, p. 15-41, jan/jun. 2015.

TELLES, Vera. *Ilegalismos Urbanos e a Cidade*. **Novos Estudos CEBRAP**, numero 84, julho de 2009.

TRAVIS, Jeremy & WAUL, Michelle. **Prisoners Once Removed: The Impact of Incarceration and Reentry on Children, Families, and Communities**. Urban Institute Press. 2003.

TOTLE, DEBORAH M. *The Role of Prisons In Rural Development: Do They Contribute to Local Economies?* 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/252137852_The_Role_of_Prisoners_In_Rural_Development_Do_They_Contribute_to_Local_Economies. Data da consulta: 09 de Maio de 2017.

TURNER, R. & THAYER, D. Yes in My Backyard! Why Do Rural Communities Use Prison Based Economic Development Strategies? Disponível em: http://www.skidmore.edu/~bturner/Prisons%20ED_strategy.pdf Acesso dia 15 de Maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Guia básico para elaboração de referencias bibliográficas segundo a ABNT. São Paulo, 2014.

VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato, e violência na metrópole. *Revista Horizonte Antropológicos*, nº 13, pp 15-29. Porto Alegre. 2000.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, nº 22, pp. 203-220. Campinas, 2014.

ZELIZER, Viviane. **A negociação da intimidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ZELIZER, Viviane. Construção social do valor e da utilidade. Viviana A. Zelizer (1985/1994). *Pricing the Priceless Child. The changing social value of children*. 1992.

ZELIZER, Viviane. (1978/1992) Human Values and the market: the case of life insurance and death in 19th-Century America. *American Journal of Sociology*, vol 84: 591-610. 1992.

ZOMIGHANI JR., J.H.. Cartografias da Interiorização Penitenciária em São Paulo. **Verve** (PUCSP), v. único, p. 109-128, 2014.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1. Editora UNB: Brasília, DF. 1994.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva, v. 2. São Paulo: Ed. UnB/Imprensa oficial, 2004.

WEBER, Max. (1978/1992) Human Values and the market: the case of life insurance and death in 19th-Century America. *American Journal of Sociology*, vol 84: 591-610.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A onda punitiva]. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Paris: Raisons d'Agir, 1999.

WACQUANT, L. **Três premissas perniciosas no estudo do gueto norte-americano**. Mana vol.2 no.2 Rio de Janeiro, 1996.

WACQUANT, L. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos estudos**. CEBRAP: São Paulo. Pp. 9-19. Março, 2008.

WACQUANT, L. **Bourdieu, Foucault e o Estado penal na era neoliberal**. Ciências Criminais em Debate: Revista Transgressões, v.3, n.1, 2015.

WACQUANT, L.; CALHOUN, C. Interesse, racionalidade e cultura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, v. 6, n. 15, p. 76-93, 1991.

KOPYTOFF, Igor. “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”. In: APPADURAI, ARJUN. *A vida social das coisas*. Niterói: EDUFF, 2008.

ANEXO A

1. Quadro das entrevistas realizadas em campo no período de Dezembro de 2017 a Fevereiro de 2018.

| Nome | Idade | Profissão | Local | Data | Duração |
|----------------------------------|--------------|--|------------------------|-------------|----------------|
| Prefeito I | 66 | agricultor | Escritório particular | 12/02/2018 | 40 min. |
| Prefeito II (a oposição) | 54 | comerciante | gabinete da prefeitura | 23/01/2018 | 47 min. |
| Carolina (nome fictício) | 25 | confeiteira | Residência | 26/01/2018 | 28 min. |
| Maria (nome fictício) | 51 | Técnica Administrativa da P3 | Residência | 16/02/2018 | 43 min. |
| José (nome fictício) | 69 | Aposentado, taxista e dono de pousada. | Residência | 18/02/2018 | 1h.38min. |
| Cássio (nome fictício) | 42 | Comerciante | No próprio comércio | 21/02/2018 | 48 min. |
| Helena e Mário (nomes fictícios) | 38 e 35 | Conselho tutelar | Sede do conselho | 19/02/2018 | 1h.43min. |
| Glória (nome fictício) | 43 | Comerciante | No próprio comércio | 21/02/2018 | 48 min. |

| | | | | | |
|-----------------------------|----|---------------------------|------------|------------------|---------------------|
| Carla (nome fictício) | 38 | Assistente social | Residência | Informante-chave | Diversas interações |
| Coralina (nome fictício) | 51 | Dona de pousada e taxista | Residência | Informante-chave | Diversas interações |

ANEXO B

2. Arquivo pessoal de fotografias referentes ao trabalho de campo realizado nos entre os meses de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018.



IMAGEM 1 – O refrigerador da Pousada Sabiá numa sexta-feira pela tarde. Ainda com os itens das primeiras visitantes que haviam chegado na cidade pela quinta-feira a noite.

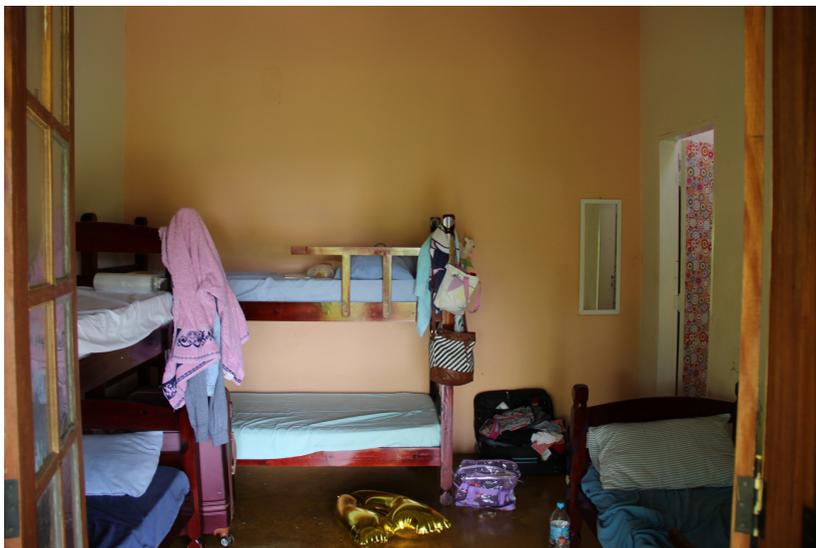


IMAGEM 2 – Um quarto da Pousada Sabiá numa sexta-feira a tarde e já ocupado por hóspedes.



IMAGEM 3: O foco é na carne e melhor colocar duas assadeiras de uma vez só para economizar no uso do forno.



IMAGEM 4 – A comida sendo preparada na cozinha da Pousada Sabiá, em janeiro de 2018.



IMAGEM 5 – Itens do *jumbo* distribuídos em cima da cama da Pousada Sabiá, para que tudo seja organizado ainda cedo.



IMAGEM 6 – Itens que compõem o *jumbo* para ser levado na visita do sábado.



IMAGEM 7 – Depois de preparar o *jumbo*, depois de descansar, depois de caminhar pela cidade de Lavínia, chega a hora de cuidar da estética. É hora de ficar bonita para visitar o “mozão”.



IMAGEM 8 – Uma das pousadas de Lavinia.



IMAGEM 9: Hotel inaugurado no ano de 2017, um dos maiores investimentos econômicos da cidade.



IMAGEM 10: Um dos supermercados em uma quarta-feira, com apenas uma funcionária no caixa.



IMAGEM 11: O mesmo supermercado da foto anterior, porém em uma sexta-feira, com os três caixas funcionando e um fluxo intenso de visitantes.